

SPÍNOLA PRESIDENTE

O general António de Spínola, novo Presidente da República, toma posse às 16 horas, em cerimónia que se realiza na Sala dos Espelhos do Palácio Nacional de Queluz. A cerimónia, transmitida em directo pela Rádio e pela Televisão, assistem os oficiais que integram a Junta de Salvação Nacional, o prof. Adelino da Palma Carlos, um representante do Movimento das Forças Armadas, o cardeal-patriarca de Lisboa e os chefes das missões diplomáticas acreditadas em Lisboa.

Presentes, ainda, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República, os delegados da Junta nos Ministérios das Finanças, Educação Nacional, Justiça, Obras Públicas e Comunicações, os secretários-gerais dos Ministérios dos Estrangeiros e da Justiça, o secretário-geral da Presidência da República e o chefe de protocolo do Estado.

No decurso da cerimónia, o general António de Spínola faz a sua pri-

meira comunicação ao País na qualidade de Presidente da República. Discursa também o general Costa Gomes, em nome da Junta de Salvação Nacional, a qual termina as suas funções com a designação do Governo Provisório.

Durante a manhã, procedia-se em Queluz aos preparativos da cerimónia de tomada de posse. No Palácio Nacional de Belém, a pedido do prof. Adelino da Palma Carlos, reuniram-se algumas das personalidades que constituirão o Governo Provisório. Participaram na reunião os d. Vasco Vieira de Almeida, Francisco Pereira de Moura, Alvaro Cunhal, Mário Soares, Francisco de Sá Carneiro, Maga-

lhães Mota, Raúl Rego e o sindicalista Avelino Pacheco Gonçalves.

A constituição do novo Governo será anunciada ainda hoje, realizando-se amanhã a cerimónia de tomada de posse dos novos ministros. Segundo julgamos saber, o Governo será presidido pelo prof. Palma Carlos. Haverá três ministros sem pasta, Alvaro Cunhal (do Partido Comunista), Sá Carneiro (do Partido Popular Democrático) e Pereira de Moura (da CDE). Afirma-se também que o Ministério da Administração Local será confiado a Magalhães Mota (PPD) os Negócios Estrangeiros a Mário Soares (PS), a Justiça a Salgado Zenha (PS), o Tra-

Continua na pág. 20



O prof. Adelino da Palma Carlos, Presidente do Conselho de Ministros, convidado a formar Governo após a tomada de posse do Chefe do Estado, a que esteve presente

Saneamento

**Kaulza
e mais 41
oficiais-
-gerais
passam
à reserva
(Pág.12)**

**"Avante"
depois
de amanhã**

Após mais de 30 anos de publicação clandestina, sai depois de amanhã com a sua primeira edição legal o periódico «Avante», órgão do Partido Comunista Português. A distribuição foi entregue a «O Século» e o jornal vender-se-á ao preço normal (2\$50). Ao prezado colega «Avante» desejamos, nesta nova fase, muitas prosperidades e longa vida.

"É PESADA A HERANÇA DO FASCISMO"

-afirma Álvaro Cunhal

É quase desnecessário apresentar Álvaro Cunhal ao povo português. Durante os anos tenebrosos do fascismo, a sua personalidade, que ele não consente se transforme em mito, foi ganhando um imenso prestígio que nem os próprios adversários lhe recusavam, com óbvia exclusão dos exploradores da Nação e dos tortionários. Na clandestinidade, na prisão e no exílio, a sua firmeza, a sua inteligência, o seu sacrifício impuseram-se ao respeito de todos os portugueses dignos desse nome.

2.ª EDIÇÃO

Entrevista de URBANO TAVARES RODRIGUES

Assim como resistiu à tortura com um estoicismo inultrapassável, assim como escreveu as páginas lúcidas e serenamente decididas de «Rumo à Vitória», Álvaro Cunhal, avesso ao personalismo, tem afirmado o espírito profundamente democrático do Partido Comunista Português. Quisemos, neste momento histórico de renascimento das liberdades em Portugal, ouvir a sua palavra esclarecida, expressão do pensamento do PCP.

Éis as nossas perguntas e as suas respostas.

P. De que maneira, na prática, a aliança que o PCP defen-

de entre as massas populares e as Forças Armadas poderá favorecer o avanço do processo da democratização do País?

R. O avanço do processo da democratização depende tanto da unidade da classe operária e das forças democráticas como do reforço da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas. Nas condições actuais, um regime democrático não pode instaurar-se em Portugal só pela acção das Forças Armadas sem a acção popular, nem pela acção popular sem as Forças Armadas. Nas condições presentes, uma ruptura dessa aliança comprometeria irremediavelmente a consolidação das liberdades já alcançadas e conduziria dentro de curto prazo à contra-revolução.

Na prática, a aliança pode e deve traduzir-se, e esperamos que continuará a traduzir-se, na cooperação, ajuda e

Continua na pág. 18

IMPrensa OCIDENTAL FAVORECE A CONTRA-REVOLUÇÃO

Telex de JOAQUIM LETRIA,

Londres, 15 — Certas democracias ocidentais mostram apreensão pelo futuro de Portugal desde o 25 de Abril. Até essa data o nosso país não tinha futuro, mas isso não parecia preocupar ninguém.

Acompanhando o noticiário que no estrangeiro se publica sobre Portugal é a sensação com que se fica. É a percepção das entrelinhas ditadas do bar do Hotel Tivoli, é a interpretação de certas palavras alarmistas.

As notícias do aparecimento de dezenas de partidos políticos despertam sorrisos superiores e mal disfarçados. Fazem surgir aquele ar de quem detém o segredo da fórmula da democracia que convém. Dizem eles que a democracia não se aprende do dia para a noite. Mas esquecem-se de dizer que essa é a democracia que lhes convém. E não dizem igualmente que aquilo que os preocupa, é que oprimir com meiguice para levar um oprimido

do venerando e obrigado a pensar que é um cidadão livre é um processo ainda desconhecido em Portugal. E como

Continua na pág. 20

**28 páginas
incluindo
Mulher**

**"Um certo antagonismo
entre brancos e negros"
- verificou Costa Gomes**

Pág. 24

DI/NACIONAL

Católicos do Porto denunciam o oportunismo dos partidos ditos "cristãos"

Um numeroso grupo de católicos reunidos no Porto denuncia, junto dos seus irmãos na fé, o oportunismo político dos dois partidos que já começaram (e outros podem seguir-se) a servir-se do nome de «católico» ou «cristão». Afirmam esses católicos que a Igreja com efeito não tem partido

próprio. Por isso «rejeitamos as designações partidárias de «cristãos antifascistas», «cristãos democratas», «cristãos progressistas», ou designações afins aplicadas a partidos políticos, pois defendemos que cada cristão deve optar livre e responsabilmente pelo partido que a consciência lhe indicar».

Na reunião que contou com a presença de mais de 500 pessoas foi também denunciado o ignominioso.

4 O enfundamento da Igreja em Portugal ao regime que foi derubado, a sua colaboração e o seu silêncio, salvo algumas excepções, perante injustiças concretas e generalizadas num país que enviou os seus filhos para a emigração, para a guerra e para o exílio; perante torturas e massacres; perante a opressão sobretudo dos humildes.

A IGREJA ESTÁ DIVIDIDA ENTRE RICOS E POBRES

A necessidade da Igreja nesta hora não iludir ou esquecer o passado mas antes assumir publicamente os seus erros e pecados em ordem a uma verdadeira conversão. E isto a nível dos grupos, movimentos, comunidades cristãs paroquiais e diocesanas.

A Igreja não poderá dentro de si própria manter estruturas rígidas e autoritárias ao mesmo tempo que considera a democratização da sociedade um sinal dos tempos.

Os cristãos não devem justificar o seu absentismo político com o temor da divisão dentro da Igreja, a Igreja já está dividida em ricos e pobres, opressores e oprimidos. Há que constatar as divisões e conflitos das classes realmente existentes na sociedade e partir daí para, em Igreja, se operar uma verdadeira conversão, que contribua para eliminar as raízes desses conflitos.

Seguidamente foram apresentadas várias sugestões, propostas e acção e moções a serem discutidas e votadas pela assembleia.

Os trabalhos prosseguem amanhã, dia 16, às 21 e 30, no Colégio do Rosário.

Moradores dos Olivais a favor do sistema de propriedade resolúvel

Uma representação dos moradores do Bairro dos Olivais, constituída pelos eng.º Dias Agudo, dr. Leão Alvares, Lucas da Silva, José Jesus Nunes e Manuel Mateus Silva, deslocou-se ao Ministério do Trabalho onde foi recebida pelo dr. Estêvão Martins, a quem apresentaram uma petição no sentido de ser abolido o sistema de casas de renda económica e generalizada a modalidade de propriedade resolúvel a todos os utentes da Previdência.

A delegação apresentou ainda um memorial com o seguinte teor:

Os moradores do Bairro dos Olivais, reunidos em assembleia para apreciação das condições de arrendamento das casas de que são utentes, deliberaram le-

var ao conhecimento da Junta de Salvação Nacional a resolução tomada:

Assim:
— Considerando que a Previdência instituiu dois sistemas de distribuição — Renda económica e Propriedade resolúvel;
— Considerando que essa distribuição foi arbitrária e sob critérios injustificáveis;

— Proclamando o direito a tratamento dentro dos princípios da igualdade e justiça para todos os beneficiários;

Requerem que sejam anulados os contratos de arrendamento, sob a actual forma de renda económica, pela sua transformação em propriedade resolúvel, contando-se para o efeito, o valor das rendas já pagas e usando dos critérios que forem julgados mais convenientes.

Os trabalhadores da PFIZER também estão em greve

Os trabalhadores dos Laboratórios Pfizer (empresa multinacional) estão em greve desde segunda-feira, dia 13, devido a descontentamento existente desde longa data, e consequentes reivindicações salariais e outras, até agora não satisfeitas pela Administração local.

Em virtude de uma manobra

suja da Administração dos Laboratórios Pfizer, perante a Comissão dos trabalhadores, na manhã do dia 14, todos os trabalhadores responderam com uma Assembleia Magna onde foram aprovadas moções que expressaram a sua total união.

Os trabalhadores não recuam pois, e a greve continua.

Coliseu dos Recreios

(Empresa Ricardo Covões, Herd.)

Grupo B — 10 anos

O TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

apresenta, em récita popular,

H O J E — pelas 21.30 horas

ORQUESTRA FILARMÓNICA DE LISBOA

DIRIGIDA PELO MAESTRO MANUEL IVO CRUZ

Cantor-solista: KOLOS KOVATS (baixo húngaro, vencedor absoluto do Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro, em 1973)

PROGRAMA

O JUDEU	António Vitorino de Almeida
ARIA DE SARASTRO	Mozart
(da ópera «A Flauta Mágica»)	
GRANDE ARIA DE FILIPE II	Verdi
(da ópera «D. Carlos»)	
CARMEN (1.ª suíte)	Bizet
ARIA DE GREMIN	Tchaikovsky
(da ópera «Eugénio Oneguin»)	
ARIA DE BANQUO	Verdi
(da ópera «Macbeth»)	
MARCHA HÚNGARA	Berlioz

A MARGARINA ESTÁ EM GREVE

Os trabalhadores da Fábrica Nacional de Margarina da conhecida que em virtude de não terem sido satisfeitas, no prazo dado, as reivindicações e medidas de saneamento exigidas, entrou às zero horas do dia 15 em paralisação total de trabalho. «sem prejuízo para a economia nacional».

O CASO DE "O SÉCULO"

GRAVE QUESTÃO INTERNA NA EMISSORA NACIONAL

Grave questão interna, de fundo público, poderá desenvolver-se na Emissora Nacional se não for admitido o noticiário José Ançã Regala, contratado há cinco dias e demitido ontem, no seguimento da redacção e radiodifusão de um texto em que se convocavam para uma concentração de apoio aos trabalhadores de «O Século» os seus camaradas de outras tipografias, de outros jornais, de outros sectores ligados à imprensa.

O texto foi para o ar às 16 e às 16 e 15, pouco antes da concentração, que decorreu entre as 18 e as 19 horas de anteontem, dia 13, quando prosseguiram nas instalações de «O Século», as negociações entre a comissão dos trabalhadores e os representantes da empresa. Regala redigiu, por incumbência de José Jorge Letria, uma nota referindo o grave dissídio em «O Século» como uma luta importante no derrube do fascismo e no derrube da administração fascista. Depois de mencionar a presença da P.S.P., no dia anterior, nas instalações daquele jornal, e de noticiar a concentração

de apoio, Regala terminava: é preciso que a luta do povo seja unida. Se o for, o povo vencerá.

Por evidente lapso de informação, compartilhado aliás por dezenas de outras pessoas ligadas à Imprensa, Regala afirmava que os locais de trabalho de «O Século» haviam sido, na véspera abusivamente invadidos por forças da P.S.P., quando a P.S.P., chamada pela administração do jornal, não chegou a intervir na situação, retirando-se pouco depois. A gravidade da presença policial foi, no entanto, suficiente para tornar notada nos círculos ligados à luta de «O Século», que chegaram a interpretá-la como pesada ameaça.

Ançã Regala, conhecido publicista de esquerda, membro da redacção do «Comércio do Funchal», fora contratado há cinco dias para o serviço de noticiários da E.N., em que superintendem agora José Júdice (colaborador da BBC de Londres), Jaime Matos da Gama («República») e João Paulo Guerra («Notícias da Amadora»). A demissão de Regala veio ontem na

nuel de Almeida Bello.

A expulsão do director de exploração, que os ferroviários fundamentam pela «sua extrema dureza nas relações com os trabalhadores e pelas exigências demasiadas no cumprimento das missões dos trabalhadores, criando um clima de terror entre aqueles, impossível de sustentar — é o único ponto, de

um caderno reivindicativo já victorioso, que a administração se recusou, até ontem à noite, a aceitar.

A reunião de ontem, moderada pelo comandante Oscar Santos Valente, como delegado da JSN e Firmino Martins como delegado sindical da comissão pre-eleitoral do futuro sindicato unitário de todos os ferroviários, decidiu esperar até hoje ao meio-dia, pela decisão final da empresa relativa à expulsão do eng.º Duarte Bello, após o que, em caso de resposta negativa, se iniciará o processo de paralisação de receitas.

As reservas espanholas

MADRID, 15 — (A.N.I.) — As reservas espanholas de ouro e Divisas estrangeiras conheceram a maior baixa da sua história no passado mês de Abril, tendo, segundo círculos económicos autorizados, a quebra andado por cerca de duzentos milhões de dólares, pelo que ficaram em 6 300 milhões de dólares. Esta cifra representa uma diminuição de uns 500 milhões de dólares relativamente à situação no fim de 1973.

A redução é atribuída ao encarecimento do preço de importação do petróleo bruto e outras matérias primas.

REUNIÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGUROS

Na Sociedade Voz do Operário decorre esta noite uma reunião magna de profissionais de seguros.

Da ordem de trabalhadores consta a discussão de duas propostas apresentadas na última reunião magna e apreciação da estratégia do actual movimento sindical.

Por URBANO TAVARES RODRIGUES

Reflexão sobre a justiça

Em Outubro de 1969, escrevi ao então ministro da Justiça uma carta cuja publicação a censura impediu e que veio a ser difundida pelos meios de que a Oposição Democrática dispunha. Nessa carta aberta, que a máquina repressiva fechou, mas que ainda deve encontrar-se nas gavetas, ou na memória, dos que a leram, em Lisboa, em Beja, em Serpa, em Pias, em Moura, na Vidigueira, em Almodôvar, em Mértola, afirmava eu não ter apresentado queixa da agressão de que fui vítima de frente do Teatro Vasco Santana, porque em Portugal não havia Justiça. De facto, que sentido teria ir participar o acto dos dez ou doze energúmenos, armados, da Legião e da PIDE que me haviam atacado e, devido à minha resistência, espancado até à exaustão?! A quem iria eu apresentar essa queixa? A outras forças da repressão cuja cumplicidade se havia tornado manifesta pela forma como deixaram livre o campo de manobra aos tortionários que entre nós, soberanos, andavam à solta?

Mas isso vai longe no tempo. Se evoco o caso, é tão-só para pegar aqui na palavra Justiça. Porque é imprescindível que a Justiça em Portugal se torne mesmo Justiça, nos tribunais, nas esquadras de polícia, nas empresas, nas fábricas, nos escritórios, nos campos. E preciso que a Justiça deixe de ser uma falsificação constante, que as excepções confirmaram, a dignidade daqueles que, contra ventos e mares, quiseram sempre dispensá-la a sério e com isso viram, não poucos, as suas carreiras cortadas. Mais: é preciso que a Justiça deixe de ser apenas a justiça da burguesia. E preciso repensar em profundidade o conceito de Justiça.

Ninguém poderá negar, nesta primeira etapa da dignificação de Portugal, que a estruturação, em curso, dos sindicatos livres, num clima de ampla discussão, apesar da resistência teimosa dos detentores e fruidores das estruturas anquilosadas, e o reconhecimento do direito à greve, representam um primeiro passo, um passo de gigante, para a obtenção de uma plataforma de luta pela cidadania de todos. Essa cidadania duvido que se japlamente efectiva enquanto a concentração do capital, quase única na Europa, em tão poucas e ricas mãos, tornar praticamente impossível a fixação de um justo salário mínimo, a criação de cooperativas agrícolas nas zonas do latifúndio, a elevação do nível de vida nas cidades-dormitórios, o regresso dos operários ao coração dos bairros que as suas mãos constroem, a extinção das estrumeiras onde hora a hora se vive morrendo e que são, como se viu, o terreno oferto de graça às epidemias e às inundações. Se a Justiça continuasse a ser a da burguesia monopolista, a dos altos funcionários, a dos bem instalados, a dos influentes, então não seria Justiça, então teria sido quase tudo em vão.

Acredito, porém, na responsabilidade profunda que o Movimento das Forças Armadas assumiu perante o povo português, perante as forças democráticas e progressivas, perante o Mundo, perante a História. Acredito que o Movimento das Forças Armadas, cuja heróica arrancada os trabalhadores souberam compreender, velará por que a Justiça não se distorça e não regresse, sob uma capa de legalidade, ao poder dos mesmos de ontem, durante o ano ainda impreciso e conturbado de que seremos os intérpretes decerto apaixonados.

Testes nucleares

O senador Edward Kennedy, democrata do Massachus, revelou que a sua viagem à União Soviética o deixou «mais convencido do que nunca de que é chegada a altura para a conclusão de um tratado a proibir todos os testes nucleares».

Segundo ele, as propostas para um tratado de limitação que permita testar um novo conjunto de miniaturas de armas nucleares pode evitar a ameaça de uma nova corrida aos armamentos.

«Depois de regressar da União Soviética, estou mais convencido do que nunca de que é chegada a altura de concluir um compreensivo tratado de não agressão, tratado esse que proíba todos os testes nucleares», afirmou Kennedy durante um discurso no Senado.

«Infelizmente, notícias vindas de Genebra indicam que a discussão está a centrar-se num teste preliminar de não agressão, quer permite a continuação dos testes nucleares até um certo grau de intensidade... Um tratado preliminar poderia criar a ambos novos problemas e poderia sacrificar muitos dos benefícios que um acordo compreensivo ofereceria.»

Relatório sobre a CEE

Apenas mais íntima integração política dos Estados membros da Comunidade Económica Europeia fará levantar de novo a CEE, de acordo com um relatório que vai ser apresentado ao Parlamento Europeu.

O relatório — aprovado por unanimidade pela comissão de assuntos políticos do Parlamento — ataca as instituições da comunidade por entre crescente crítica dos parlamentares pela carência de poder dos órgãos da CEE.

Crítica a deterioração do maquinismo de decisão do Mercado comum, do enfraquecimento do poder da Comissão Executiva e da paralisação do Conselho de Ministros.

O relatório afirma que a situação está a conduzir ao abandono dos mais altos interesses da Comunidade e a estereis conflitos baseados em interesses nacionais.

Diz ainda que o Parlamento Europeu «está profundamente convencido de que apenas mais íntima integração política permitirá que a comunidade avalie e assumam plenamente a sua identidade dentro do âmbito das alianças tradicionais e do mundo ocidental a que pertence».

A Comissão Executiva e o Conselho de Ministros enfrentam perguntas do grupo socialista do Parlamento a respeito do que tenciona fazer sobre o termo, o mais rapidamente possível, das restrições impostas pela Itália às importações, e como tenciona evitar que outros Estados membros sigam o exemplo.

A sessão da assembleia foi dominada por pedidos de esforço da protecção ao consumidor na Comunidade.

Um relatório da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários recomenda mais firme controlo dos anúncios que induzam em erro, e a criação de um serviço de queixas, que trate com rapidez e gratuitamente das queixas apresentadas pelos consumidores.

O Parlamento aprovou um relatório apresentado pela conservadora britânica Lady Elles pedindo um fundo de apoio destinado a restaurar monumentos históricos e tesouros artísticos, e para fazer com que o público compreenda «que o passado da Europa tem que ter futuro».

Por SÉRGIO RIBEIRO

Portugal e o Mercado Comum

-UMA CONVERSA COM O EMBAIXADOR MAGALHÃES CRUZ-

Conhecíamos o embaixador Magalhães Cruz de anteriores contactos com a missão portuguesa junto das Comunidades Europeias, no âmbito dos nossos trabalhos relacionados com estudo e informação sobre a integração económica europeia capitalista. Por isso, é-nos fácil — e agradável — dizer que a simpatia com que fomos recebidos era anterior a 25 de Abril... simpatia reforçada com esta sensação intraduzível de reencontro entre portugueses que parecem ter recuperado alguma coisa que lhes era comum e de que estavam amputados ou separados: o próprio país. Com a certeza de que, depois desse reencontro, haverá concepções e caminhos a tentar percorrer, que nos irão separar, mas a partir do estabelecimento de «regras de jogo» em que o respeito mútuo será princípio a preservar deste reencontro.

Mas voltemos ao encontro com o chefe da missão portuguesa junto do Mercado Comum. Procurámos o embaixador Magalhães Cruz para conhecer as reacções que sentira relativamente à transformação política portuguesa. Não foi uma entrevista. Foi uma longa e muito agradável conversa, de que extraímos algumas informações que julgamos úteis transcrever. Não são respostas a perguntas nossas, mas aquilo que consideramos de aproveitar, em nossa exclusiva responsabilidade, para esta «grande festa» da informação que se pode fazer, hoje, no Portugal que se começa a refazer.

SATISFAÇÃO NA CEE

As reacções foram imediatas e calorosas. O chefe diplomático da missão recebeu, logo no dia 26 de Abril, telefonemas pessoais de responsáveis da C.E.E. traduzindo a satisfação pelo que se vislumbrava em Portugal. Apesar de só há quatro anos se encontrar na missão de Bruxelas, o embaixador Magalhães Cruz sente-se um «veterano», e referiu um jantar de despedida do decano dos embaixadores «EFTA» — o suíço —, realizado pouco antes de 25 de Abril, em que um dos temas mais conversados teria sido o livro do general Spínola e a necessidade urgente de alterações de fundo da política portuguesa. Por isso mesmo, as manifestações de tipo pessoal que até ele chegaram foram naturais, ao mesmo tempo que calorosas. Antes de se poder saber o que iria — ir — ser Portugal, o ter deixado de ser o que era, provocou imediatas reacções positivas...

Depois de 25 de Abril, foi bem sentida, na missão, a mudança de ambiente nas «comunidades». Sem margem para iniciativas, a missão pouco mais pode fazer que aceitar as provas de simpatia, tendo, no entanto, tido um encontro com o presidente da comissão, Ortolli, na impossibilidade de momento de o fazer também com o presidente do Conselho de Ministros, Schell, para apresentar a nova situação, uma vez que ela se traduzia numa mudança a nível de chefia do Estado, tendo encontrado o mais agradável acolhimento da parte do presidente da Comissão, que afirmou optimista

perspectiva para o próximo Portugal. Embora com compreensão, dada a quantidade e a prioridade de problemas a resolver, o embaixador referiu a dificuldade da sua posição actual, sentindo que as condições de ambiente extremamente favoráveis não têm resposta portuguesa, e as suas iniciativas são de limitada e pessoal responsabilidade, na falta de instruções de Lisboa, sobretudo a nível ministerial. Razão que reforça o interesse e a expectativa quanto à formação do Governo provisório.

MOMENTO DIFÍCIL

Na nossa conversa ficou claro que o chefe diplomático da missão está profundamente consciente de que, no plano prático, no plano do acordo comercial, não se pode esperar grandes resultados concretos. A C.E.E. atravessa momento difícil, de crise, a política mediterrânea, onde se incluirá o caso português, será ainda mais delicada e complicada, pelo que o acordo comercial e o seu aspecto evolutivo, a curto prazo, não será grande motivo de alterações. O que importa salientar é que esse acordo foi negociado num ambiente de «porta fechada», de difícil ambiente político dado o regime português, e esse ambiente se encontra alterado. E no plano político que se coloca a «revisão» das relações com as «comunidades», e passou-se da situação de iniciativas portuguesas procurando um certo aval ou tática homologação para uma política (o que dificilmente se conseguia) para uma situação de iniciativas da C.E.E. a que não se tem podido responder.

Como parênteses, poderíamos acrescentar que essa reserva de aval ou homologação muito teria a ver com as políticas internas dos Estados que compõem o Mercado Comum, e a posição das opiniões públicas relativamente a relações com regimes fascistas.

A propósito do novo ambiente, na conversa com o embaixador Magalhães Cruz, falou-se da viagem a Bruxelas de Mário Soares. Dois pontos a reter: Mário Soares não teve o contacto restrito, que mantinha, com elementos da Comissão com filiação de partidário socialista — Spinnelli — mas com «comissários», no seu conjunto, e na qualidade de elementos da Comissão; por outro lado, Mário Soares não teve qualquer contacto com a missão portuguesa junto das «comunidades».

RESTRIÇÕES COMERCIAIS

Ainda sobre as repercussões práticas do ambiente político que sente alterado, e de forma muito optimista, o embaixador Magalhães Cruz referiu a chegada, no dia em que nos encontramos — sexta, 10 — do eng. Carlos Lourenço, presi-

dente da Comissão Interministerial, que vinha de uma missão específica junto da EFTA, no sentido de aceitação para restrições comerciais durante um período limitado e transitório, para o que conseguira a melhor compreensão. E, de certo, o mesmo iria acontecer em Bruxelas, no âmbito do Mercado Comum.

Ambiente e situação bem diferente daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre o futuro de Portugal como membro do Mercado Comum, com o seu estranho gosto pela «biague» (humor negro?), respondeu que seria problema daquela que se traduzia numa entrevista dada por Marcelo Caetano à revista «Le Point», no mês de Março, onde, perguntado sobre o que pensava sobre

DI/NACIONAL

"Também contribuimos para a morte do fascismo em Portugal"

- dizem 300 africanos reunidos em Lisboa

«Para a morte do fascismo em Portugal, também nós, angolanos, moçambicanos, guineenses e cabo-verdianos, contribuimos, com armas, na mão» — diz-se, a abrir um documento aprovado por 300 africanos reunidos em Lisboa. E o documento prossegue:

«A nossa presença física, em Portugal, anda à volta dos 40 mil indivíduos, 99,9 por cento dos quais em situação de subemprego. Somos oriundos das colónias africanas de expressão portuguesa, de várias tendências políticas, pouco dados a muitas letras, tendo em comum a busca, em terra alheia, de condições de vida melhores das que nos davam nas nossas terras.

«Os intelectuais africanos que nos perdemos não terem sido contactados para este encontro. Não houve tempo. Sabemos de antemão que não teremos acesso, pela nossa cultura, junto das tertúlias mais politizadas do País. Pois também não foi essa a nossa pretensão, mas tão somente informar as forças progressistas de Portugal da nossa vivência no quadro do colonialismo, vítimas de um trabalho forçado, de um roubo sistemático das nossas terras, da venda progressista do nosso subsolo às potências estrangeiras, com incidência para o imperialismo ianque, que também oprime o povo português.

«E quem beneficia desta situação? Uma minoria colonial, grande parte da qual foi agora expulsa do poder... Nós também nos mantemos apreensivos diante das perspectivas e soluções que possam os políticos querer impor às nossas terras.»

Na reunião dos africanos, e no âmbito do período dedicado a informações, foram lidos vários documentos, cuja discussão levou às seguintes conclusões:

«Para já, no plano político, os africanos emigrados em Portugal deverão organizar-se em grupos, reunindo indivíduos da mesma colónia, com autonomia própria, que contará com o apoio de um conselho alargado das colónias, a eleger em breve.

«No plano económico, e enquanto não regressarmos às nossas terras, devemos aderir ao movimento português dos sindicatos livres, lutando ombro a ombro com os trabalhadores portugueses, para que não mais um pedreiro seja eternamente considerado um servente de construção civil.

«Congratulamo-nos com o Movimento das Forças Armadas pelas horas que nos deram a viver em Lisboa nas jornadas do Carmo e do 1.º de Maio,

onde um milhão de pessoas manifestou o seu veemente repúdio contra a guerra colonial, com cartazes e palavras de ordem como «Guerra do Povo à Guerra colonial», «Os povos irmãos das colónias vencerão», «Viva o P.A.I.G.C.», «Viva o M.P.L.A.» e «Viva a F.R.E.L.I.M.O.». Pois, acreditando no sentido de vocês todos, na honestidade dos homens da J.S.N., damos o nosso inteiro apoio ao seu programa.

«Não nos surpreende a actividade política dos colonos, ultimamente vinda a lume nos periódicos lisboetas, como a criação de comissões cívicas, U.N.A. e outros partidos quejandos, dirigidos por minorias desenraizadas, não representativas do povo angolês, vendidas ao capital estrangeiro, sustentadas por ideologias sul-africanas e rodesianas, que borboleteia junto da Universidade Salisburiana de Luanda.

«Não somos a favor de um plebiscito para decidir das negociações. Os movimentos de libertação já ganharam, com armas, o direito à independência total das suas terras. Não estarão dispostos a perder tudo na mesa das negociações, numa altura em que têm consciência da vitória alcançada e do total afundamento da burguesia colonial fascista portuguesa; sabem perfeitamente que a vitória é certa e para quem já combate há treze anos nada lhe custa lutar mais dois anos, se for esse o preço da independência total.

«Os trabalhadores portugueses também já votaram nas ruas do País, no 1.º de Maio. Logo, por desnecessário, não aceitamos o referendo, mas não o tememos, quer em Portugal, quer nas colónias. Em Portugal já o ganhámos. Para as colónias pretendemos alertar os actuais governantes para a luta já desencadeada pelos colonos em Angola com vista ao completo boicote desse plebiscito. Acreditamos na fórmula uma cabeça — um voto nos termos propostos pelo general Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro», que le-

mos, e continuamos a acreditar na escolha para governador de Angola de pessoa diferente de qualquer nome sugerido pelos colonos.»

O FUTURO DE ANGOLA

Acerca do futuro de Angola, diz-se no documento dos africanos:

«Não julgamos possível a transplantação de modelos políticos, quer a curto, quer a longo prazo, no espaço. Tere-mos que atender a que, nesta altura, a contradição fundamental em Angola é a que opõe o colonizador ao colonizado. Portanto, julgamos prematuro estar a dizer que nos vamos reger por este ideário político ou por aquele.

«Só os criminosos de guerra, os déspotas locais, os funcionários corrompidos, os ladrões, os pides, os «rodesianos» e demais banditismo legalizado é que receiam a entrada em Angola dos lídimos representantes do povo de Angola — M.P.L.A. e seus dirigentes. Os colonos honestos, que os há, anseiam, como nós, por um saneamento da administração, onde nunca tivemos assento, como nos compete, pelo simples facto de sermos «inferiores» (vide Kaulza de Arriaga, em «O Problema Estratégico Português», 1966-67, pág. 5: «Não há dúvida nenhuma de que a raça preta tem características inferiores à raça branca, como nós latinos temos características inferiores aos nórdicos»).

«Também compreendemos que Angola só poderá viver como uma sociedade multirracial de facto, com o poder na mão dos negros. Só à medida que os filhos dos colonos forem ganhando consciência nacional é que lhes deverá ser permitida a actividade partidária. Por princípio somos contra qualquer racismo ou tribalismo.»

A finalizar, os africanos reunidos em Lisboa prometem falar, em breve, acerca de Moçambique.

Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde

APOIAR A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

O Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde, recentemente constituído, enviou-nos o seguinte comunicado:

«Cabo-verdianos reunidos em assembleia no dia 12/5/74, em Lisboa, manifestam aos heróicos militantes do P.A.I.G.C., F.R.E.L.I.M.O. e M.P.L.A., que há mais de 13 anos lutam pela autodeterminação e independência dos respectivos povos, a sua total solidariedade, e decidem:

- a) Apoiar os estudantes das colónias na sua justa luta pela extinção da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, organismo fascista-colonialista, bem como pela a autogestão da Casa dos Estudantes das Colónias;
- b) Exigir a independência imediata para Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique;
- c) Exigir o reconhecimento imediato do Estado da Guiné-Bissau.»

QUATRO OBJECTIVOS

«Considerando que a independência é o objectivo último e a aspiração mais funda de toda e qualquer sociedade humana diferenciada;

«Considerando ainda que, depois de conquistada a independência, importa definir e concretizar, de conformidade com a vontade expressa da maioria, a forma de associação, cooperação ou integração política e económica de Cabo Verde;

«E criado o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde (G.A.D.C.) anticolonialista e anti-imperialista, de total apoio aos movimentos progressistas, cujos fins imediatos são:

1. — Acção intensiva de politização do povo cabo-verdiano.
2. — Luta sistemática pela Democracia em todos os seus aspectos económicos, sociais e políticos.
3. — Neutralização, em todas as frentes, das manobras fascistas.
4. — Constituição, na base, de comissões do G.A.D.C. em todas as localidades onde existem núcleos de cabo-verdianos.»

SOBRE AS MANIFESTAÇÕES EM CABO VERDE

Ao tomar conhecimento do teor de um telegrama da A.N.I. sobre uma manifestação ocorrida na Cidade da Praia, no passado dia 11, contra o P.A.I.G.C., decidiu o G.A.D.C. enviar o telegrama seguinte ao Rádio Clube de Cabo Verde e à Rádio Barlavento:

«Solicitamos comuniquemos população nosso total apoio campanha esclarecimento e divulgação política P.A.I.G.C. stop manifestamos mais profunda repulsa manobras obstrucionistas fascistas stop Viva Cabo Verde Livre.»

Por outro lado, convocam-se todos os adeptos do G.A.D.C. para uma reunião a realizar no próximo dia 15, às 21 horas, na Rua Duque de Palmela n. 2-8.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

Rua Braamcamp, 9-3."

AVISO

Todos os sócios que desejarem realizar reuniões, deverão marcá-las com 48 horas de antecedência junto do funcionário Marques Lopes (telefones 563306/7/8/9; 536302/3/6; 52527).

A DIRECÇÃO PROVISÓRIA

organização de serviços e de trabalho. estudos de mercado e de viabilidade de projectos industriais.

Uma empresa independente

informática. concepção e execução de software [análise e programação]

ao serviço da independência

definição de estratégias e reanimação de empresas. avaliação de empresas.

das empresas. Serte!

SERTE Sociedade de Estudos e Realizações Técnico Económicas, S.A.R.L.

Av. Almirante Reis 82,7 D Telef:824713-824622-835101 Lisboa



Visite-nos * Visitez-nous * Visit-us

HOJE

até às 23 h da

NOITE

EXPOSIÇÃO de

MOBILIARIO
Z-marks
FABRICANTE

NA

MOVILAR
PORTUGUESA

apresentação de novos modelos

Rua Marquês da Fronteira, 4 (loja)

S. Sebastião — LISBOA

TV

DL/ESPECTÁCULOS

UM BELO PAÍS CHAMADO ANTÓNIO REIS

Vamos decidir em conjunto: assim se chama o programa ontem inaugurado na televisão. Programa didáctico, destinado a elucidar a audiência sobre a maneira formal, legal, de trabalhar em conjunto. A maneira racional, digamos: um manual de como orientar, de como se comportar em assembleia.

Da oportunidade da iniciativa nem vale a pena falar. Entramos numa época de pôr os problemas na mesa, as assembleias vão organizar-se a vários níveis e nos mais diversos locais: *Vamos decidir em Conjunto* acontece pois na al-

tura própria.

Seria impensável há um mês. Nesse tempo assembleia-se pouco e tudo se fazia em esferas a que não acedíamos. Para que diabo precisavam as pessoas de conhecer as normas das reuniões, se as reuniões de mais do que um estavam proibidas — e mesmo essas com a máxima discricção, prudência e sempre na melhor ordem para evitar a intervenção das otoridades.

A simples existência de um programa deste tipo, dá bem a medida do caminho percorri-



do. Não só, porém, a sua existência, mas o processo da sua organização.

O exemplo está consagrado como o melhor processo didáctico. Duas maneiras de expor o funcionamento de uma assembleia: um senhor, doutor qualquer vinha diante da câma-

Por MARIO CASTRIM



Porque as aventuras, meus caros, não se passam apenas no Amazonas, nos trópicos ou nas planuras geladas dos polos: as aventuras verdadeiras, as mais importantes, são aquelas de que somos protagonistas, aquelas que acontecem mesmo à nossa beira. A aventura pode ser isso mesmo: o funcionamento de uma assembleia — quando o direito à assembleia é uma realidade...

Isso aconteceu-nos ontem: vivemos a assembleia tão ao vivo, tão excelentemente representada que aqueles 50 minutos passavam num abrir e fechar de olhos. A integração dos funcionários, daqueles amigos, da RTP, foi notável de verdade e de eficácia. Actores consumados não fariam melhor. E se dissermos que o presidente *ad hoc* foi Roque Laia, teremos adiantado muito sobre a qualidade da presidência, de uma presidência de que toda a ditadura foi abolida para se evitarem dolorosas conotações...

A sério: há muito tempo que não assistíamos a tão bom teatro na televisão portuguesa. E a tão bons «actores» — sem falhas de memória, sem hesitações e quanto a movimentação corporal, ó lá lá!

Roque Laia: vamos tê-lo mais vezes na televisão a co-

municar-nos a sua experiência, a contagiar-nos com o seu dinamismo e com o cravo encarnado na lapela a marcar o simbolismo da hora.

A programação de TV teve ontem outro encanto: a presença de António Reis, na rubrica *Escrever é lutar* que foi, como se sabe, o slogan da Associação Portuguesa de Escritores na manifestação do Primeiro de Maio.

Vê-lo é ver a sua poesia: a mesma aparente facilidade, os mesmos passos leves como se temessem ser pressentidos. Fala, e enquanto fala, estamos a traduzir as suas palavras em poemas, nos poemas de poucas palavras que são os seus. Porque cada expressão sua, de repente, se transforma em poema. Porque cada acto do seu filme «Jaime» em poema igualmente se transforma.

Não foi apenas a presença de um poeta, aquela que tivemos: foi antes a presença de uma pessoa na sua totalidade. Tão cheia de humanidade, tão autêntica, tão longe dos rodrguinhos e dos falsos pudores — que a raiz de toda uma poesia surgiu da terra e ali ficou, viva, diante dos nossos olhos.

No mapa familiar do Telespectador português há mais um belo país chamado António Reis.

Trabalhadores da Fiat querem um sindicato da Indústria Automóvel

Cerca de 300 trabalhadores das oficinas e escritórios da **Fiat Portuguesa** reuniram-se, ontem, no ginásio do Externato Marista, em Lisboa.

Num ambiente de vibração e prometedora unidade entre os diversos grupos profissionais presentes, foram analisadas as situações de exploração e injustiça existentes nesta empresa, tendo sido iniciadas as discussões preliminares que hão-de conduzir à elaboração e discussão de um caderno reivindicativo a apreciar e votar em próxima reunião geral de trabalhadores, em data a anunciar.

Realçada por um dos intervenientes a circunstância histórica de ser esta a primeira vez que os trabalhadores daquela empresa se podiam reunir livremente sem receio do controlo e da repressão policial ou de outras formas de coacção que impediam os trabalhadores de se unir na defesa dos seus legítimos direitos e interesses, o que constituía uma experiência inolvidável para a totalidade dos presentes, a qual, como realçou outro interveniente, só foi possível porque muitos trabalhadores militaram corajosa e sacrificadamente, ao longo de meio século, para devolver aos trabalhadores os direitos que sistematicamente lhes foram son- gados.

Os trabalhadores denunciaram as ligações do antigo regime com os interesses do capital. Declararam-se conscientes de que a actual estrutura sindical corporativa e fascista deve ser desmantelada e de que as raízes profundas de alguns problemas apontados na reunião só podem ser atacados a nível sindical se for constituído um sindicato fortemente reivindicativo que abranja todos os trabalhadores da montagem e comércio de automóveis em Portugal. Os trabalhadores da Fiat mostraram-se favoráveis à construção desse sindicato.

Com vista à elaboração do caderno reivindicativo a apresentar à direcção da filial, em Portugal, do mais importante potentado da indústria automobilística europeia, foram focados, entre outros, os seguintes e importantes aspectos:

- estabelecimento de um salário mínimo,
- aumentos salariais segundo critério inversamente proporcional aos actuais vencimentos,

- estabelecimento de um horário comum para todos os trabalhadores da empresa,
- revisão imediata das categorias profissionais,
- estudo da redistribuição dos vencimentos de todos os trabalhadores, empregados superiores e administradores, com vista ao estabelecimento de tabelas de vencimentos que, embora respeitando certas diferenciações, abatem os

- actuais desníveis e estabelecem uma equilibrada justiça salarial,
- saneamento dos quadros de chefia e administração e revisão dos quadros de pessoal estrangeiro que deve provir somente os cargos inerentes à garantia dos interesses do capital que representam,
- imediata eleição da comissão representante e representativa dos trabalhadores.

actuais desníveis e estabelecem uma equilibrada justiça salarial,

— saneamento dos quadros de chefia e administração e revisão dos quadros de pessoal estrangeiro que deve provir somente os cargos inerentes à garantia dos interesses do capital que representam,

— imediata eleição da comissão representante e representativa dos trabalhadores.

CAÇADORES DE GRÂNDOLA

Um grupo de caçadores de Grândola enviou um telegrama de «apoio e adesão» ao general António de Spínola. Além disso, pedem a revogação da actual lei de caça, alteração ao sistema vigente sobre coutadas e aramados, não sendo permitidas nem vendas nem batidas, que a licença para caçar se limite a dois dias por semana, antecipação da abertura e encerramento da caça e destituição das comissões venatórias do Sul e concelhia.

APOIO DECIDIDO À POLÍTICA

DE POSSÍVEL RECESSÃO DE PREÇOS DE ARTIGOS
DE 1.ª NECESSIDADE

SECTOR ALIMENTAR

PRODUTOS DE MERCEARIA (grossa e fina) E DE CONFEITARIA

SECTOR ULTRAMARINO

PRODUTOS DE TORREFACÇÃO, ALIMENTARES E INDUSTRIAIS

SECTOR QUÍMICO — INDUSTRIAL

VARIADÍSSIMAS DROGAS E PRODUTOS QUÍMICOS PARA A INDÚSTRIA E LAVOURA NACIONAIS

«STOCKS» À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS
NO NORTE E SUL

CONSULTE-NOS

VISITE-NOS

A. D. OLIVEIRA MAGALHÃES — EXPORTADORA, S.A.R.L.

RUA SANTOS POUSADA, 113/15

TELEXES 22728 e 22207 — PORTO

TELEFONES: 50056-7-8-9-555512-480626-54466-484457

COSTA LINO — IMPORTADORA, S.A.R.L.

PAÇO DA RAINHA, 54

TELEFONES: 530061-557434-54423

TELEX 11374 — LISBOA

FILMATAUS
APRESENTA

ALAIN DELON

na mais violenta e proibida história de amor



num filme de
VALERIO ZURLINI

OUTONO
ESCALDANTE

GRUPO D (INDIAN SUMMER) 18 ANOS

SONIA PETROVA • GIANCARLO GIANNINI
RENATO SALVATORI • ALIDA VALLI



VERSÃO INTEGRAL

BREVE

ESTREIA

IMPÉRIO

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS
DE ESCRITÓRIO DE LISBOA

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS

Convocam-se todos os trabalhadores do sector
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS
(antiga 15.ª S. A.) para uma reunião a realizar no dia

16 (5.ª FEIRA) AS 21 HORAS
NA VOZ DO OPERÁRIO

com a seguinte ordem de trabalhos:

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA SITUAÇÃO
SINDICAL ACTUAL

A DIRECÇÃO PROVISÓRIA

DI/NACIONAL

TELEVISÃO EM ANGOLA (AINDA NÃO EM DEFINITIVO) NO PRÓXIMO DOMINGO

LUANDA, 15 — (L.) — Seguiu para Lisboa uma equipa de reportagem da TVA, que vai fazer a cobertura das cerimónias da posse do Presidente da República e do Governo — segundo anunciou a «Lusitânia» — um informador daquela empresa.

A notícia, entretanto divulgada pela rádio, causou o maior espanto porquanto a TVA despojada pelas entidades oficiais, nunca chegou a estruturar-se convenientemente e encontrava-se numa situação financeira ruínosa. A constituição de uma outra empresa a RPA-Rádiorotelevisão Portuguesa de Angola — com capitais do Estado, da RTP e das principais emissoras de rádio do território, com serviços administrativos já em funcionamento e preparando com celeridade as suas estruturas com vista ao começo de emissões regulares, era, aos olhos do público, o «golpe de misericórdia» nas aspirações da TVA.

As imagens das cerimónias de Lisboa serão apresentadas à população de Luanda no próximo domingo à noite. Para o efeito a TVA colocará em locais esco-

lhidos 60 ou 70 aparelhos que possui, para que os luandenses possam tomar contacto, praticamente pela primeira vez, com aquele importante meio de comunicação. O sistema a utilizar será o de circuito fechado.

Em entrevista concedida a um programa radiofónico, um dos dirigentes da TVA afirmou

que vão principiar emissões experimentais, possivelmente diárias, das 20 e 30 às 23 horas.

Ainda de acordo com aquele dirigente o «reaparecimento» da TVA deve-se à boa compreensão da Junta de Salvação Nacional «pela iniciativa dos homens que a criaram e pelos capitais que ela mobilizou».

Manifestação popular na Madeira

FUNCHAL, 15 — (ANI) — Na Praça Central da vila de Santa Cruz, na Madeira, realizou-se uma concentração popular, durante a qual vários oradores enalteceram os Forças Armadas e a Junta de Salvação Nacional e referiram-se a aspectos prioritários do concelho, particularmente afectos à agricultura e vias de comunicação.

A manifestação constituiu um flagrante exemplo de civismo.

Entretanto o «Movimento Democrático da Madeira» (MDM) realizou uma reunião para debate de alguns problemas, como a sede, jornal do «Movimento», «Secretariado», gabinete de Imprensa e Rádio, criação do «Movimento Democrático Juvenil da Madeira» e estruturação do MDM no Movimento Democrático Português, bem como aspectos imediatos relacionados com a regularidade do MDM.

REUNIÃO DE EMPREGADOS DO ACP

Os trabalhadores do Automóvel Clube de Portugal efectuam amanhã, à tarde, dia 15, pelas 19 horas, na sede do Sindicato dos Empregados de Escritório, Rua Braamcamp, 9-3.º,

uma reunião para resolverem importantes problemas da sua vida profissional e que se agravaram recentemente face a atitudes lesivas para os trabalhadores.

GRÊMIO NACIONAL DOS ARMAZENISTAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Praça Velasquez, 219-3.º-esq.
PORTO

CONVOCATÓRIA

Convoco V. Ex. para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 22 pelas 14.30 horas, na sede deste organismo, à Praça Velasquez, 219, 3.º, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Discutir o votar, face ao momento actual, o destino do organismo;
- Nomear uma comissão de 5 elementos, encarregada de cumprir os designios decididos nesta assembleia.

A Assembleia funcionará à hora marcada, desde que esteja presente a maioria dos associados; caso tal não aconteça funcionará, com qualquer número, uma hora depois da designada.

Porto, 14 de Maio de 1974
Grémio Nacional
dos Armazenistas de
Materiais de Construção

O Presidente
da Assembleia Geral
Lusitânia Comercial de Viseu,
Lda.



maio 17 SEXTA-FEIRA
21.30h-BILHETES À VENDA - TEL. 243 22 38
PAVILHÃO G. D. PAÇO D'ARCOS

TEATRO VIVO E ACTUAL O ESPECTÁCULO QUE VOCÊ ESPERAVA

HOJE
SESSÃO ÚNICA
ÀS 21.45 H.

APROVACIONADO
TEATRO
VILLARET
grupo D M 18 anos

A DAMA DE COPAS
E O REI DE CUBA

AUTOR: TIMOCHENKO WEHBI direcção ODÁVLAS PETTI

CONSORCIO
BRASILEIRO
DE TEATRO

apresenta uma
COMÉDIA
DE SABOR
AMARGO

com
NORMA SUELY
MIRIAM PIRES
FERNANDO DE
ALMEIDA

curtíssima
temporada

50 % de Desconto p.º Estudantes e Associações Culturais e Recreativas

"EPITÁFIO A PASCOAL":

Um novo livro de Manuel Geraldo

Já se encontra nos escaparates o novo livro do nosso camarada de Redacção Manuel Geraldo, cujas duas obras anteriores («Sangue Negro, Sangue Branco» e «Dez Farpas no Medo») tinham sido apreendidas pela Pide.

Novela multifacetada, «Epitáfio a Pascoal» trata da saga rural de um homem historicamente só, utilizando Manuel Geraldo um estilo linear e isento de «gongorismo». Sobre o autor escreve Fernando Luso Soares: «Textos como todos os que nos surgem na obra de Manuel Geraldo têm efectivamente o seu lugar num mundo que se desenha de comunicação acelerada. Ou de informação compressa. Em três ou quatro pinceladas Geraldo dá-nos a mensagem de um «particular» posto concretamente em causa. Mas não se trata de análises puramente relatoriais. Não é a brevidade paraesquemática que lhes recusa aquela natureza literária que efectivamente mostram. E o jogo vivo, diversificado da natureza humana-mais singularmente da natureza do português. Isto, conforme dois lugares ao mesmo tempo postos em contraponto e em confluência: o Alentejo donde se parte, e a África onde se está».

«Epitáfio a Pascoal», uma edição da «Pulblis», tem ilustrações de Kira.



Manuel Geraldo

ANGOLA

Provocadores à solta

LUANDA, 15 — (L.) — Desde anteontem à tarde e durante todo o dia de ontem, a capital angolana foi abalada por uma onda de boatos que indicavam a iminência de desordens instigadas por uma emissão estrangeira.

Centenas de telefonemas foram recebidos no Comando-Chefe das Forças Armadas pedindo esclarecimentos e «providências para evitar o pior». O alarme era quase geral.

Todavia, e depois de exaustivas investigações pela Polícia de Informação Militar, Polícia Militar, que mantém patrulhas constantes, Comando da PSP suburbana e outras entidades, não foi detectado qualquer caso que pudesse justificar o estado de alarme das pessoas.

A situação teve até casos insólitos como o de um leitor de «A Província de Angola», que telefonou para aquele jornal avisando que uma escola primária do Bairro de Vila Alice ia ser «assaltada» dentro de pouco tempo. Imediatamente a redacção avisou o Comando-Chefe e fez deslocar uma equipa de reportagem ao local, a qual não conseguiu vislumbrar o mais pequeno indicio de perturbações.

Também numa escola do Bairro Cuca um homem embriagado que empunhava uma faca provocou o pânico. «Quer matar as crianças» — e logo então correram em debandada. A Polícia Militar averiguou de imediato que não havia razões para inquietações.

Um porta-voz do Comando-Chefe das Forças Armadas que explicou pormenorizadamente para a rádio as ocorrências registadas, atrás descritas, asseverou que não houve qualquer incidente grave em Luanda até ao princípio da noite de hoje. «Tudo não passou de boatos instigados não se sabe por quem, mas com o objectivo definido de provocar agitações

é confrontação entre os vários sectores da população.

Vários elementos da Imprensa estrangeira, que desde há dias se encontram em Luanda, puderam testemunhar os factos referidos. A maior parte deles pas-

sou a tarde numa conferência de Imprensa promovida pelo Movimento Democrático de Angola de apresentação de presos políticos recentemente regressados de S. Nicolau, Tarrafal e da foz do Cunene.

Comício do PAIGC em Cabo Verde

CIDADE DA PRAIA, 15 — (ANI) — Realizou-se no sábado passado, no Cine-teatro Municipal da Praia, mais um comício promovido por elementos ligados ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), tendo a mesa sido constituída pelo eng. Manuel Rodrigues, dr. Hoffer Almada, eng. Sérgio Centeio, José Luís Fernandes e Luís Fonseca. No comício foram focados os seguintes pontos:

- Meios económicos de subsistência e desenvolvimento de Cabo Verde como país independente.
- A estrutura e organização do PAIGC.
- Não se ver inconveniente

na presença de não caboverdianos num Cabo Verde independente.

— Liberdade de religião.

— Reconhecimento da existência de uma cultura caboverdiana e seu desenvolvimento.

Entretanto, na tarde de sábado numeroso grupo, manifestando oposição à independência imediata e absoluta pedida pelos adeptos do PAIGC, percorreu as ruas da cidade com a bandeira portuguesa e dirigiu-se ao Palácio do Governo, onde perante o encarregado do Governo, foram dados vivas a Portugal, às Forças Armadas, ao general Spínola e a Cabo Verde.

Ex-inspector da PIDE enviado para Timor

LUANDA, 15 — (ANI) — Por decisão da Junta de Salvação Nacional, partiu para Timor o dr. Anibal São José Lopes, que durante muitos anos desempenhou as funções de director da delegação da extinta PIDE em Angola.

Segundo informação da emissora oficial de Angola, aquele elemento da PIDE foi mais tarde promovido ao cargo de inspector superior, chegando a de-

semperhar as funções de director do Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA).

Quando eclodiu o movimento libertador das Forças Armadas, aquele indivíduo estava em Lisboa, de onde voltou a Luanda alguns dias depois.

A sua presença em Angola provocou protestos por parte de diversas organizações cívicas e democráticas.

TRIBUNA LIVRE

MOREIRA CUSTÓDIO

Atribulações de um leitor na hora da difícil opção

A liberdade é um exercício, só se aprende com a prática — a melhor maneira de entender toda a amplitude do seu conceito, toda a complexidade da sua essência é vivê-la!

Ainda estão bem presentes entre nós os ecos de uma espectacular viragem política, há tanto ansiada, há tanto murmurada, que tão fundada Esperança fez renascer em nós.

Um volte-face nos arrancou de um letargo, que nos restituiu as liberdades fundamentais. O direito à vida.

Saibamos pois defendê-la ciosamente — aquela liberdade porque sempre lutámos e a que temos jus direito pela força da razão. E não pela razão da força.

Aproxima-se a hora da escolha, da escolha do credo político que irá reger, num futuro próximo, a nossa actividade no seio da sociedade.

A nossa vida. A vida dos nossos. A vida dos outros.

Por enquanto, tudo o que nos chega à mão, quer seja escrito falado ou comentado, tudo é devorado com sofreguidão, tudo é voragem tudo é expectativa, tudo são padrões certos, tudo é Boa-Nova — tudo é Messiânico. Tudo é ansia de viver.

Há pois, quando chegar o momento, saber conscientemente escolher, saber porque se escolhe, saber os porquês que irão fundamentar a nossa escolha.

Há pois que nos inteirarmos conscientemente, com honestidade, com conhecimento cabal e lato daquilo que melhor nos convém, estádio esse que só atingiremos quando formos possuidores de uma perfeita capacidade de destrinça, de análise e estudo de tudo aquilo que nos for submetido à apreciação.

Sim, porque a decisão da escolha caberá somente ao Povo, a mais ninguém!

Esqueçamos pois as divergências sectárias que a ninguém aproveitam, que só nos desunem, que só nos debilitam.

Que só favorecem os CAMALEÕES que, atentos, esperam a sua oportunidade para vibrarem o contra-golpe. Oportunidade que nós não lhe proporcionaremos, pois daí ao extermínio mediará um passo.

Saibamos retribuir com verdadeira gratidão à dívida que contraímos para com o Movimento das Forças Armadas — que também foi o nosso movimento!

Povo deste meu país, a tão ansiada oportunidade chegou enfim — agarrêmo-la com unhas e dentes!

Atitudes de estatismo acomodaticio ou de expectativa pseudo-estratégica a nada conduzem, na hora actual. Antes pelo contrário.

Portugal será o país que o seu Povo escolhe e não apenas aquilo que a vontade ou a defesa de interesses de alguns ordenarem ou impuserem!

Todavia deveremos estar preparados para enfrentar situações inesperadas e dúbias que se nos depararão em avalanche.

Haverá moldes políticos que nos serão pintados como autênticos reinos da promessa. Que fazem a felicidade dos nossos vizinhos. Fórmulas

essas que, de tão evoluídas, não constituirão no momento actual, a terapêutica ideal para os nossos males. E porquê?

Porque herdamos outras características.

Porque somos possuidores de uma mentalidade diferente.

Porque praticamos o culto perfilhado na máxima que somos uns sofrendores de eleição, uns sublimadores de desgraça, — porque é esse o nosso destino.

Porque nos foi imposto um estado de cristalização mental e psíquica que nos fez perder o gosto pela vida, reflexo de um abjecto sistema repressivo sob todas as formas, ao longo de quase 50 anos de escuridão.

Porque nos amputaram a capacidade de discernimento e reflexão.

Porque, ainda somos SUBGENTE!

Sem deambulações românticas aprendemos pois, antes de tudo o mais, a viver. A amar. Ao culto do respeito e dignificação do nosso semelhante. Ao diálogo aberto e racional construtivo. E franco.

O resto virá como que por imperceptível e lógico acréscimo da nossa tomada de posição.

Do nosso comportamento.

Tudo isso será viável, tudo se poderá materializar através de uma verdadeira UNIDADE.

A progressão deverá ser firme, porém gradual.

Sem atropelo às nossas liberdades fundamentais, aos nossos sagrados direitos.

Aos nossos deveres.

Sem chavões sebastiânicos ou demagogias caricatas.

Mas sim norteados por um verdadeiro e imutável clã democrático, de que os nossos filhos não se envergonharão.

Povo do meu país, ainda és um recém-nascido político, quer queiras quer não.

Ainda há em ti um incómodo cordão umbilical que te arrega a tradições anacrónicas. A conceitos há muito ultrapassados.

A dogmas obsoletos e máximas lapidares anquilosadas que ainda te ecoam nos tímpanos.

A papões doutrinários e punições apocalípticas que ainda te adejam pelo subconsciente, privando-te da sensibilidade. Roubando-te a lucidez. Privando-te o equilíbrio.

— A ordem é: liberta-te de tudo isso para sempre! Prioritariamente!

— A hipótese chama-se futuro! A tese (RE) APRENDER A VIVER COM DIGNIDADE!

Com serenidade, com coerência, sem dúvidas nem sentimentalismos saibamos encontrar o verdadeiro diagnóstico — solução que irá de encontro às nossas carências, às nossas necessidades mais prementes, às nossas ambições.

Saibamos igualmente demonstrar inequivocamente aqueles que tão cruelmente nos desumanizaram, que tão criminosamente e aviltantemente nos oprimiram, que, mau grado a caótica herança que nos legaram, a sabermos despotecar com a alegria e espírito de fraternidade.

Com idoneidade de processos. Com lhanza de princípios e com a segurança e serenidade que o direito da razão nos confere.

Saberemos responder à brutalidade com humanidade.

Ao ódio com ostracismo.

À vingança com «fair-play».

Ao pesadelo da opressão com incontida esperança.

E nesta hora de reconstrução do nosso Portugal, que há tanto ansiamos ver projectado na sua justa dimensão, saibamos responder sem vacilar. PRESENTE!

O povo de Murça reconhecido às Forças Armadas e ao presidente da Câmara

MURÇA — A população de um dos mais esquecidos e abandonados concelhos do Nordeste Transmontano como o foi o de Murça, não podia esquecer e ser ingrata para o homem que, no curto prazo de um mandato municipal, modificou totalmente as características — e atrasadas — vivências da população.

Por isso foi ontem em força — a força que vem dos números e da espontaneidade — manifestar os seus verdadeiros sentimentos de gratidão a Joaquim Ferreira Torres, o presidente do município que dinamizou todo o concelho, dando-lhe estradas transitáveis e abrindo outras para acesso a freguesias e lugares onde até então, só a cavalo se podia ir, sujeitando-se as pessoas aos perigos das intempéries e dos rigores de um clima rigoroso. Quis homenagear o presidente, senão o homem que deu condignas instalações a escolas primárias, onde nenhum professor desejava estar, permitindo que as crianças abandonadas desses lugares mais recônditos pudessem receber — ao menos! — a instrução primária. Mas não só as aldeias beneficiaram com o dinamismo de Ferreira Torres, que por muitas delas (que todas) distribuiu água canalizada pública, electricidade e os meios que já desesperavam de vir a alcançar, para se promoverem como parte integrante de um País civilizado.

A sede do concelho quanto não beneficiou com a acção governativa do presidente Ferreira Torres? Perguntam-se as pessoas. E elas mesmo respondem apontando os benefícios, tais como: o arranjo da própria vila que hoje se apresenta limpa e asseada; o monumento ao heróico soldado Milhões — cujo busto ofereceu — o modelar quartel dos bombeiros voluntários e o aumento substancial do seu parque de viaturas; a beneficência dos edifícios públicos; todos eles, agora, com instalações condignas; as escolas primárias e a excelente piscina — «luxo» que até muitas terras com muito mais possibilidades económicas não têm e que, na região é talvez a melhor. Quantos outros benefícios para o bem público!

E quantos foram oferecidos por Ferreira Torres, sem esperar outra contrapartida que não fosse o bem-estar das gentes do concelho que se propôs administrar e fazer progredir — que nem sequer é a sua terra natal, mas sim de sua esposa. Quantos?

Isso procuram na memória os que beneficiam dessa dinâmica



A população do concelho de Murça esteve na sua máxima força na sede do concelho, levando cartazes de apoio e enchendo o Largo do Pelourinho e as outras artérias próximas, com o seu entusiasmo e gratidão

presidência municipal, mas a lista é tão grande e composta de tantas melhorias, que as pessoas não conseguem recordar tantas nem quantas.

Tudo isso não esqueceu o Povo Murcense nesta hora de euforia da Liberdade e da Verdade também.

E porque o não esqueceu — nem esquecerá! — ocorreu à vila para se juntar nesta grande manifestação de agradecimento e simpatia.

As aldeias ficaram vazias, só algumas mulheres ali permaneceram ou velhos, muito velhos, ou crianças. Todos os que podiam mesmo com sacrifício, vieram a Murça.

Vieram e traziam panos pintados com «slogans» de apoio e gratidão. Neste dia-se: «So com este homem é que Murça deixou de estar isolada»; noutro afirmava-se: «Estamos com Ferreira Torres, estamos com as Forças Armadas»; noutro ainda se garantia o apoio ao homem a quem todos os Murcenses deviam o progresso da sua terra.

Eram milhares, homens rudes, mulheres e crianças das aldeias que lado a lado com a população da vila faziam multidão de milhares e milhares de corações agradecidos, a quem com meticulosidade, apurou e, até sacrifício tirou a terra da letargia ancestral a que estava votada: Joaquim Ferreira Torres.

Desfilaram pelas ruas da vila, levando consigo a banda dos bombeiros, também ela e também eles reconhecidos, e vitoriam o presidente e especialmente o homem — que muitos consideram o maior benemérito da

Instituto Superior de Economia reabre dia 20

O Instituto Superior de Economia, que se encontrava encerrado pelo ex-director desde Março, vai retomar, a partir da próxima 2.ª feira, dia 20, as actividades escolares regulares.

Tem-se processado um intenso esforço, por parte de estudantes e docentes, no sentido de reestruturar e democratizar a Escola e modificar o con-

teúdo reaccionário do ensino ministrado.

Nesse sentido, optou-se pela conclusão do presente ano lectivo em moldes que permitam colmar as maiores deficiências de conhecimentos, ligar o estudo à realidade nacional e servir de base à reestruturação global dos planos de estudo.

TELEGRAMA ENVIADO A J.S.N.

Vai ser proposto a esta grandiosa assembleia de milhares de democratas o seguinte telegrama, cuja aprovação deverá ser por aclamação.

Os milhares de democratas li-

vremente aqui presentes (não fascistas nem Pides) que deixaram as suas aldeias desertas para virem apoiar sem reservas e com o coração as gloriosas Forças Armadas, que, com tanta bravura e sem derramamento de sangue nos entregou um Portugal livre onde todos os democratas possam doravante viver em Paz e com Justiça.

Apelamos para a Junta de Salvação Nacional cónscios de que os anseios destas gentes da serra, terra do glorioso herói Milhões possam ser completamente concretizados mantendo à frente dos destinos deste concelho Joaquim Ferreira Torres, que nos da segura garantia de não se voltar a um passado de tão tristes recordações.

Lutamos e continuaremos a lutar aqui e onde quer que necessário se torne pelo progresso e só por ele, para bem do concelho de Murça.

Vai ser enviado um memorial acompanhado de assinaturas das gentes democratas deste concelho confirmando a nossa vontade.

Viva as Forças Armadas. Viva a Junta de Salvação Nacional. Viva Portugal.

E foi em exaltado fervor patriótico e de reconhecimento às Forças Armadas e a Joaquim Ferreira Torres que o foram buscar, e ao vice-presidente, para lhes mostrarem o seu apreço e gratidão, pelo que fizeram em tão curto espaço de tempo, sem delações de qualquer espécie a todos atendendo sem lhes procurar saber a cor política — pois todos os Murcenses, sem distinção, beneficiaram da sua acção.

DI/NACIONAL

MAIS CASAIS OPERÁRIOS, MAIS CRIANÇAS NA RUA

Grave carência de creches e jardins de infância no distrito de Setúbal

No distrito de Setúbal, noventa por cento das crianças filhas de pais trabalhadores não têm infantário ou jardim de infância que as receba. O distrito dispõe apenas de um quarto dos estabelecimentos infantis de que precisa. Daqui até 1976, as necessidades aumentarão de 100 por cento, só no concelho de Setúbal, e de 600 por cento na nova área industrial de Sines.

O diagnóstico estatístico da situação, que resumimos, foi entregue às autoridades administrativas pelo Grupo de Trabalho de Assistentes Sociais do Distrito de Setúbal, que lhe acrescentam considerações para uma intervenção a nível das necessidades, documento que, segundo afirmam os membros do Grupo, gostaríamos pudéssemos servir como base de reflexão para uma possível e urgente mudança da realidade actual.

Os resultados obtidos em termos de quantificação das necessidades em equipamento a criar que constam do trabalho, evidenciam a gravidade da situação numa comprovação cabal das dificuldades que quotidianamente as populações sentem e expressam, notam os autores, acrescentando: o grupo está certo de que o conhecimento

desta realidade vivencial, que neste momento traz a lume na expressão extremamente fria dos números apresentados, embora significativos, e que fica aquém do sentimento colectivo com que estes profissionais (assistentes sociais) diariamente se confrontam, contribuirá forçosamente para a rapidez das decisões a tomar.

ALARMANTES, E POR DEFEITO

O Grupo procedeu aos seus cálculos com base em estatísticas demográficas oficiais, entendendo que 10 por cento do total das crianças até três anos deveria ser colocada em infantários e 60 a 80 por cento das crianças de três a seis anos em jardins de infância. A «capacidade preferencial» dum infantário é de 60 crianças, e de 120 crianças a de um jardim de infância, de acordo com estudos realizados pelo Fundo de Fomento e Habitação para o Ministério da Saúde e Assistência.

Nestes termos, os números obtidos como equipamento a criar para o distrito de Setúbal, 51 infantários e 112 jardins de infância, embora alarmantes,

são ainda susceptíveis de correcção dado que não se cre que cubram toda a realidade.

Pormenorizando, o grupo traça o seguinte quadro da situação, ao nível do distrito:

«No que se refere a infantários teremos uma população de 3503 crianças com necessidade deste tipo de equipamento. Deste número estão abrangidas pelo actual equipamento 315 crianças (8,9 por cento do total), tendo portanto necessidade de colocação 3188 crianças (91,1 por cento do total).

«No que se refere a jardins de infância teremos um total de 15 887 crianças com necessidade deste tipo de equipamento. Deste número estão abrangidos pelo actual equipamento 1825 crianças (11,5 por cento do total), tendo portanto necessidade de colocação 13 791 (88,5 por cento do total).

«Referindo a necessidade de equipamentos observamos a existência de 12 infantários o que representa cerca de 1/4 do total necessário (51). Na análise do equipamento de jardins da infância verificamos que a necessidade de cobertura seria de 131 estabelecimentos existindo apenas 35 (26,7 por cento do total necessário). Constata-se assim a necessidade actual de criar 113 jardins de infância.»

alimente 60 000 pessoas dentro de dois anos: não há no concelho nenhum infantário e nenhum jardim de infância, sendo necessário criar sete estabelecimentos do primeiro e dezasseis do segundo dos dois tipos referidos.

Setúbal, onde actualmente existem dois infantários e nove jardins, precisará de 12 e de 22 para fazer face ao aumento populacional que se prevê já para 1975: de cerca de 62 500 pessoas para 110 000. O aumento necessário do número de estabelecimentos é aqui de 100 por cento (em Sines varia entre 600 e 750 por cento).

DA EMPRESA AO ESTADO

Esta a gravidade da situação. O Grupo de Trabalho enumera algumas propostas de intervenção, que afirma caber, em primeira linha, ao Estado, pois se constata que na cobertura que existe actualmente, cabe à iniciativa privada a responsabilidade da quase totalidade do equipamento.

Criticando o condicionismo dos «equipamentos» de empresa, os assistentes sociais baseiam-se na experiência para mostrar que existem contra-indicações à implantação de infantários e jardins de infância no

local de trabalho, não só pela situação de injustiça relativa entre os pais de crianças beneficiadas e os pais daquelas que não podem ser abrangidas, mas também pelo grau de vinculação do trabalhador à empresa, diminuindo-lhe a possibilidade de optar por melhor colocação. Por outro lado, os encargos assumidos directamente com as Obras Sociais são normalmente apresentados como pretexto para a manutenção de salários baixos e para a não revisão dos mesmos.

Justificando a prioridade e a urgência da intervenção estatal, os assistentes sociais afirmam: Se atentarmos nas condições de abandono em que vive a grande maioria das crianças portuguesas durante o tempo de trabalho diário de seus pais e também resultantes das deficiências de educação das famílias, não podemos deixar de nos inquietar com as gravíssimas consequências que aquelas acarretam ao desenvolvimento da criança, bem como pela sujeição constante a riscos e vida superiores aos normais. Encargo bem pesado que a curto prazo a sociedade terá de suportar com os meios de tratamento e de recuperação de tantos distúrbios facilmente evitáveis se forem desde já postas em execução as medidas exigíveis em favor das crianças.

PROPOSTAS

Propõe-se, pois, maior intervenção do Estado na definição de uma política de protecção à infância e na execução de medidas e acções necessárias à sua concretização através de:

1 — Definição e regulamentação dos meios que permitam a protecção à infância.

2 — Previsão das necessidades em matéria de creches e de jardins de infância, segundo critérios regulamentados, com o fim de identificar as prioridades de instalação.

3 — Instalação e / ou coordenação da sua instalação, cumprindo as prioridades previstas e as condições pedagógicas no que respeita a dimensão, apetrechamento e funcionamento.

4 — Regulamentação que inclua nos novos planos de urbanização este equipamento.

5 — Regulamentação das tributações das empresas privadas com vista ao financiamento de equipamentos sociais para a infância.

6 — Apoio adequado às iniciativas promovidas por associações paroquiais, associações recreativas, e outras, e fomento das associações de pais.

Paragens de trabalho em Indústrias Têxteis

CEBOLAIS DE CIMA, 15 — Solidários com os trabalhadores da indústria de lanifícios da Covilhã e dando pleno apoio às reivindicações do Sindicato das Indústrias Têxteis os operários desta região fabril iniciaram, ontem, uma greve de braços caídos.

Deste modo, todos os trabalhadores fabris, que desenvolvem a sua actividade operacional em cerca de 20 fábricas de lanifícios, compareceram ao serviço, às oito horas, ocuparam os seus postos mas não iniciaram o trabalho antes das dez horas. No turno da tarde verificou-se também uma interrupção do trabalho durante duas horas, computando-se assim em quatro horas diárias a greve que se está a processar nesta região fabril, a qual se manterá enquanto a classe patronal não ceder à reivindicação apresentada e que consiste no aumento salarial de 1000\$00 por mês a todos os operários da indústria de lanifícios seja qual for a sua posição dentro das empresas.

A «MISS» GARANTE QUE NÃO É CASADA

MADRID, 15 — Afinal «Miss Europa-74» não é casada. «Creio que pretendem confundir e difamar meu legítimo título» — declarou Wenche Steen, «Miss Europa-1974» à agência EFE desmentindo a notícia de que seria casada, facto que a desclassificaria irremediavelmente.

Uma notícia no jornal «La Provincia», da cidade espanhola de Las Palmas, indica que o presidente da comissão internacional para os concursos de Miss Europa, Claude Beer, teria de-

clarado em Paris que Wenche era casada, embora ela tivesse dito em Las Palmas que tem noivo e que não é divorciada. Durante a entrevista, Wenche Steen mostrou recortes dos jornais de seu país, que indicam que já participou no concurso de «Miss Mundo» e que foi aceite sem problemas pelos organizadores do concurso «Miss Europa».

A «Miss» norueguesa apresentou também o seu passaporte para provar o seu estado civil de solteira.

REUNIÃO PARA FIXAR OS PREÇOS DO MERCÚRIO

ARGEL, 15 — (R) — Em 16 e 17 de Maio, realiza-se nesta capital a quarta conferência dos principais produtores mundiais de mercúrio, agrupados desde o ano passado numa associação livre para defesa dos seus interesses, com vista à revisão da situação do mercado e da cooperação mútua.

Participam a Espanha, o México, a Jugoslávia, a Turquia, a Itália, a Argélia e o Canadá. No mês passado, as Nações

Unidas convocaram, a pedido do presidente Houari Boumediene da Argélia, uma sessão extraordinária da assembleia geral, destinada a estudar os problemas relacionados com o fornecimento de matérias primas e com o desenvolvimento dos países não industrializados. Por essa razão, Boumediene sugeriu a criação de associações de produtores de matérias primas para a fixação dos preços respectivos.

DE ALMADA A SINES

O Grupo estabelece um quadro descritivo da situação em todos os concelhos do distrito (Alcácer, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines), para concluir, por exemplo, que os mais carecidos de equipamento para a infância são precisamente os que se caracterizam por altos índices de crescimento populacional. Aditamos que estes índices de um crescimento proveniente da migração interna de trabalhadores para os centros industriais em desenvolvimento, nos fornecem a contraprova de qual o estrato da população atingida pelas carências de equipamento. De facto, são Almada e o Barreiro onde se registaram, entre 1960 e 1970, aumentos populacionais cotados, respectivamente, em 54 por cento e 68 por cento) os concelhos onde mais crianças carecem de infantários e jardins de infância.

Especificando: em Almada há seis infantários e nove jardins de infância, quando seriam necessários respectivamente, 14 e 31, devendo ser criados 11 e 25. Calcula-se que vivam ali 821 menores de três anos e 3720 crianças dos três aos seis anos (números calculados por defeito) e em condições de serem colocadas nos estabelecimentos. No Barreiro há apenas um infantário e quatro jardins de infância, quando seriam necessários sete e dezasseis, devendo ser criados mais seis e 14.

Os concelhos de Setúbal e de Sines, por seu lado, são considerados separadamente no contexto do distrito por estarem sujeitos a processos de implantação industrial que provocam forte aumento populacional nos anos até 1976, e daí a necessidade de criar equipamento social de apoio ao acréscimo de população prevista.

Sines, que detinha a menor população do distrito (cerca de sete mil pessoas) prevê-se que



ESPÓLIO

AGÊNCIA DE LEILÕES

"ANTIQUÁRIA"

de ANTÓNIO JOSÉ, LDA.

Av. 5 de Outubro, 15-1.º — Tel. PPC 562268/9-717959 — Lisboa

AOS COMERCIANTES E PARTICULARES APRESENTA

LEILÃO

RUA DO ATAÍDE, N.º 26 (às Chagas)
HOJE 4.ª FEIRA ÀS 15 E ÀS 21 HORAS

POR FALECIMENTO DE SIR BEN-SACHS E POR ORDEM DO SEU EXM.º HERDEIRO, SERÁ VENDIDO TODO O RECHEIO SEM A MINIMA RESERVA DE PREÇOS, CONSTANDO DE: MOBÍLIA DE QUARTO P.º CASAL E PESSOA, SALA JANTAR BALCÃO C/ TAMPOS DE CRISTAL, JOGOS DE MAPLES E MAPLES DESIRMANADOS, CANDEEIROS, CARPETES DE Lã E ARRAIOLOS, ESPELHO DE PAREDE, APLIQUES DE METAL, TOCADORES DE MADEIRA E METAL, QUADROS A ÓLEO, GRAVURAS E ESTAMPAS, BENGALERO C/ COURO E PREGARIA, MUITOS MOVEIS DESIRMANADOS, MUITAS VELHARIAS, MESAS, COFRE DE FERRO, SECRETARIA E FAUTEUIL, CADEIRAS, CÔMODAS, ESTOJO P.º TOILETTE, MÁQUINA DE ESCRIVER «ERIK», MÁQUINA DE SOMAR, MESAS MEIA LUA, UTENSÍLIOS DE CASA DE BANHO, ARMÁRIOS FRIGORÍFICOS E MUITO MAIS PATENTE P.º SER VENDIDO PELA MAIOR OFERTA.

AVISO: TORNANDO-SE URGENTE A LIQUIDAÇÃO DESTES LEILÃO PEDE-SE A TODOS OS COMPRADORES O FAVOR SEM FALTA DE RETIRAREM TODAS AS COMPRAS AMANHÃ, 5.ª FEIRA, DAS 10 AS 19 HORAS.

O AGENTE E PREGOEIRO
ANTÓNIO JOSÉ

MÁRIO SOARES EM ALENQUER

"A reacção está à espreita"

No pavilhão Gimnodesportivo do Sport Clube Benfica, em Alenquer realizou-se um «meeting» que teve a presença do dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista Português e de uma multidão de público entusiasta que acorreu ao recinto para ouvir uma das figuras mais destacadas da oposição ao antigo regime.

O dr. Mário Soares fez uma longa análise à actual situação política do País salientando o papel das Forças Armadas que nos restituíram em 25 de Abril a voz e com a voz restituíram-nos a liberdade. O dirigente socialista afirmou também no seu discurso que o fascismo tinha sido destruído com a liquidação do seu suporte fundamental: a Pide e a Censura.

No entanto, o dr. Mário Soares manifestou uma certa apreensão relativa aos elementos da reacção que certamente estão à espera de uma oportunidade para nos confiscarem a liberdade.

Por isso temos de reforçar a unidade — acentuou o secre-

tário-geral do Partido Socialista, que, a propósito do Governo Provisório prestes a ser constituído, disse:

Não é um Governo de unidade popular, nem é um Governo para implantar o socialismo.

Naturalmente que nós, sendo socialistas, lutaremos pela vitória do socialismo, quer dizer, pelo fim da exploração do homem pelo homem e pela realização da democratização económica em que a todos sejam

dados iguais direitos e iguais oportunidades.

O dr. Mário Soares na sua exposição referiu-se ainda aos problemas da questão ultramarina, reafirmando a sua posição anticolonialista!

Cineclube do Porto

PORTO, 14 — Na sede do Cineclube do Porto efectuam-se hoje e amanhã com início às 22 horas, sessões cinematográficas com a apresentação de filmes cedidos pelos institutos franceses e alemães.

Criada a Associação dos Alunos do Externato de Alvalade

Após uma reunião geral de estudantes, foi criada a Associação dos Alunos do Externato de Alvalade.

Do programa da Associação constam diversos pontos, nomeadamente a defesa da criação do ensino básico obrigatório com a duração de doze anos, a oficialização total de todos os colégios particulares, a abolição dos exames (ou, no caso de persistirem, a instauração da 2.ª época para todos), a instauração de um limite de reprovações, e livros únicos, obrigatórios e gratuitos a cargo do Estado.

A Associação de Alunos pretende ainda a criação de actividades circum-escolares de carácter cultural, desportivo e manual, bem como manter contactos com outros organismos estudantis. A mesa da assembleia geral da Associação ficou presidida por Luís Lopes, secretário por Francisco Nunes de Oliveira e Luís Manuel Matos Domingos, todos alunos do 7.º ano.

Atenção, condutores! Os factos falam pelo Ford Cortina.



Facto: Maior economia.

O preço inicial é baixo. O consumo é baixo. O motor de 1.300 cm3 leva-o, a si e à sua família, durante 100 km por apenas 8,5 l de gasolina. E entre as revisões são 10.000 km de plena eficiência.



Facto: Construção que dura mais.

Todo o Ford Cortina foi testado nas condições mais duras: desde as estradas geladas do Norte da Europa, até as picadas de África.



Facto: Mais espaço para a família.

Pernas, ombros e joelhos têm espaço à vontade: a frente e atrás. Bancos bem almofadados (os da frente reclináveis) e um porta-bagagens com 324 dm3 úteis. Ideal para famílias de 4 ou mais pessoas.



Facto: Condução mais suave.

No Ford Cortina, a combinação da suspensão helicoidal com amortecedores telescópicos permite uma condução suave, mesmo nas piores estradas. Suave e confortável. É que

no Ford Cortina ninguém vai sentado sobre as rodas.



Facto: Melhor comportamento na estrada.

Direcção mais precisa, barras estabilizadoras e via mais larga para óptimo comportamento na estrada. O sistema de duplo circuito de travagem, servo-freio

e discos à frente garantem que o carro para mesmo.



Facto: Marcha mais silenciosa.

Houve o maior cuidado em isolar o compartimento dos passageiros de qualquer ruído mecânico, do vento ou da estrada. Isoladores de som estão colocados nos pontos «estratégicos».

E mais: as portas e as janelas são rigorosamente ajustadas.



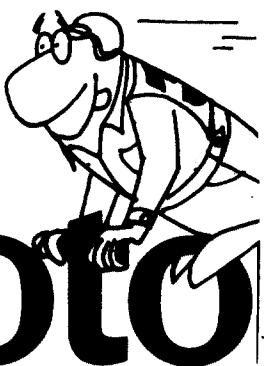
Vá ver ao seu concessionário Ford toda a gama de modelos Cortina: 1.300 L, 1.600 XL, 2.000 GT, 2.000 E e 1.600 «Leva Tudo».

Ford Cortina '74 - Todo um novo carro lá dentro



FORD À FRENTE!

**LEIA
motor**



DL/NACIONAL

O Príncipe da Beira apoia a Junta

Após a sua visita ao general Spínola, o Príncipe da Beira divulgou o seguinte comunicado sobre o seu pensamento na hora presente:

«Dou o meu inteiro apoio ao Movimento das Forças Arma-

das e à Junta de Salvação Nacional a minha plena adesão ao seu Programa, especialmente em ordem à instauração de uma verdadeira e consciente Democracia, saneamento da vida pública e solução do pro-

blema do Ultramar, no mais estrito respeito pelos inalienáveis direitos da pessoa humana.

Peço a todos os Portugueses que ponham todo o seu entusiasmo, energia e inteligência ao serviço da nova sociedade fundada na liberdade e na participação para a construção e defesa do bem comum.

Reitero o meu propósito de que o nome monárquico não seja utilizado em contradição com os princípios de dignidade da pessoa humana, justiça social, liberdade e pluralismo político e participação de todos nas decisões, princípios que não podem ser ofendidos sem grave prejuízo para o viver do Povo Português e para o futuro da nossa Pátria comum».

"A escandalosa lei do inquilinato"

-problema apresentado à J.S.N.

Do sr. Júlio de Castro, membro de uma Comissão de 5018 inquilinos recebemos o seguinte depoimento sobre a Lei do Inquilinato:

Através dos tempos, os povos estiveram sempre com aqueles que os livraram da opressão, pelo que, pela ordem natural das coisas, não é de estranhar que a Junta de Salvação Nacional esteja no coração do povo português, na qual totalmente confia e espera adequadas formas para as suas justas aspirações.

De capital importância e a nível nacional, pois que se reflecte no calamitoso poder de compra, encontra-se a actual e escandalosa lei do inquilinato que, entre outras anomalias, permite os aumentos das rendas de casa de 5 em 5 anos,

aos inquilinos não moradores em Lisboa e Porto, problema que tem estabelecido enorme controvérsia na Imprensa Diária.

Este assunto exposto continuamente de há 9 anos a esta data a todo o Poder governativo (presidente da República com 50 recortes de jornais, presidente do Conselho com 5018 assinaturas de chefes de família, todos os ministros e secretários de Estado, etc.) já permitiu a minha prisão na Assembleia Nacional (contrariamente às ordens do seu presidente) por, como representante da Comissão dos referidos 5018 subscritores de 94 terras do País ter interrompido a sessão parlamentar da ordem do dia, para expor o mesmo assunto que, pela 4.ª vez, foi apre-

sentado na 10.ª legislatura.

A transcrição dos expostos e suas seqüências, encheria um volumoso livro, mas como a hora presente é, e deverá ser, ordem, união e trabalho, limitar-me-ia, na qualidade de representante da já citada Comissão dos chefes de família e na seqüência do comunicado das Associações dos Inquilinos Lisboenses e do Norte de Portugal a pedir o congelamento imediato, das rendas de casa para o resto do País, como se pratica em Lisboa e Porto, enquanto não forem promulgadas medidas adequadas ao problema da habitação, ficando, assim, todos os portugueses, no mesmo pé de igualdade, abrangidos pelo programa de justiça da Junta de Salvação Nacional.»

Trabalhadores de Informática em marcha

«Na reunião magna dos profissionais de Informática, realizada no passado dia 6 de Maio em Lisboa, estiveram presentes mil trabalhadores» — lê-se no comunicado recentemente difundido pela comissão representativa daqueles trabalhadores eleita na referida assembleia. «Nessa reunião — prossegue o comunicado — foram discutidas várias opiniões quanto à forma de nos organizarmos. Surgiu uma corrente que advoga a permanência dos profissionais de Informática dentro dos Sindicatos onde já estão inscritos, ou para dizermos com mais propriedade, para onde os patrões os obrigam a descolar. A assembleia rejeitou essa posição, entendendo que é através de um sindicato nosso que a nossa luta deverá ser travada. Um Sindicato Livre dos Profissionais de Informática, para além das atribuições específicas de contratação, reivindicação, etc., terá que definir o enquadramento da profissão no esquema geral do novo Sindicalismo Português. A comissão constituída para trabalhar junto da Inter-

sindical já estabeleceu contactos com os seus delegados, aguardando-se uma definição da política comum a adoptar, na qual desejamos inserir a nossa linha de actuação. A actividade da comissão instaladora está orientada presenteemente para os seguintes objectivos considerados prioritários: o recenseamento a nível nacional de todos os profissionais de Informática; a recepção de teses a apresentar a um encontro nacional dos profissionais de informática, em data a acertar, as quais devem reflectir as principais reivindicações sindicais. A comissão instaladora,

registando com satisfação a existência de movimentos ao nível da profissão, no Porto, Ovar, Coimbra e Faro está a enviar esforços para estabelecer contactos a fim de reforçar a nossa unidade. Entretanto, como a comissão não possui qualquer fonte de receita para fazer face às despesas, nomeadamente com a impressão e distribuição de comunicados, solicita-se o envio de contribuições voluntárias para o nosso local provisório de reunião, que é na Associação Portuguesa de Mecanografia, Avenida Almirante Reis, 127, 1. Esq. em Lisboa.»

Campanha turística sobre o Portugal Novo

O major Mariz Fernandes informou os jornalistas que vai ser desencadeada uma campanha de promoção turística no estrangeiro em novos moldes, tendo em conta os acontecimentos registados em Portugal depois de «25 de Abril».

A campanha tem por objectivo fornecer ao turista a nova imagem do Portugal democrático onde reina a ordem e a tranquilidade. Com o objectivo de a concretizar foram chamados a Lisboa os directores das Casas de Portugal e Centros de Turismo espalhados pelos diversos países do Mundo.

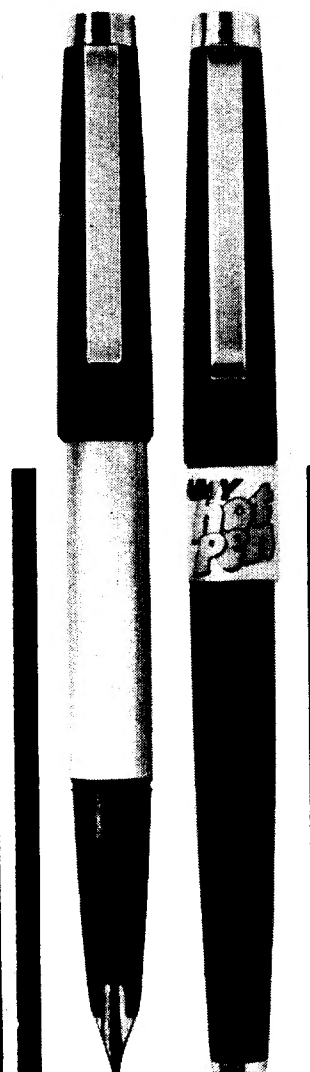
O major Mariz disse que a campanha foi elaborada com a colaboração de uma comissão «Ad Hoc», constituída por um grupo de pessoas que voluntariamente se ofereceram à S.E.I.T. A referida comissão foi dissolvida logo após a conclusão do trabalho.

Depois de uma reunião com os directores dos centros de promoção turística existentes nos diversos países foi possível chegar a uma conclusão optimista. Não prevê uma quebra do movimento turístico para 1974 e as perspectivas para 1975 são francamente animadoras.

O major Mariz fez questão de esclarecer uma notícia anteriormente publicada, segundo a qual teriam sido canceladas as verbas destinadas à promoção turística. Tal não aconteceu. A decisão respeita apenas à supressão das verbas destinadas à propaganda política. A S.E.I.T. passaria a oferecer ao turista uma imagem verdadeira do Portugal de hoje.

LAMY

ano-ta ideias



Caneta 25 P

LAMY

A venda nos bons estabelecimentos

CASINOS do ALGARVE

às 23 h e 1 h
até 15 de Maio



ALVOR

a voz de

LIA UYA

o ilusionista português

HORCAR

ballet

TAKE FIVE

e a Orquestra do Casino

VILAMOURA

a cançonetista

MARIA DA GLÓRIA

pickpocket

JOE WALDYS AND LIBERO

ballet

GERRY ATKINS SHOW

e a Orquestra do Casino

Sala de máquinas - acesso livre a maiores de 21 anos

Sala de jogos - diariamente das 17 h às 3 h

Alvor - telef. (0082) 23141

Vilamoura - telef. (0082) 65319/86

Grupo C - Maiores de 14 anos



CASINOS DO ALGARVE

MANPOWER

Convocam-se todos os trabalhadores **TEMPORÁRIOS** desta empresa para uma reunião a nível SINDICAL, no dia 16 do corrente pelas 21 horas, na Rua do Alecrim, 46-1.ª.

Saudações sindicais

loal
construções e revestimentos, s.a.r.l.

TERMOLAMINADOS
TILA • LAMITIL

COLAS DE CONTACTO
CEMENTEX • ROBERTS • LOAL

OS MELHORES TERMOLAMINADOS E COLAS EUROPEIAS
AOS MELHORES PREÇOS DO MERCADO.

ENTREGAS IMEDIATAS

CONSULTE A LOAL

LARGO DO CARMO, 15 - Telef. 360415

ESTRADA DA LUZ, 116 - B/C - Telef. 785974 LISBOA

Presumíveis elementos da ex-DGS incitam os operários à paralização do trabalho

Com carácter de urgência, a Junta de Salvação Nacional pede-nos a publicação do seguinte aviso:

«Chegou ao conhecimento da Junta de Salvação Nacional que elementos provocadores andam de obra em obra de construção civil incitando operários à paralização de trabalho e destruição de equipamentos.

«Considerando que estas acções só podem estar a ser feitas por elementos com interesse em prejudicar o Move-

mento das Forças Armadas, pede-se a toda a população e em especial aos trabalhadores de construção civil que colaborem com as Forças Armadas na sua detenção por se presumir poderem ser elementos da ex-D.G.S.

«Por esta razão a Junta de Salvação Nacional pede aos trabalhadores que retomem o seu trabalho e protejam os seus equipamentos na certeza que as suas legítimas aspirações serão oportunamente estudadas.»

O comércio de Cabinda ameaça fechar

CABINDA, 15 — (L.) — Em reunião efectuada no Grémio das Madeiras desta cidade, na qual estiveram presentes os comerciantes de Cabinda e foi decidido encerrar as portas dos estabelecimentos comerciais até à adopção de medidas razoáveis por parte das

brigadas de fiscalização, e cuja actividade recente consideram exorbitante.

Entretanto, fica decidida a suspensão dessa deliberação até que sejam discutidas questões que vão ao encontro da resolução das anomalias que se estão a verificar.

ulcerado?

o seu problema alimentar será facilmente resolvido através dos métodos de ALIMENTAÇÃO RACIONAL **diese**

Através do Gabinete de Estudos de Nutrição, a alimentação é analisada e adaptada às necessidades individuais de cada pessoa, permitindo a normalização dos seus hábitos alimentares.

contacte o
GABINETE
DE ESTUDOS
DE NUTRIÇÃO
av. republica, 46 - lisboa 1
se mora em lisboa utilize o
telefone 767141



COMUNICADO

José Luís Pechirra, licenciado pela Universidade de Lisboa, residente e industrial nesta cidade vem tornar público os seguintes factos:

1. Tendo-se ausentado de Lisboa, por motivos da sua vida profissional, tomou agora conhecimento que inescrupulosos cidadãos fizeram constar, nas áreas da sua residência e trabalho, que ele pertencia à extinta polícia política, dele fazendo denúncia.
2. Ainda os mesmos e outros, proferiram diversas ameaças contra a sua vida, o que ocasionou profundo traumatismo nos seus mais directos familiares.

Considerando os factos acima apontados vem declarar: Estar a ser vítima de desleal manobra e mesquinha vingança pessoal, com o fim de minar o seu prestígio e dignidade de homem honrado e cidadão português, de que sempre se orgulhou.

A declaração que lhe foi passada pela Junta de Salvação Nacional desmente inteiramente que ele pertença ou tenha pertencido à ex-Pide-DGS. Mais declara nunca ter sido filiado da Legião Portuguesa e Acção Nacional Popular.

Embora tenha conhecimento de alguns dos responsáveis pelas graves acusações e ameaças proferidas, não desejando alimentar ódios e desentendimentos, renuncia a quaisquer procedimentos judiciais, assim procedendo de acordo com o espírito de conciliação nacional que deve existir e com os imperativos da sua formação cristã.

Aproveita a ocasião para saudar a Junta de Salvação Nacional e o Movimento das Forças Armadas, congratulando-se pelo seu programa de restabelecimento da Paz e melhoria das condições sociais do Povo.

Agradece às muitas pessoas que nesta hora grave lhe testemunharam a sua confiança e amizade com uma palavra de muito particular gratidão na a esses nobres «Amigos do Concelho» e para toda a população das suas quatro freguesias.

BEM HAJAM

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

“Negociações com os movimentos de libertação”

Esta manhã entrou em funcionamento a sede do Partido Popular Democrático, sita ao Largo do Rato (no mesmo edifício da igreja), e que constituía o antigo quartel da extinta Legião Portuguesa. O edifício foi cedido provisoriamente àquela organização política pela Junta de Salvação Nacional.

Entretanto, a comissão organizadora deste agrupamento político, constituída por Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão, emitiu já um comunicado, após ter reunido com pessoas de várias regiões do País, divulgando as linhas programáticas daquele partido. Proclamando a sua adesão ao Movimento das Forças Armadas para evitar qualquer es-

pécie de totalitarismo, o P. P. D. defende soluções do tipo social-democrata, com respeito pela liberdade do trabalho, da empresa e da propriedade privada. Sugerindo que prosseguir a actividade do que se «convencionou chamar 'ala liberal', este Partido aponta a

necessidade de um cessar-fogo imediato negociado com os movimentos de libertação», mas adverte que «se algum, alguns ou todos os territórios ultramarinos vierem a autodeterminar-se no sentido de formarem Estados independentes, Portugal procurará preservar

de forma adequada os interesses morais, culturais e económicos que tem em comum com as respectivas populações».

Nestas linhas programáticas não é feita referência directa ao problema da Guiné-Bissau.

“Ultimatum” aos pides em liberdade

«São avisados todos os agentes e funcionários da extinta Direcção-Geral de Segurança que ainda não se apresentaram às autoridades militares que deverão fazê-lo até às 12 horas do próximo dia 18 de Maio de 1974, nos quartéis-generais das Regiões Militares ou na sede

da extinta Direcção-Geral de Segurança, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.

«O não cumprimento desta determinação fará incorrer os faltosos nas sanções previstas no Código de Justiça Militar e Código Penal.

«A partir daquela data os

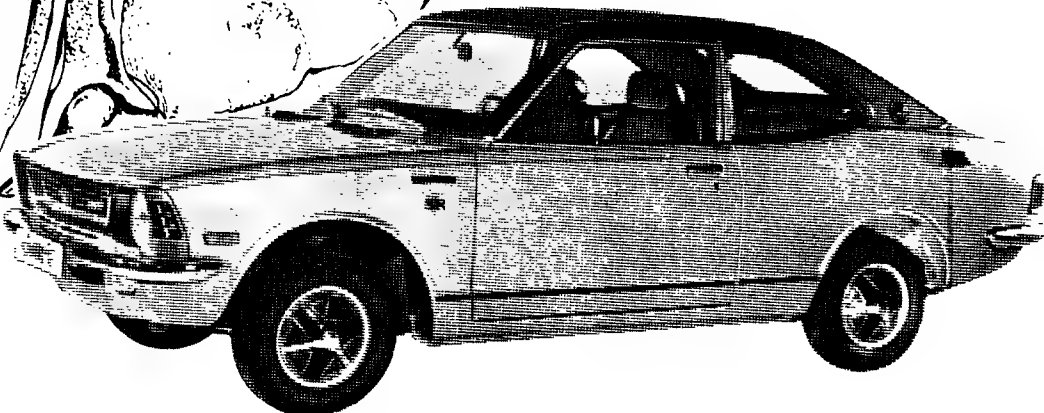
meios de informação, nomeadamente Imprensa, Rádio e Televisão, darão publicidade à identificação de todos os ex-agentes com reprodução de fotografias e demais elementos que possibilitem a completa identificação, com vista à colaboração da população na sua captura».

sonarte TOT 12/74



PARA A
MAIS BELA
DE PORTUGAL
O MAIS BELO
COROLLA

Amor com amor se paga.
A beleza também.
Por isso a mais bela de Portugal
merece o mais belo automóvel
da linha Corolla



MISS PORTUGAL 74 COROLLA Coupé SR o mais belo par

DL/NACIONAL

SANEAMENTO NAS FORÇAS ARMADAS

KAULZA DE ARRIAGA E MAIS 41 OFICIAIS-GERAIS PASSADOS À RESERVA

Da J.S.N. recebemos o seguinte comunicado:

1. A Junta de Salvação Nacional comunica que o saneamento dos quadros das Forças Armadas, executado para cumprimento integral do Programa do Movimento, conhece, hoje, o seu termo.

2. Foram passados à situação de reserva os seguintes oficiais-generais:

MARINHA — contra-almirantes Lino Paulino Pereira e Henrique Mateus da Silveira Borges; comandos Alberto Magro Lopes, António Augusto Peixoto Correia, António Duarte Pedrosa da Cruz Filipe, João Carlos Gomes e Trindade, Mário Santos, Manuel Jacinto Pereira e Fernando Teia dos Santos.

EXÉRCITO — generais Kaulza Oliveira de Arriaga, Ernesto Machado Soares de Oliveira e Sousa, Francisco Rafael Alves, Tristão da Cunha Caldeira Carvalhais, José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues, José Nogueira Valente Pires e Abel Barroso Hipólito; brigadeiros Júlio Augusto Ramalho Correia, José João Henriques de Avelar, Evangelista de Oliveira Barreto, António Augusto Carrinho, Eurico dos Prazeres, Manuel Francisco Stadlim Baptista, José Maria Henriques da Silva, Alberto da Silva Banazol, Vasco António Lopes da Eira, Fernando

José Henrique Rebelo de Andrade, Fernando Lourenço Sousa Pereira, Emílio Loubet Pinho de Carvalho, Gualdino Leite da Silva Matos, Manuel Leitão Pereira Marques, Jaime Artur Chagas Lopes, Joaquim de Matos Salvador Pinheiro, José Albano de Proença Oliveira Cid e Hélio Augusto Esteves Felgas.

FORÇA AÉREA — generais Rui Brás de Oliveira, Henrique Troni e José Alvares da Cunha Cavadas; brigadeiros Eugénio Carneiro Gil Conde, Jorge Osório Mourão, Eduardo Kol de Carvalho, João Homem Lemos de Menezes e José André da Silva.

3. Com a publicação desta

lista consideram-se saneados os quadros das Forças Armadas, em obediência ao disposto no Art.º 1.º do Decreto-Lei 178/474 de 30 de Abril de 1974, que cessa de vigorar a partir da presente data.

4. A renovação que se impõe nas Forças Armadas será feita de acordo com Leis em estudo e a promulgar oportunamente.

Manifesto de agricultores

PORTO, 15 — Representando a ansiedade e o desejo de esclarecimento do sector agrícola, os abaixo assinados, constituídos em comissão «ad hoc» provisória, chamam a atenção e apelam para os pequenos e médios agricultores, proprietários das terras que cultivam, rendeiros ou caseiros, no sentido de se unirem para examinar um programa de acção imediato em face da nova situação política.

Saúdam o Movimento das Forças Armadas, cujos princípios democráticos abraçam pois se identificam com os interesses do povo.

Começam por declarar que são alheios e que repudiam quaisquer acções ou manifes-

tações que os pretendam representar, nomeadamente originadas na organização corporativa fascista ou em outras comprometidas com o regime deposto.

Consideram como programa de execução imediata, no actual momento, o seguinte:

— Liquidação imperiosa da organização fascista corporativa interveniente no sector agrícola, designadamente: Grémios da Lavoura, suas federações e a Corporação da Lavoura, assim como os organismos de coordenação económica, expressamente;

— Junta Nacional dos Vinhos, Junta Nacional das Frutas, Junta Nacional do Azeite (actualmente Instituto dos Oleos e Oleaginosas), Instituto dos Ce-

reais, Instituto dos Produtos Florestais, Administração do Açúcar e do Alcool e Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

— Formação de associações livres de agricultores.

— Reivindicação do direito de ocupação das instalações da organização fascista corporativa e da administração de todos os seus bens pelo movimento dos agricultores por constituir a sua pertença de direito.

— Salvaguarda do emprego dos funcionários corporativos não comprometidos criminal ou policialmente.

Realização de inquéritos acelerados com justiça.

Afirmaram finalmente que a ideia de liquidação da organização corporativa, aqui expressa, funciona como princípio, sem prejuízo do aproveitamento ou utilização democrática das estruturas dos sectores a que respeita.

Porto, 14 de Maio de 1974

Alcino Malheiro (agricultor), Flávio Martins (agrônomo e agricultor), José Moreira da Silva (silvicultor), Luís da Fonseca Cardoso (agrônomo), Luís Gouveia de Oliveira (agricultor) e Rui Feijó (agricultor).

TORRES VEDRAS Comissão provisória para o município

TORRES VEDRAS, 15 — Sob a presidência de um delegado da Junta de Salvação Nacional, capitão Vítor Ribeiro, reuniram-se na sede da CDE de Torres Vedras os delegados da comissão provisória eleita pelo povo deste concelho para substituir a actual administração da Câmara Municipal.

Foi eleito o presidente da comissão provisória, Francisco Manuel Fernandes, ex-candidato da CDE de Lisboa durante as últimas eleições para deputados e actualmente professor na escola técnica desta vila.

No final da sessão o capitão Vítor Ribeiro assumiu a uma das janelas da sede da CDE e perante as largas centenas de pessoas presentes afirmou a sua confiança no povo para quem o Movimento das Forças Armadas foi dirigido.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por António Manuel. Rua José Elias Garcia, 32-B PA-REDE

PARAR É AJUDAR À REACÇÃO

Não pode parar a denúncia do aparelho fascista e não só do aparelho mas também de toda a mentalidade que o reflecte, o carácter. A influência dos velhos métodos pulula ainda na mente de muita gente, mas ela é mais evidente naqueles que refasteladamente ocupavam os principais postos hierárquicos e que estão dispostos a conservá-los, gerindo-os com o mesmo autoritarismo, a mesma arrogância, a mesma mentalidade pessimista que caracterizou a noite fascista.

O fascista é sobretudo aquele que não abdicou, malgrado as aparências do seu desprezo pelo homem, em especial pelo homem-povo, aquele que se caracteriza (ou se caracterizou) pelo desprezo pela opinião e pelas atitudes dos grupos verdadeiramente representativos, ainda que agora se afirme democrata, aderente ao novo regime. Mas não podemos ter ilusões, passados os primeiros medos ele será o principal agente da reacção, o primeiro a desferir o golpe, constituindo como que uma reserva da direita a ser utilizada no momento oportuno. Não banalizemos o termo mas a partir de factos concretos e provados de comportamento chocantes que se não coa-

dunam com os novos tempos denunciemos sem demora todos aqueles que podem num futuro próximo transformar-se em focos de reacção. Não falamos de agressões físicas ou violências desnecessárias mas do destronamento dos pequenos imperadores sectários e fanáticos; os agentes do «quero, posso e mando». Encontrem-se eles na administração pública, nas empresas privadas, nas autarquias locais nas associações populares ou religiosas. Só a vigilância e a confiança no futuro o espírito de alerta permanente, pode sufocar a reacção que não tenhamos ilusões, ainda pulula por aí. O excesso de confiança, o deixa correr pode significar um futuro negro. E preciso impedir que os peixes reacçãoários não encontrem o lago que procuram para poderem nadar e respirar. Essa água, esse lago, é, seguramente, uma certa amnésia de um passado recente. Os reacçãoários são, neste momento as pessoas mais insignificantes deste País quer se trate dos arrivistas bem colocados, dos que demagogicamente jogaram no passado com favores de ocasião, tenham muito dinheiro ou sejam muito «considerados».

CESÁRIO BORGIA

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO (P.R.P.) VAI REALIZAR UM CONGRESSO

Assinado pelo Partido Revolucionário do Proletariado, por Adérito José Lopes, Carlos Carneiro Antunes «Sérgio» «André», Maria Babel Augusta Cortes do Carmo, Orlando Lindim Ramos e Vítor Manuel Dias Ramos, foi enviado à Junta de Salvação Nacional o seguinte comunicado:

1. Em Setembro de 1970, uma delegação representativa dos núcleos de militantes, que desde 1969 procurava pela prática a criação de uma alternativa revolucionária, convergiram com alguns dos até aí militantes da Frente Patriótica de Libertação Nacional (F.P.L.N.), com actividade em Argel, no sentido da recuperação dos meios então ao dispor da sigla F.P.L.N., os quais serviam uma perspectiva revisionista. Esses meios foram postos ao serviço da perspectiva revolucionária já existente.

2. A organização em projecto desde o início nunca foi uma organização frentista, tendo desde sempre ficado estabelecido que nunca se assinaria algum documento no interior do País com a sigla F.P.L.N., tal como realmente nunca aconteceu. Apenas no estrangeiro, em situações específicas, se

continuou, provisoriamente, a usar esta sigla. A partir da fundação do P. R. P. (Setembro de 1973) tornou-se desnecessário conservá-la.

3. Um congresso de militantes reunido no mês de Setembro de 1973 constituiu o Partido Revolucionário do Proletariado (P. R. P.) e determinou as suas linhas de organização e orientação.

4. O Partido Revolucionário do Proletariado constituiu-se pela conjugação dos militantes das Brigadas Revolucionárias, das Comissões de Trabalhadores Revolucionários e de todos os núcleos de revolucionários que se criaram na luta de massas e de outros sectores de luta.

5. Foram eleitos os organismos de direcção.

6. O jornal «Revolução» é o porta-voz do Partido.

7. Dada a nova situação criada pelo acto insurreccional do Movimento das Forças Armadas, de 25 de Abril de 1974, a Comissão Central do P. R. P., em reunião plenária de 11 e 12 de Maio de 1974, decidiu que devia anunciar publicamente a sua existência legal. E definiu a política do Partido na actual conjuntura num documento intitulado: «Manifesto do P. R. P. ao proletariado português». Um congresso do P. R. P., já convocado pela Comissão Central e a realizar brevemente, discutirá as análises políticas feitas pela Comissão Central e traçará uma orien-

tação política e tomará medidas orgânicas adequadas à actual situação política no nosso País.

Dado que o Movimento das Forças Armadas, numa justa medida de democratização efectiva da vida do País, tem concedido sedes aos partidos e agrupamentos políticos que manifestaram a sua existência na luta contra o fascismo e a guerra colonial durante a vigência do anterior regime, o P. R. P. considera-se com legítimo direito a que lhe seja concedida uma sede, pelo papel que desempenhou através de actos concretos contra o regime fascista e contra as guerras coloniais, levados a cabo pelas Brigadas Revolucionárias e pelas Comissões de Trabalhadores Revolucionários (de que um dos exemplos é a organização de todos os actos relacionados com os acontecimentos da capela do Rato, em 31 de Dezembro de 1972). O P. R. P. esteve na base da organização destas e de outras acções violentas e de massas contra o regime fascista e as guerras coloniais, na perspectiva da Revolução Socialista.

8. O P. R. P., pela sua actividade revolucionária na mais rigorosa clandestinidade e tendo sabido resistir às investidas da repressão fascista, goza de justo prestígio e influência política junto das massas trabalhadoras do nosso País e no movimento operário internacional.

REIVINDICAÇÕES DO PESSOAL DA PHILIPS

"Severas indemnizações para despedimentos sem justa causa"

Uma comissão de trabalhadores das organizações Philips Portuguesa apresentou à direcção da firma um caderno reivindicativo do qual fazem parte: afixação do quadro do pessoal da empresa com indicação dos vencimentos; revisão do regulamento interno com audiência dos trabalhadores; período mínimo de 26 dias úteis de férias para todos, com mais de um ano de casa; subsídio de Páscoa; subsídio de férias igual à retribuição de um mês; correcção das tabelas de retribuições incluídas no C.C.T. dos fabricantes de material eléctrico em dois escalões (até 10.000\$00 e entre 10 e 15.000\$00); compromisso

de não efectuar despedimento sem justa causa e severas indemnizações no caso desse despedimento ter lugar.

A comissão dos trabalhadores estipulou o prazo de uma semana (a contar do dia 13) para que a direcção da empresa tome uma decisão.

Necrologia JOSÉ DA COSTA RAMALHO

Faleceu em Montemor-o-Velho, onde residia há longos anos, o sr. José da Costa Ramalho, de 89 anos, pai do sr. Francisco Inácio Costa, comerciante e democrata do Barreiro. O funeral realiza-se amanhã, às 11 horas, em Montemor.

OBTENHA PASSAPORTE SEM SAIR DE SUA CASA NORTUR/PM TURISMO R. BARATA SALGUEIRO 8 - LISBOA Tel. 58722 58785 58781 58874 58875

Os escritores que ficaram abraçam os exilados

Para uma festa de amigos assim lhe chamou José Gomes Ferreira reuniram-se, na noite de ontem, com os membros da Associação Portuguesa de Escritores (que agora reivindica o nome que tinha ao tempo da extinção ordenada por Salazar) os exilados Piteira Santos, Mário Soares, Manuel Alegre,

Miguel Urbano Rodrigues e Barradas de Carvalho. A nova casa dos escritores, já largamente recheada de objectos artísticos, alcatifada e morna, encheu-se para os abraços e beijos dos que partiram e dos que ficaram. Alguns estiveram ausentes; Alvaro Cunhal, Rui Luís Gomes, Fernan-

do Echeverria, José Augusto Seabra e Silas Cerqueira.

No meio literário alguns microfones ergueram-se às palavras de José Gomes Ferreira, que, na ombreira de uma porta, havia deixado as seguintes:

Revolução das flores?

SIM

Mas não apenas para disfarçar com sangue de cravos as aféris dos nossos lutos

Queremos flores que já tragam no ventre o sabor dos frutos.

Escrito a 1 de Maio, o poema chama-se «Não à revolução das flores de retórica». O presidente da Associação Portuguesa de Escritores teve as primeiras palavras — «soluções de alegria por ver finalmente entre nós os emigrados do exterior».

Sinto-me tão comovido que não sei o que fazer — disse. Apetece-me abraçar todos, beijar (... especialmente as senhoras!); apetece-me dizer «Viva a República!», como quando tinha 10 anos!». E lembrou os mortos. Muitos: Aquilino, Cortesão, Raul Proença, António Sérgio, Vieira de Almeida, Soeiro Pereira Gomes, Redol, Casais Monteiro, Mário de Sacramento, Soromenho, Costa Mendes, Daniel Filipe, Vitor Ramos, Pedro Oom, António Maria Lisboa, e outros. Para eles pediu palmas, em vez do silêncio. E o aplauso fez-se.

Piteira Santos respondeu ao poeta, em quem lembrou o «exemplo de resistência e de rebeldia». Virgílio Martinho também: para manifestar a sua opinião contra a mudança de nome do organismo dos escritores («Associação é um termo mais grato aos proletários») e lembrar a presença de Carlos Coutinho («que hoje será o nosso símbolo de resistência, de luta antifascista») para quem pediu a qualificação de sócio honorário.

Maria Amélia Neto leu um poema e Armindo Rodrigues pediu a prisão, não só dos mais próximos agentes da repressão fascista, como dos membros dos governos de Salazar e Caetano. Havia-se já lido os telegramas dos que não puderam estar presentes. E do bar continuavam saindo whisks de confraternização.



Reunião na Associação Portuguesa de Escritores, uma festa de amigos como lhe chamou José Gomes Ferreira.

OS TRABALHADORES DA PALAVRA

Por URBANO TAVARES RODRIGUES

Renasceu ontem, na Rua do Loreto, n.º 13, numa casa modesta, de velhas paredes obscuras, qualquer coisa de precioso, que não se havia perdido nem extinto, mas que estava entre nós reduzida a uma semiclandestinidad: o convívio dos escritores como grupo social.

Talvez haja em Portugal muita gente que desconheça ou não se recorde já bem da forma bárbara e grottesca como o primeiro salazarismo (o de Salazar) executou a inteligência e a arte, após múltiplos e constantes vexames, no ano de 1965, aquando da firme e honrosa atribuição do Prémio Camilo Castelo Branco a Luandino Vieira. A direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores sancionou a atitude do júri, cujos membros foram objecto de interrogatórios policiais e alguns deles, presos, como Abelaira, Manuel da Fonseca e Pinheiro Torres.

A sede da S.P.E. foi invalidada por um grupo de energúmenos nazis, que a saquearam sem escrúpulo. E um inquérito dos que urge reabrir: apurar quais foram os instigadores e os executantes desse acto de vandalismo.

Ontem reabriu as suas portas a Associação Portuguesa de Escritores, que deve, e bem depressa, retomar o seu antigo nome e que tem hoje como presidente José Gomes Ferreira, esse jovem de 70 anos jovem pela intacta pureza, lírico de raiz e sempre

correcto com a intransigente defesa dos direitos do homem e do escritor (que o escritor é antes do mais, um homem como os outros e não um arauto da elite). Reabriu as suas portas a Associação Portuguesa de Escritores num acto público de grande significado: o abraço de acolhimento aos companheiros exilados. Representando-os estavam ali apenas um punhado dos muitos que, vindos da diáspora, agora enriquecem a cultura portuguesa e conosco vêm participar na revolução da linguagem, que é complemento, ou até avanço, da democratização, jogo, no processo histórico em curso. Eram Mário Soares, Fernando Piteira Santos, Manuel Alegre, Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim Barradas de Carvalho. Portugueses que carregam consigo a vivência da França, da Argélia, da América Latina.

E ainda um outro exilado, em boa hora lembrado: Carlos Coutinho, dramaturgo e membro da Acção Revolucionária Armada, saído no dia 26 de Abril da fortaleza-prisão de Caxias, onde iria apodrecer durante quinze ou vinte anos, se o vitorioso Movimento das Forças Armadas, tão solidário com os interesses profundos do povo português, não tivesse posto termo à tirania e esperemos que para sempre, está na nossa mão, de nós todos trabalhadores, entre os quais os trabalhadores da palavra.

Reuniões de jovens democratas

Do Movimento da Juventude Trabalhadora recebemos o seguinte comunicado:

«Ao longo dos 48 anos de ditadura fascista, a Juventude Trabalhadora sempre esteve nas primeiras fileiras da luta do nosso Povo pela Liberdade. Em 25 de Abril o Movimento das Forças Armadas, dando expressão à vontade do Povo manifestada em anos e anos de persistente e corajosa luta, derrubou o governo e o regime fascista. Desde logo a Juventude Trabalhadora saudou e apoiou calorosamente essa histórica vitória.

Os Jovens Trabalhadores têm participado activamente no Programa de democratização de todos os sectores da vida do país. Para a consolidação e alargamento das liberdades democráticas já conquistadas, para a solução dos graves problemas nacionais, uma grande tarefa se nos apresenta: o fortalecimento da nossa unidade e a organização de um amplo movimento unitário da Juventude Trabalha-

dora, reforçando ou criando Comissões em todos os locais de trabalho, escolas, Sindicatos, colectividade, etc...

«Amplias reuniões e comícios nos quais têm participado centenas de jovens, se vêm realizando em várias localidades do Distrito nas quais têm sido amplamente discutidos, a situação política actual, os principais problemas do nosso Povo em geral e da Juventude Trabalhadora em particular.»

«É na sequência de toda a actividade desenvolvida, até este momento que se realizará, domingo, dia 19, às 15 horas na Voz do Operário uma Assembleia Distrital em que iremos discutir os nossos problemas e alguns aspectos da organização do nosso movimento. Nesta poderás participar livremente.

«Companheiro! A tua participação e participação será um valioso contributo para a concretização das nossas justas aspirações! Divulga por todas as formas a realização desta As-

sembleia! Começa desde já a organizar deslocações colectivas!»

Outras convocações recebidas da CDE de Lisboa para reuniões de jovens:

Convocam-se todos os jovens da zona de Oeiras para uma reunião a efectuar amanhã pelas 21,30 h, na Rua Marquês de Pombal, 42, Oeiras, sede da base local da CDE, para discutir assuntos que interessam a todos os jovens, quer estudantes, quer trabalhadores.

As bases do Movimento da Juventude das Galinheiras e Lumiar, convida todos os jovens a participarem na reunião plenária, que vai ser levada a efeito hoje, pelas 21,30 horas, na Rua CDE do Lumiar, no Centro Escolar Republicano José Estevão.

A base do Movimento da Juventude Trabalhadora de Benfica convida todos os jovens a participarem na Reunião Plenária que vai ser levada a efeito hoje, pelas 21,30 horas, na rua Santos Andreia, 13-A, em Benfica (sede da C.D.F.).

COMUNICADO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESCRITORES

A Direcção da Associação Portuguesa de Escritores, reunida em sessão extraordinária para apreciação do comunicado da Comissão de Cultura e Espectáculos do Movimento das Forças Armadas sobre a necessidade e urgência de «esclarecer e concretizar uma política cultural».

Considerando que directamente lhe respeita a proposta final da mesma Comissão para que «todos os sectores da vida cultural se organizem e assumam perante o País as responsabilidades inerentes a uma normal vida cultural».

Mas estranhando, por outro lado, a maneira precipitada como se pretendeu constituir o grupo consultivo de individualidades cujos nomes foram publicados nos jornais, e no qual se permitiu apontar flagrantes casos de oportunismo político que terão iludido o próprio Movimento das Forças Armadas.

Decide:

«1. — Pôr-se à disposição da referida Comissão de Cultura e Espectáculos do M.F.A. e garantir total colaboração dentro dos princípios gerais estabelecidos no comunicado;

«2. — Designar desde já para os trabalhos de coordenação ou estudo considerados

necessários para passar à prática as decisões da Comissão, os seguintes escritores: Sophia de Mello Breyner Andresen, Maria Velho da Costa, José Gomes Ferreira, Fernando Namora, José Cardoso Pires e José Saramago, ficando entendido que outros poderão vir a ser indicados sempre que as circunstâncias ou conveniências específicas o aconselharem;

«3. — Tornar claro que por nenhuma via aceitará ser representada por quaisquer outras personalidades ou instituições, no sector da activida-

de literária, uma vez que reivindica total competência na matéria;

«4. — Significar, neste momento de reconstrução nacional que o País vive, que é inaceitável qualquer colaboração com entidades comprometidas com o antigo regime, particularmente aqueles escritores que activa ou tacitamente serviram os interesses do fascismo;

«5. — Preparar a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária para exame da nova situação política emergente da intervenção do Movimento das Forças Armadas, particularmente das responsabilidades que impendem sobre a Associação e sobre os escritores como criadores e cidadãos;

«6. — Reafirmar que a Associação Portuguesa de Escritores e a única entidade que representa a classe, pela sua tradição progressista e democrática, bem patente na violenta destruição, em 1965, da Sociedade Portuguesa de Escritores, de que a actual Associação é legítima herdeira.»

EM BISSAU Grande manifestação a favor do PAIGC

BISSAU, 15 — (L.) — A primeira grande manifestação a favor do P.A.I.G.C. ocorreu nos últimos anos nesta cidade teve lugar ontem em frente ao Palácio do Governo.

A manifestação, que concentrou mais de cinco mil pessoas, foi promovida pelo Comité Central da Comissão de Juventude para unidade e progresso dos povos e teve como objectivo imediato a entrega do programa de acção política do Movimento Anti-Manfredo ao encarregado do Governo da Guiné.

Pouco depois das quinze horas dezenas de pessoas começaram a concentrar-se na Praça do Império. Primeiro numeroso grupo de estudantes que compunha um grupo muito coeso, depois foram chegando os estivadores, os bombeiros, os operários dos serviços de assistência oficial e muito povo, acabando de se formar uma multidão compacta, mas disciplinada.

Muitos manifestantes empunhavam cartazes dando um aspecto colorido à manifestação. Frases como «Viva o P.A.I.G.C.», «Abaixo o Neocolonialismo», «Viva a Guiné e Cabo Verde» e «Combatentes de Ambos os Lados Livres» liam-se em muitos dos cartazes.

Apelo à unidade de Aristides Pereira

DAKAR, 15 — (F.P.) — Aristides Pereira, secretário geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde (PAIGC), lançou um apelo à unidade das populações dessas regiões na sua luta pela Independência total.

Numa mensagem difundida por «Radio Libertação», captada em Dakar, Aristides Pereira apresentou o texto da declaração publicada pelo «Comité Executivo da Luta» do PAIGC. Esse texto propunha, nomeadamente, às novas autoridades portuguesas a abertura imediata de negociações para a busca duma solução política do conflito.

Aristides Pereira salientou que a declaração do PAIGC constituía uma prova suplementar da grande maturidade política do nosso povo e da nossa fidelidade aos nossos princípios e às nossas opções. Convidou depois todos os que se encontram em Guiné-Bissau e em Cabo Verde a manterem-se firmes nos seus postos de combate, a

executar integralmente as palavras de ordem do partido, as decisões dos órgãos do Estado de Guiné-Bissau e os planos de acção dos comandantes das Forças Armadas.

A concluir, Aristides Pereira indicou: «Se o inimigo colonialista está agonizante, não devemos esquecer que continua a respirar e alimenta ainda a esperança de salvar a vida pela traição e pelo crime dos renegados e dos oportunistas.

APARTAMENTOS NO ALGARVE
INFORMAÇÕES E INSERÇÕES
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1940
LISBOA: Av. da Liberdade, 169 • Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Telef. 2 701/2

DI/ESTRANGEIRO

Scheel deverá hoje ser eleito presidente da Alemanha Federal

BONN, 15 — (R.) — A República Federal Alemã elege hoje um novo chefe de Estado em eleições presidenciais cujo resultado parece apontar numa única direcção.

O cargo deverá virtualmente caber a Walter Scheel, ministro dos Estrangeiros no Governo de Willy Brandt.

Se as previsões puderem ser tomadas como certas, teremos que Walter Scheel será, com 54 anos, o mais jovem presidente de sempre da República Federal, sucedendo a Gustav Heine-

mann, de 74 anos, que se retira por motivos de idade e de saúde.

Alem de Scheel, o outro candidato, Richard Von Weizsäcker, foi nomeado pela oposição conservadora mais com o intuito de representatividade de que por qualquer esperança genuína de que o seu candidato possa vencer.

O presidente da República será eleito pela Assembleia Federal, que se compõe de 518 membros do Bundestag (Câmara Baixa), incluindo representantes de

Berlim Ocidental, com um número igual de deputados dos parlamentos locais dos 10 Estados em que se divide a Alemanha Ocidental. A representação é feita na base e proporção da força que os partidos possuem nos respectivos Estados.

O sistema de representatividade confere à coligação governativa, formada pela maioria dos social-democratas e pela minoria dos democratas livres, uma predominância de 34 lugares nos 1036 lugares que compoem a Assembleia.

A votação e a primeira eleição presidencial desde que a coligação socialista-liberal subiu ao Poder em 1969, e o local do escrutínio, Bonn, é directamente resultante da «abertura a Leste» da coligação bipartidária, política promotora de melhores relações com a Europa Oriental.

Com excepção das primeiras eleições presidenciais da República Federal em 1949 que se realizaram em Bonn, os seguintes presidentes da República têm sido sempre eleitos em Berlim Ocidental, perante os veementes protestos da República Democrática Alemã e dos seus aliados do Pacto de Varsóvia.

Os países comunistas do Leste consideraram sempre a reunião da assembleia federal na parte ocidental de Berlim como um acto ofensivo destinado a apoiar a reivindicação da Alemanha Ocidental a Berlim Leste como uma parte integrante da República Federal. A República Democrática Alemã considera Berlim Ocidental como uma entidade política separada.

Não contentes com os protestos verbais, tanto a República Democrática como a União Soviética têm manifestado o seu desagrado de forma mais tangível. Em 1964, a processão eleitoral foi positivamente abafada pelo ruído infernal dos jactos MIG soviéticos a passarem por cima do palácio do Congresso. Cinco anos depois, os

leste alemães fizeram paralisar o trânsito através do território da República Democrática em direcção a Berlim Ocidental.

A ÁGUIA

Hoje, o único laço físico com Berlim Oeste e pouco provável que consiga ofender as sensibilidades seja de quem for, sendo quase certo que não desencadeará melindres.

Como é do conhecimento geral, a águia é o emblema nacional da República Federal — ora não havendo em Bonn uma águia suficientemente impressionante, o Governo resolveu retirar aquela que adornava o edifício do antigo Parlamento de Berlim, onde se processou a última reunião do colégio eleitoral para escolha de Gustav Heinemann. Essa águia passara a figurar no Congresso de Bonn.

Os anteriores títulos do cargo de presidente, que e de resto um mero símbolo, foram o professor Teodor Heuss (democrata livre), dr. Heinrich Lübke (democrata cristão) e o dr. Heinemann (social democrata).

A VITÓRIA DO DIVÓRCIO Os eleitores não tiveram medo do "espectro comunista"

ROMA, 15 — (FP) — Cerca de dois milhões e duzentos mil eleitores tradicionalmente democratas e de neo-fascistas não tiveram em nenhuma conta as pressões dos seus partidos e as ameaças da Igreja, não hesitando em juntar as suas vozes as do coro laico, conduzido pelos comunistas. Também mostraram que não tinham medo nenhum do «espectro comunista», que também não assustou nada os laicos que, favoráveis ao divórcio, teriam todavia por efeito desse medo votado contra o comunismo, dizendo sim à revogação da Lei do Divórcio.

A democracia cristã ficou mais do que nunca isolada, e o seu desaire reforça os socialistas, os sociais democratas e os republicanos.

Do lado do Vaticano informam que a Santa Sé e a conferência episcopal italiana (CEI) tomaram nota do resultado do referendo. Sómente cinco províncias com habitantes fortemente praticantes obedeceram aos seus bispos que «recomendaram o NÃO» ao divórcio. Mons. Cactano Sunicelli infor-

mador do CEI admitiu que o episcopado tinha esperado um resultado diferente. Mas isto não impede que se tenham em conta as realidades novas que surgem. A CEI publicou, de resto, um comunicado, exprimindo «o seu respeito pela vontade da maioria» e salientando que «as suas intenções foram sempre pastorais». Apelo todavia para «todos os crentes» para que colectivamente se comportem de modo a «resolver os pesados problemas exteriores de ordem social que ameaçam a solidez e a unidade da família».

Que o «episódio do referendo» concilie todos os crentes a tomarem as suas responsabilidades, seguindo as directrizes do concílio. A rádio do Vaticano, por seu turno, agradeceu aos 13.188.184 eleitores que votaram contra o divórcio. Quanto aos 19.093.900 que votaram a favor exortou-os a que tenham em conta «os perigos a que expuseram a instituição familiar. Terminou convidando todos os católicos a serem solidários no sentido de limitar ao máximo o divórcio.

Hortensia Allende

BUDAPESTE, 15 — (R.) — A viúva do antigo e legítimo presidente do Chile Salvador Allende, eleito pela vontade do povo, pediu uma proibição rigorosa em todo o mundo à venda de armamentos ao actual Governo militar ditatorial que domina o Chile.

A senhora Hortensia Allende, cujo marido morreu, ou foi morto, durante o golpe militar de Setembro do ano passado, vibra do traiçoeiramente pela Camarilha Militar Chilena, disse que

a opinião pública mundial deverá utilizar o seu poderio moral para exigir a libertação dos presos políticos no Chile, bem como exigir uma proibição sobre a venda de armas ao Governo militar usurpador.

A sra. Allende, que se encontra de visita à Hungria, disse numa conferência de Imprensa que no Chile «os assassinos são o pão nosso de cada dia» e que milhares de pessoas inocentes estão detidas em condições tremendamente desumanas.

SUSANNE SIEVERS

"Doa a quem doer"

BONN, 15 — (F.P.) — Susanne Sievers, antiga colaboradora do Serviço de Informação Federal, cujo nome foi citado frequentemente em relação com a demissão do chanceler Willy Brandt, quer aclarar completamente a questão, publicando as suas memórias sob o título «Doa a quem doer».

Numa declaração feita à Imprensa na terça-feira, Susanne ameaça processar aqueles que afirmem ter ela sido agente de Berlim Oriental.

Segundo certas publicações, Susanne Sievers teria sido encarregada em 1950 de espionar Willy Brandt, que era então representante de Berlim Ocidental na comissão directiva do SPD. Mas ter-se-ia apaixonado pelo dirigente social-democrático e teria sido correspondida.

De acordo com a versão de Susanne, ela teria sido presa em 1952 em Berlim Leste. Ter-se-ia então tentado fazê-la falar e incitado a espionar as actividades políticas de Willy Brandt.

Ante a sua recusa, teria sido acusada de conluio com o serviço de informação do Partido Social Democrático e condenada a oito anos de trabalhos forçados.

Solta em 1956 em resultado de intervenções sucessivas do chanceler Konrad Adenauer, ela teria regressado a Berlim Ocidental, onde recebeu uma indemnização na qualidade de refugiada política.

Pelo seu lado, Willy Brandt ter-lhe-ia assegurado que interviria a seu favor. Em 1962, o serviço de informação federal tê-la-ia abordado e proposto que trabalhasse como jornalista no estrangeiro.

A seu pedido, o chefe de gabinete de Willy Brandt tê-la-ia informado que o chefe social democrático não fazia objecções e sugeria que aceitasse se tal actividade a interessasse.

A sra. Sievers não entrou em contacto directamente nessa época com Willy Brandt ou com Franz Josef Strauss (então ministro da defesa), afirma a declaração.

Despedida em 1973, a sra. Sievers levou o caso a tribunal e recebeu, finalmente, uma indemnização pela sua exoneração, cujo montante não foi precisado na declaração da intencidade.

Kissinger no hotel em Jerusalém ouviu o ruído de explosões

JERUSALÉM, 15 — (AND)

Houve uma explosão em Jerusalém que se ouviu perfeitamente no hotel onde está hospedado o Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e a polícia está já alerta contra possíveis tentativas de sabotagem por parte dos guerrilheiros árabes.

O alerta vem no 25.º aniversário da declaração do estado de Israel. A data, segundo o calendário gregoriano, tem sido um tradicional dia de protesto para as organizações palestinas.

Notícias dadas pela polícia indicavam que a primeira explosão foi de um morteiro, que foi explodir a cerca de 15 metros do consulado norte-americano, na parte oriental da cidade, capturada por Israel na guerra de 1967.

Duas outras cargas colocadas no mesmo local deviam explodir logo de seguida — afirmam testemunhas.

A primeira carga explodiu quando Kissinger estava em reunião a cerca de cinco quilómetros de distância com o primeiro ministro israelita Golda Meir e a comissão de negociações israelita para um acordo de separação de forças com a Síria.

Uma informação não confirmada diz que a polícia estava a procurar um automobilista que foi visto a afastar-se rapidamente do local da explosão em direcção a Ramallah, a cerca de 18 quilómetros ao norte de Jerusalém.

Antes, a polícia tinha feito um aviso ao público para dar notícia de objectos suspeitos. «É pedido ao público para não excitar e alertar a polícia em qualquer caso de suspeita, para que o perigo possa ser evitado», anunciou a Rádio Nacional.

OS OBJECTIVOS DOS GUERRILHEIROS

A finalidade duma conferência cimeira dos dirigentes das guerrilhas árabes é estabelecer o seu próprio estado na margem ocidental do Jordão, logo que a área seja evacuada pelas tropas israelitas, sem deixarem de renunciar a toda a Palestina.

Esta posição foi delineada pelo «Falastin Al Thawra», o jornal oficial da Organização para a Libertação da Palestina (O.L.P.). Segundo ele, esta medida veio depois de duas reuniões dos chefes dos diversos grupos de guerrilha em Beirute, durante os últimos dias.

O arcebispo de Cantuária um crítico obstinado da "sociedade permissiva"

LONDRES, 15 — (R) — O dr. Donald Coggan, um erudito bíblico e um crítico veemente e obstinado da sociedade permissiva, foi nomeado como próximo arcebispo de Cantuária e chefe titular da Comunidade

Mundial Anglicana, que com porta 64 milhões de pessoas.

Em Dezembro do ano corrente o dr. Coggan será solenemente empossado no seu cargo pelo actual arcebispo, dr. Michael Ramsey, que se retira como primaz da igreja anglicana em 15 de Novembro por ter atingido o limite de idade, 70 anos.

O dr. Coggan, que ha muitos anos tem vindo a desenvolver uma campanha contra a pornografia e a violência, disse a jornalistas que a Inglaterra voltará a ser uma sociedade saudável somente quando começar de novo a viver segundo as regras da decência e do decoro e em estreita obediência às leis.

Acrescentou que, quanto aos «Dez mandamentos», há muito a dizer e muito a fazer de modo a que as novas gerações aprendam de novo a amá-las e senti-las como método essencial de justiça, decoro e equilíbrio social.

«COISAS EXTERIORES»

A nomeação do dr. Coggan, durante 13 anos arcebispo de York foi anunciada pelo gabinete do primeiro-ministro Harold Wilson.

O arcebispo de Cantuária designado frisou aos jornalistas que procurará chefiar uma igreja que seja «viva, sensata e alegre, e, sobretudo, voltada para as coisas exteriores».

Quando lhe foi perguntado se se encarava como um guardião da fé, o arcebispo designado respondeu que o Novo Testamento fala em «guardar a igreja de Deus» e que ele não engeita essa responsabilidade.

Frisou que continuaria a promover a unidade da igreja anglicana e a manter o seu interesse, voltado para o terceiro mundo, para a reforma litúrgica, para o alfabetismo nos países menos desenvolvidos por meio das missões e do envio de literatura cristã.

PERITO DE PRIMEIRA

O dr. Coggan será o 101.º arcebispo de Cantuária, tendo sido nomeado da maneira habitual, pela rainha Isabel a conselho do primeiro-ministro, cujo secretário para as nomeações sondou previamente os dirigentes da igreja anglicana sobre a escolha.

Um dos eclesiásticos, o reverendo Christopher Wansey, descreveu recentemente esse procedimento tradicional como «indiscutível daquilo que se faz para além da cortina de ferro», mas o facto é que a nomeação do dr. Coggan foi antecedida por consultas muito mais vastas do que em qualquer outra ocasião quer nas igrejas anglicanas internas como fora do país.

Casado e com duas filhas, a mais nova das quais é ginecologista em Bannu, no Paquistão, o dr. Coggan disse que o auxílio da sua mulher, Jean, será precioso no novo cargo, tal como foi sempre durante a sua carreira anterior.

Perito de primeira água em textos bíblicos, o dr. Coggan é o presidente das Sociedades Bíblicas Unidas, organismo que engloba 24 sociedades Bíblicas Unidas, organismo que engloba 24 sociedades bíblicas nacionais espalhadas por todo o mundo.

DIVERSIDADE

Noventa crianças israelitas reféns de guerrilheiros

TELAVIVE, 15 — (R.) — Guerrilheiros árabes ocuparam às primeiras horas de hoje uma escola no Oeste da Galileia e fizeram reféns cerca de 90 crianças, a fim de exigirem a libertação de 20 camaradas presos em Israel, segundo revelaram fontes policiais.

Em Jerusalém, a Polícia desmantelou três foguetões Katyusha, de fabrico soviético, apontados contra o centro da cidade e que estavam montados para ser disparados às sete horas locais (seis de Lisboa).

As autoridades, alertadas por um transeunte árabe, despoletaram os foguetões apenas minutos antes da hora marcada para serem disparados automaticamente.

O ataque à escola na localidade de Maalot, a ameaça dos foguetões contra Jerusalém e uma emboscada preparada por guerrilheiros a um camião no Oeste da Galileia, que deixou morta uma mulher árabe e feridos

mais quatro árabes, ocorreram no meio de severo dispositivo de segurança por ocasião do vigésimo sexto aniversário da fundação de Israel.

A escola de Maalot foi ocupada quando três classes de alunos de Safed, situada perto, dormiam no interior. As crianças passavam a noite na escola visto estarem a fazer uma excursão de três dias.

Fontes militares de Telavive declararam que cerca de 20 crianças tinham conseguido fugir. Várias ficaram feridas devido a terem escapado através de janelas ou em consequência de tiros disparados pelos guerrilheiros. Rádio Israel informou que um professor e um guia fugiram também e deram o alarme.

Notícias de testemunhas oculares de Maalot afirmavam que as crianças foram apanhadas de surpresa por volta das quatro horas locais.

Os guerrilheiros falavam he-

braico e ordenaram aos professores para reunir os rapazes e raparigas em duas salas de aula.

Os «fedaines» entregaram, depois, a um professor uma lista, escrita à máquina em inglês, com os nomes dos 20 camaradas cuja libertação de cadeias israelitas exigiam até às 18 horas locais de hoje.

Uma das notícias dizia que foi dito às crianças que não seriam molestadas se obedecessem às ordens dadas.

Outra declarava que a lista dos guerrilheiros presos fora entregue a uma jovem mulher-soldado que acompanhava as crianças no passeio.

O ministro da Defesa, Moshe Dayan, e o comandante da Frente Norte de Israel, major-general Rafael Eytan, encontravam-se na localidade para dirigirem a operação contra os guerrilheiros.

RESPONSABILIDADE DO ATAQUE

DAMASCO, 15 — (U.P.I.-A.N.I.) — A Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina (F.D.P.L.P.) reivindica a responsabilidade pelo ataque à localidade israelita de Maalot.

O GOVERNO ISRAELITA CEDEU AO ULTIMATO

TELAVIVE, 15 — (F.P.) — O Governo israelita cedeu ao ultimato dos palestinianos, respeitante à libertação de 20 dos seus camaradas. A Rádio israelita anunciou que o Governo de Israel deu instruções no sentido de se entrar em contacto com a organização dos guerrilheiros, pondo todavia, a condição de a troca entre os reféns e os prisioneiros ser efectuada em Maalot.

Um ataque à China não teria êxito — diz um relatório

LONDRES, 15 — (EFE-ANI) — A capacidade nuclear das forças armadas soviéticas não é suficiente para que Moscovo possa lançar, com êxito neste momento, um ataque contra a China. Foi esta a conclusão a que chegou o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos no seu relatório sobre a situação militar dos vários países em 1973, divulgado há dias.

A China e a União Soviética — afirma o relatório — «aumentaram as suas forças ao longo da fronteira comum para 45 divisões cada uma durante o ano passado, o que constitui uma cifra recorde de efectivos».

Referindo-se à constante especulação dos círculos políticos e diplomáticos de todo o mundo, em que se tem afirmado que Moscovo tenciona lançar um ataque nuclear contra a China, o Instituto de Estudos estratégicos, com sede em Londres, salienta que «depois de quinze ensaios termonucleares, a capacidade nuclear da China atingiu um ponto em que um ataque russo não seria acompanhado de êxito».

E acrescenta que a União Soviética teria podido atacar a China com armas nucleares durante a Revolução Cultural chinesa, destruindo então os locais onde estavam a ser montadas

as rampas de lançamentos nucleares.

Hoje, porém, semelhante ataque já não é possível — afirma categoricamente o Instituto.

Alguns peritos militares explicam que, com o aumento dos efectivos militares chineses na fronteira norte e na da Manchúria, a tomada de novas posições e maior protecção de mísseis, uma operação soviética não teria a menor possibilidade de êxito.

Beco sem saída em França na eleição presidencial

PARIS, 15 (R) — Está num beco sem saída a eleição presidencial francesa, de acordo com nova sondagem à opinião pública hoje divulgada, e segundo a qual tanto o candidato conservador, Valéry Giscard d'Estaing, como o candidato esquerdista, François Mitterrand, obterão exactamente 50 por cento dos votos na segunda volta, a realizar no domingo.

A decisão está deste modo nas mãos dos 13 por cento de franceses que ainda não se decidiram ou que guardam as suas intenções para eles próprios.

O inquérito foi levado a cabo

ontem pela organização IFOP para o vespertino de grande circulação «France Soir». O resultado foi exactamente o mesmo que na última sondagem levada a cabo pela citada organização, há cinco dias.

Giscard d'Estaing recebeu ontem o apoio do dirigente do Partido Radical, Jean Jacques Servan-Schreiber, mas a sondagem da IFOP foi efectuada aparentemente antes de isto poder ter tido qualquer impacto no eleitorado.

Outras sondagens realizadas recentemente tinham colocado Giscard d'Estaing marginalmente à frente de Mitterrand.

Não obstante, Servan-Schreiber ter o apoio pessoal de somente meia-dúzia de deputados no Parlamento francês, a sua atitude pesa muito a favor de Giscard d'Estaing em vista da corrida estar tão renhida.

A adesão do dirigente radical

nianos às diligências de paz do dr. Henry Kissinger.

Todos os principais comandantes dos guerrilheiros, incluindo o capitão Ahmed Jibril, do comando geral, tem efectuado reuniões durante a semana passada para planejar a sua atitude em relação à tentativa do secretário de Estado norte-americano de conseguir um acordo negociado, segundo notícias recebidas nesta cidade.

Jornais libaneses têm afirmado, porém, que os «fedaines» poderão ter anuído quanto à necessidade de criar qualquer género de Estado palestiniano provisório descrito como «uma autoridade nacional» na margem ocidental do Jordão se Israel concordar em entregar a área para esse fim por meio de tratado.

Magistrado raptado pede troca

GÊNOVA (ITÁLIA), 15 — (UPI-ANI) — Um delegado do Ministério Público raptado por uma organização clandestina apelou para o presidente da Itália para comprar a sua liberdade com a de oito prisioneiros da extrema-esquerda.

«Parece-me, senhor presidente, que nesta altura todos devem assumir as suas responsabilidades, como estou a assumir as minhas», declarou o magistrado Mario Sossi numa carta ao presidente Giovanni Leone.

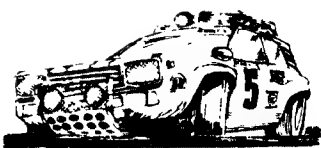
O espantalho



Quem tem medo de Richard Nixon? É a pergunta que vem à mente ao vermos este espantalho, que constitui uma caricatura do presidente dos Estados Unidos, ameaçado de impugnação pelo seu envolvimento no escândalo Watergate. O espantalho foi colocado por estudantes num jardim da Universidade do Estado de Ohio (Telfoto UPI/Telimprensa/DL)

À VENDA EM TODO O PAÍS
MAIS UM NÚMERO
DE

motor



Em crise o governo de coligação turco

ANKARA, 1 — (R.) — O Governo de Coligação da Turquia, que tem apenas a duração de quatro meses, mergulhou esta madrugada em crise após o Parlamento rejeitar um plano de amnistia de presos políticos.

O primeiro-ministro Bulent Ecevit convocou uma reunião de emergência do gabinete no meio de forte especulação de que o Governo poderá resignar.

Anteriormente, o Parlamento havia aprovado uma amnistia para cerca de 46 mil presos condenados por delitos comuns.

No entanto, uma subsequente proposta do Governo para uma amnistia aos presos políticos foi

derrotada quando 20 membros do Partido Islâmico de Salvação Nacional, parceiros minoritários da coligação de dois partidos votaram com a oposição.

O primeiro-ministro cujo partido social-democrata obteve maior número de votos nas eleições de Outubro passado, insistiu em que todos os presos políticos, com excepção daqueles acusados de violência, deviam beneficiar da proposta amnistia.

A coligação, que normalmente possui uma maioria de nove lugares, foi derrotada na resolução sobre os presos políticos por 221 a 214 votos.

Contrabandistas de ópio executados na Pérsia

TEERÃO, 15 — (R.) — Um pelotão de fuzilamento do exército executou ontem 12 homens considerados culpados, por um tribunal militar, de contrabando de 12 toneladas de ópio — anunciou um porta-voz governamental.

Eleva-se a 223 o número de contrabandistas de drogas exe-

cutados desde a introdução de uma nova lei antidroga em vigor no Irão desde 1970.

Nos termos da lei, qualquer pessoa que tiver em seu poder mais de dois quilos de ópio ou 10 gramas de heroína, morfina ou cocaína será julgada por tribunais militares e condenada à morte.

açúcar

sidul

REFINARIA DO ULTRAMAR
LISBOA

REGISCONTA
admite
para a sua Sucursal/FARO
MECÂNICOS
para
CAIXAS REGISTRADORAS
e para
MÁQUINAS DE SOMAR

Oferecemos
- curso de formação
- bom ambiente de trabalho
- regalias sociais

Respostas por escrito
para
REGISCONTA
Sucursal Faro
R. Dr. Cândido Guerreiro
nº 27-A Faro

O Rei

INSTITUTO DE BELEZA MASCULINA
CARELIFEIRO DE HOMENS

Com os melhores laboratórios de estética, António
Gandegani, José Monteiro, João António, Roberto Pádua

Sauna, depilação, tratamentos, massagens, cosméticos
e produtos para a pele, depilação, depilação, depilação

Quilacão, depilação, depilação, depilação, depilação

Rua Conde de Sabugosa, 21, 1.º andar, Lisboa

DL/NACIONAL

AMNISTIA DE CRIMES MILITARES PRATICADOS ANTES DE 25 DE ABRIL

Foram amnistiados os crimes essencialmente militares praticados até ao dia 25 de Abril, inclusive, a que não caiba pena superior à de presidio militar de seis anos e um dia a oito anos, ou equivalente, segundo decreto hoje publicado na folha oficial.

O texto completo do referido diploma e do seguinte teor:

«Considerando ser justo alargar as ultimas medidas de clemência a outros delitos previstos na lei militar, merecedores de idêntico tratamento;

Convinco reajustar o regime da prisão preventiva no foro militar e simplificar os trâmites prescritos para a aplicação da amnistia;

Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º 1. São amnistiados todos os crimes essencialmente militares e militares praticados até ao dia 25 de Abril, inclusive, a que não caiba pena superior à de presidio militar de seis anos e um dia a oito anos, ou equivalente.

2. São amnistiadas todas as infracções disciplinares militares praticadas até à mesma data.

Art. 2.º A amnistia não prejudica a responsabilidade civil emergente dos factos delituosos praticados, nem compreende a anulação dos efeitos das penas, se já verificados, tais como transferência, mudança de quadro, baixa de posto ou de serviço, eliminação,

demissão, reforma e descida na escala de antiguidade.

Art. 3.º 1. Quando haja lugar a prisão preventiva, o arguido pode ser solto desde que:

a) A infracção por que é arguido não caiba pena superior à do presidio militar de seis anos e um dia a oito anos, ou equivalente;

b) Não seja inconveniente a sua soltura, considerando a sua perigosidade ou fundado receio de fuga.

2. Enquanto o arguido deva permanecer nas fileiras para cumprimento das suas obrigações militares e até ao tempo destas, ficara, depois solto, apresentado na unidade a que for destinado, desempenhando serviço regular, mas sem possibilidade de licenças.

3. Ao arguido, solto nos termos do n.º 1, que haja cumprido o tempo de serviço obrigatório, podera ser concedida licença registada até à decisão final do processo, com a obrigação de se apresentar quando for ordenada a sua comparecência para qualquer acto judicial, sob pena da aplicação do parágrafo único do artigo 463.º do Código de Justiça Militar.

Art. 4.º Os artigos 429.º e 457.º do Código de Justiça Militar passam a ter a seguinte redacção:

Art. 429.º 1. Quando o dacto ou factos constantes dos autos constituírem crime previsto nas leis militares ou comuns, ordenar o prosseguimento do processo, salvo os casos previstos no n.º 6 deste

preceito e no parágrafo 1.º do artigo 6.º

6. Se entender que a acção penal esta extinta, assim o declarara, por despacho nos autos, ordenando que o processo seja arquivado;

Art. 457.º 3. Se entender, de acordo com o parecer do auditor, que a acção penal está extinta, assim o declarara por despacho nos autos, ordenando que o processo seja arquivado.

Art. 5.º Para aplicação em processo disciplinar militar da

amnistia constante do Decreto-Lei n.º 173/74, e competente uma comissão provisória nomeada pelo Presidente da Junta de Salvação Nacional e deste dependente.

Art. 6.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor. Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 10 de Maio de 1974.

Publique-se

O Presidente da Junta de Salvação Nacional, António de Spínola.

A S.N.A.B. despediu 150 trabalhadores

A Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau procedeu, durante a semana passada, ao despedimento de 150 dos seus assalariados, quase todos pertencentes à tripulação de quatro dos seus navios surtos no Tejo. Aquela empresa baseou os motivos de tal procedimento na afirmação de que grande parte dos tripulantes dos referidos bacalhoeiros, se negaram a ir para o mar no passado dia 23 de Abril, por certamente já terem conhecimento do Movimento das Forças Armadas — segundo nos declarou um porta-voz dos trabalhadores despedidos, Júlio Alves dos Santos, que esta manhã se dirigiu ao Palácio de Belém, para

apresentar o caso a um delegado da Junta de Salvação Nacional. Em contrapartida, esses trabalhadores e ainda sobre o que nos declarou o referido porta-voz — dizem que a acção de despedimento realizada pela administração da SNAB se deve apenas ao facto de terem feito reivindicações salariais, pois o que ganham é muito pouco: 1450\$00 por mês de ordenado fixo e, quando em campanha, mais 1\$45 por cada bacalhau pescado.

Esta tarde serão recebidos no Palácio de Belém, duas comissões para o mesmo assunto: uma, de administradores da SNAB e outra composta por alguns dos trabalhadores em conflito.

"Museu como meio e não como fim"

O pessoal educativo do Museu Nacional de

Arte Antiga, reunido no dia 6, deliberou por unanimidade, entre outros pontos, o da revisão da situação quanto à institucionalização dos serviços, de modo a haver uma base material que os apoie. Saliente-se ainda a alínea b) do terceiro ponto, onde se defende a ideia de **museu como meio e não como fim**.

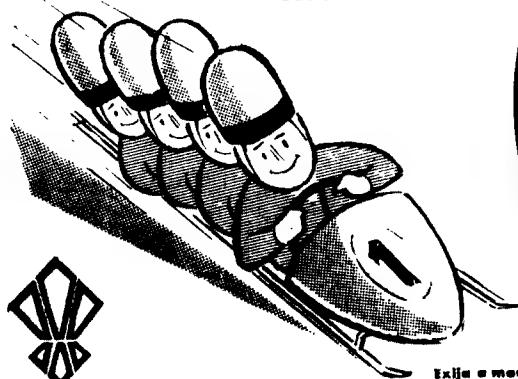
ESCRITÓRIO EDIFÍCIO AVIZ

Completamente equipado, máquinas e telefone. luxuosamente mobilado. **TRESPASSA-SE.** Ver todos os dias úteis das 11 às 13 horas. Falar com o porteiro.

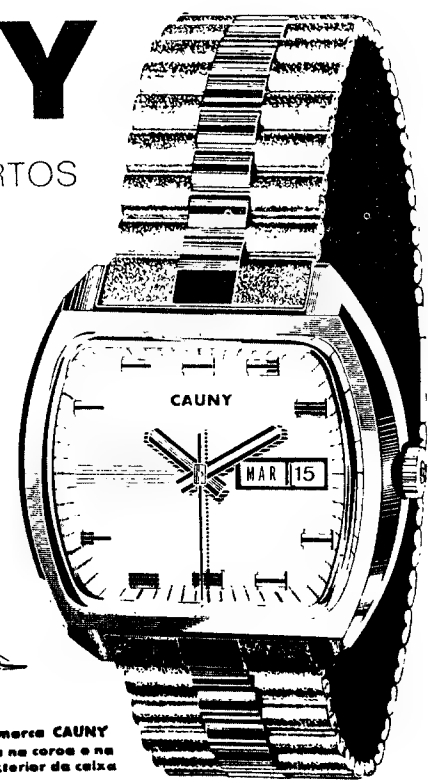
CAUNY

RELÓGIOS PARA DESPORTOS

AUTOMATICO
DIA E DATA
ANTICHOC



A MAIS ALTA PRECISÃO SUIÇA



Exija o marca CAUNY gravada na coroa e na parte exterior da caixa

AUDITORIO
VIVALDI
ALTA FIDELIDADE

AV. JOÃO CRISÓSTOMO, 91 - A
LISBOA

CASAS ALUGAM-SE
novas e/ou 2 e 3 assoalhadas
próx. da estação de Oeiras
Tratar c/ **SILVA COITO**
na
R. Gregório Lopes, 1. 1512
(Junto à Av. das Descobertas (Restelo))

A PALAVRA DO BISPO DE NAMPULA

"A paz não é a ausência de armas"

«Importa, porém, não confundir a paz com a ordem estabelecida, com as forças da ordem, com a ausência de armas, com o medo dos fracos, com a repressão dos fortes, com o silêncio dos mortos». Estas palavras do bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto pronunciadas por altura da sétima jornada mundial da paz (Janeiro de 1974) quando o prelado se encontrava ainda em Moçambique.

A reflexão pastoral a que nos reportamos só agora foi divulgada pelo semanário da diocese do Porto, «Voz Portuguesa», através da o bispo de Nampula considera:

«A paz é algo que se deve não apenas manter mas produzir, e produzir a partir da verdade, da justiça, do amor e da liberdade; a partir da consciência política do homem. Não é, por conseguinte, compatível com a «ordem» à custa da verdade, da justiça, do amor e da liberdade; não é repressão, não é medo, não é silêncio, não é morte. A paz é o homem, e o homem é o coração da paz» (...)

(...) «Por isso, falar da paz em Moçambique sem falar lealmente da guerra que o mancha de sangue, seria iludir o problema fundamental; seria aumentar a violência».

Salientando a urgência de repensar a guerra em Moçambique D. Manuel Vieira interroga-se:

(...) «será lícito a alguém continuar a dizer que «os territórios das Províncias Ultramarinas estão em paz»; que nelas «a vida decorre, por toda a parte, tranquila e normal, num ambiente de trabalho e de entendimento exemplares»; que «a insegurança, geralmente em espaços pouco povoados junto das fronteiras, não perturba a vida do resto da Província, onde a paz não é só uma possibilidade mas uma realidade» (dos jornais).

«A guerra em Moçambique é, infelizmente, uma realidade. É uma realidade que perturba, cada vez mais, as populações. Iniciada em 1964 no distrito de Cabo Delgado, estendeu-se, ao longo destes dolorosos dez anos, por cinco distritos e afecta hoje grande parte das populações neles residentes; mobiliza milhares de homens, implica o dispêndio de somas muito importantes, tem já no seu passivo milhares de vítimas.

«Aceitar, abertamente, a verdade dos conflitos é construir a paz».

ELIMINAR NEOCOLONISMOS

Defendendo em seguida uma informação objectiva ao serviço da verdade «capaz de orientar e formar a opinião pública na construção da paz», o bispo de Nampula afirma mais adiante:

(...) «Querer seriamente a solução dos conflitos em curso é querer, em primeiro lugar, a justiça integral do homem e das populações de Moçambique. Isto leva-nos a eliminar corajosamente as situações de injustiça e, ao mesmo tempo, a promover, no diálogo, o crescimento integral do homem e do povo» (...)

(...) «Tudo poderá ser vão e até contraproducente se o homem for objecto e não sujeito do seu próprio desenvolvimento. Importa, pois, examinar se o homem daqui e de hoje é efectivamente sujeito de um crescimento cultural, social, político e económico» (...)

(...) «A Igreja não só reconhece o direito dos povos à

própria identidade, como também procura promover entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, colonizados e antigos colonizadores, ricos e pobres, uma justa e leal cooperação de modo a eliminar possíveis neocolonialismos, e a criar condições que permitam uma efectiva autodeterminação» (...)

Acentuando que a autodeterminação dos povos representa um avanço no sentido da autêntica libertação do homem, D. Manuel Vieira assinala que a construção da paz passa pela autodeterminação.

(...) «Parece que tudo isto obriga a colocar a solução do conflito mais na acção política do que na força das armas — uma acção política fundada no direito, aberta ao diálogo e às soluções dignas» (...)

NÃO ÀS TORTURAS PARA OBTENÇÃO DE CONFISSÕES

Recusando por princípio a luta armada como forma de estabelecimento de uma sociedade justa, aquele prelado não deixa de lembrar que «em plena acção armada permanece válido o dever de não matar», pelo que:

(...) «A história julgará os homens que, ao longo destes dez anos de guerra, cometeram impunemente acções violentas e homicidas contra inocentes. Derramar sangue inocente é acumular sangue sobre a própria cabeça» (...)

E logo depois o bispo adverte:

(...) «Não só os homicídios de qualquer espécie são crimes abomináveis a tornar abominável a guerra que os pratica. A dignidade intangível de cada homem, mesmo quando declarado e punido como criminoso por quem de direito, não permite, em caso algum, o uso de tratamentos desumanos. As crueldades, as sevícias, as torturas mesmo quando usadas para obter confissões de grave importância para a paz, devem ser absolutamente condenadas como actos intrinsecamente perversos, porque «não só ofendem a integridade humana como degradam o sentido de justiça, inspirando sentimentos de ódio e de vingança» (Paulo VI, 25/10/70). As torturas morais ou físicas, repressivas ou detectivas, as prisões arbitrárias, as pressões psicológicas, todos os actos que violem a dignidade e a integridade da pessoa humana são uma infâmia e tornam infame quem os pratica (G.S. 27); tornam infame a guerra que os usa» (...)

OS «ALDEAMENTOS» EM QUESTÃO

Referindo depois a importância das populações civis no que apelidou de «guerra subversiva», D. Manuel defende inequivocamente a segurança plena dessas populações que

não devem ser oprimidas sob o pretexto «de possível convivência com o adversário ou de possível perigo». E, mais adiante, esclarece:

«As medidas de segurança, por muito imperiosas que sejam, e concretamente os «aldeamentos», se não respeitam a dignidade da pessoa humana, as justas e dignas aspirações do povo; se não concorrem efectivamente para o crescimento e liberdade das populações, mas antes as dominam e utilizam; se no contexto de guerra, mais do que defender as populações, as expõem a diversas formas de pressão e

a possíveis ataques de represálias; se, com efeito, não passam de uma estratégia de guerra, numa palavra — se não têm por fundamento a dignidade e a vocação do homem e das populações — não podem ser aceites pela consciência humana e cristã» (...)

A concluir o longo documento, de que só publicamos alguns extractos, o bispo de Nampula, D. Manuel Vieira, que sempre se referiu ao caso moçambicano, exorta a que todos se esforcem na procura dos caminhos da paz. Em Moçambique. Em Janeiro de 1974.

FEMINISMO EM PORTUGAL

"Contra toda a opressão"

— Isto é apenas o começo da luta — comentava uma das mulheres que ao fim da manhã de ontem se manifestaram em frente do Palácio de Belém, enquanto uma sua delegação, em nome do Movimento de Libertação das Mulheres, recebia do representante da Junta de Salvação Nacional a resposta negativa a duas reivindicações apresentadas: o direito a uma sede e a extinção do Movimento Nacional Feminino.

Estas pretensões tinham sido apresentadas no fim da semana passada, ficando a resposta pendente de estudo da Junta. Na data marcada, elas lá foram saber do que a Junta tinha decidido. A porta ficaram os seus cartazes: **Pelo direito da associação das mulheres, Nós não somos secundárias, Mulheres, uma força política.**

— A Junta não considerou as vossas reivindicações — foi a resposta, muito precisa, do oficial superior que as recebeu.

Surpresa entre as mulheres? Nem por isso...

— O que nos surpreendia é que uma instituição masculina aceitasse de bom grado a existência de um movimento que se propõe lutar contra a ditadura do homem. Seria mesmo caso inédito em todo o mundo que um Governo saudasse o aparecimento de um Movimento de Libertação das Mulheres.

E uma das delegadas diria mesmo:

— Este passo (legal) era necessário para confirmarmos o que pensávamos. Passaremos a lutar por outros meios para conseguirmos os nossos objectivos.

INDEPENDENTEMENTE DE CLASSES

Mas que querem, afinal estas personagens, que subitamente aparecem em cena, e se dizem interpretar os anseios mais profundos de todas as mulheres, independentemente da classe a que pertencem? E que anseios são afinal os seus?

Um observador masculino, de entre os muitos que se encontravam em frente do Palácio de Belém e viram os seus cartazes, chegou a comentar: **O que elas querem é fazer parte do Governo.**

Mas não: elas negam a ambição do poder. Falam em liberdade, que é o contrário do poder. E citam a sua organização, a que só por abuso se pode chamar assim: no Movimento de Libertação das Mulheres não há quadros, nem líderes, nem hierarquias. São esquemas masculinos que nós não aceitamos — afirmam. Anarquistas? Se assim lhes quiserem chamar...

Do mesmo modo, não existe entre elas um esquema de princípios idêntico ao que é comum em partidos ou movimentos políticos.

— Lutar por todos os meios contra todas as formas de opressão da mulher e de discriminação sexista — eis o nosso princípio.

Mas é possível falar dos seus objectivos concretos. Uma sede? Isso é muito pouco; e além disso como reivindicar a autonomia, passou à história. Porque, com sede ou sem ela, vão continuar a reunir.

No dia em que não couberem em casa de uma das aderentes, passarão para a rua. Estão seguras de que a falta de quatro paredes não será entrave ao alargamento do Movimento.

As coisas que temos a tratar são muito mais importantes do que chás-canasta, «cocktails», ou apostas mútuas do Totobola. Não desistimos...

ABORTO LIVRE

Entre as coisas urgentes a tratar, conta-se a conquista de certos direitos fundamentais para a mulher. Uma informação honesta sobre a contracepção e o aborto livre são algumas delas, corolários do direito à disposição do próprio corpo. Neste campo, está tudo por fazer. Sabe-se quantos homens morrem na guerra, mas é impossível saber, ainda que aproximadamente, quantas mulhe-

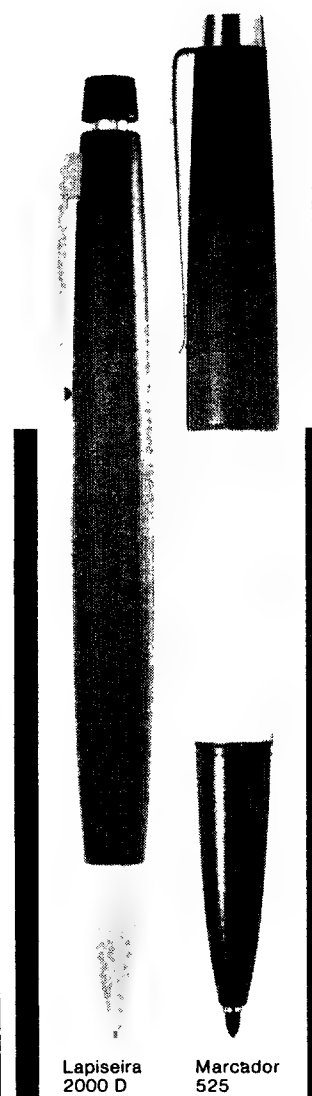
Conforme as marés

Na última MALTA — uma rubrica de «A MOSCA» — saiu, sob o título «Conforme as Marés», a seguinte nota **Na Brasileira do Chiado, esse tabernáculo da boa conversa, entrou vestida a rigor (mas sem a coragem do verde e encarnado) a importantíssima cronista da sociedade do ex-Estado Novo, a senhora dona... vá lá, adivinhem quem era?**

O autor da nota — o nosso colaborador Mário Varela Soares — pede-nos a publicação do seguinte esclarecimento:

a nota referia-se à cronista social Vera Lagoa (pseudónimo de Maria Armada Falcão) e exprimia uma impressão superficial proveniente das leituras das crónicas sociais por ela publicadas no decorrer dos últimos anos. Posteriormente, tomou conhecimento da actuação e da posição da Maria Armada Falcão na luta antifascista e reconhece que a sua nota era injusta. Nestas circunstâncias vem publicamente esclarecer este equívoco tão desagradável, que lamenta profundamente.

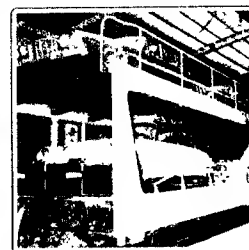
LAMY
faz dese-
nho



Lapiseira 2000 D

Marcador 525

LAMY
À venda nos bons estabelecimentos



AutoExpresso

Lisboa-Porto-Lisboa

Informe-se nas estações e agências de viagens

Camion de Ferro Portugueses

INFILTRAÇÕES?

RESOLVEMOS TODOS OS PROBLEMAS COM GARANTIA

ISOLAÇÃO, LDA.-R. Bern. Ribeiro, 23 r/c T. 43369

Preso o capitão Maltês da Polícia de Choque

O capitão Maltês, que durante anos comandou a Polícia de Choque nas suas investidas brutais contra a população de Lisboa, foi preso e encontra-se agora sob custódia militar no Quartel de Caçadores 5.

A «Companhia Móvel» da PSP (a Polícia de Choque) foi formalmente dissolvida e os seus efectivos distribuídos pelos comandos distritais. Mas o povo de Lisboa bem sabe como entre eles havia verdadeiros criminosos que a justiça não poderá deixar impunes. Maltês é um deles: quem lutou na rua contra o fascismo e o sentiu nas cos-

tas, feito cassetete ou coronha ou ameaça de tiro, não esquecerá a sinistra figura que de óculos verdes, pé no estribo do nível, coldre à coxa e pingalim impaciente, comandava as operações que tantas vezes fizeram correr sangue na Baixa.

A quem será entregue o capitão Maltês? Não fomos ainda informados. Maltês inimigo do povo era um especialista na repressão das massas populares e um íntimo colaborador da PIDE, que sob as suas ordens distribuía agentes armados e à paisana entre os populares, para os atacar ao mesmo tempo que os cordões de cães e de capacetes.

Maltês é dos que não alegará que «cumpria ordens»: era ele, movido pelo ódio quem as dava.



MANTÉM-SE EM VIGOR TRANSITORIAMENTE A CONSTITUIÇÃO DE 1933

SEM AFECTAR O PROGRAMA DO «MOVIMENTO»

Com data de ontem, o Diário de Governo publica as leis que extinguem a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa e definem a estrutura constitucional transitória que regerá a organização política do País até à entrada em vigor da nova Constituição Política da República Portuguesa.

Assim, a Junta de Salvação Nacional decretou que a Constituição Política de 1933 mantém-se transitoriamente em vigor naquilo que não contrariar os princípios expressos no Programa do Movimento das Forças Armadas. Entender-se-á de igual modo revogada a Constituição Política de 1933 em tudo aquilo que for contrariado por disposição da Lei Constitucional n.º 1/74, de 25 de Abril, da Lei Constitucional n.º 2/74, de 14 de Maio, da presente Lei ou de futura lei constitucional promulgada no exercício dos poderes assumidos em consequência daquele Movimento e ao abrigo do preceituado neste diploma. As disposições da Constituição Política de 1933 serão interpretadas, na parte em que subsis-

tirem, e as lacunas da mesma serão integradas de acordo com os referidos princípios expressos no Programa do Movimento das Forças Armadas.

Até que iniciem o exercício das suas funções os órgãos que vierem a ser instituídos pela nova Constituição Política, exercerão o poder, além da Assembleia Constituinte, o Presidente da República, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado, o Governo provisório e os tribunais.

Até à sua dissolução, a Junta de Salvação Nacional considerará-se em reunião permanente, competindo-lhe nomeadamente, vigiar pelo cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas e das leis constituintes. Os membros da Junta fazem parte do Conselho de Estado, juntamente com sete representantes das Forças Armadas e sete cidadãos de reconhecido mérito, a designar pelo Presidente da República. Compete ao Conselho de Estado exercer os poderes constituintes assumidos em consequência do Movimento das Forças Armadas até à eleição da Assembleia Constituinte, sancionar os diplomas do Governo provisório que respeitem à eleição da Assembleia Constituinte à definição das linhas gerais da política económica, social e financeira; ao exercício da liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de reunião, de associação e de crenças e práticas religiosas; à organização da defesa nacional e à definição dos deveres desta decorrentes; a definição do regime geral do Governo das províncias ultramarinas; vigiar pelo cumprimento das normas constitucionais e das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo ou da Administração, podendo declarar com força obrigatória geral, mas ressalvadas sempre as situações criadas pelos casos julgados, a inconstitucionalidade de quaisquer normas; autorizar o Presidente da República a fazer a guerra, se não couber o recurso à arbitragem, ou esta se malograr, salvo o caso de agressão efectiva ou iminente de forças estrangeiras, e a fazer a paz;

Pronunciar-se sobre a impossibilidade física do Presidente e sobre todas as emergências graves para a vida da Nação e sobre outros assuntos de interesse nacional sempre que o Presidente da República o julgar conveniente. Os diplomas que devem ser sancionados pelo Conselho de Estado não poderão ser promulgados pelo Presidente da República sem que a sanção tenha sido concedida.

As Forças Armadas, que é responsável politicamente perante o Presidente da República, compete conduzir a política geral da Nação, referendar os actos do Presidente da República, fazer decretos-leis e aprovar os tratados ou acordos internacionais, elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis, supervisionar no conjunto da administração pública e elaborar a lei eleitoral.

O Governo provisório — cuja nomeação pertence ao Presidente da República de entre cidadãos portugueses que sejam representativos de grupos e correntes políticas ou sejam independentes, mas se identifiquem com o Programa do Movimento das Forças Armadas — será constituído pelo primeiro-ministro, que poderá gerir os negócios de um ou mais Ministérios, e pelos ministros, se-

cretários e subsecretários de Estado. O primeiro-ministro e os ministros são nomeados e exonerados pelo Presidente da República. Os secretários e subsecretários de Estado são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do primeiro-ministro. Poderá haver ministros sem pasta que de-

sempenhar missões de natureza específica e exerçam funções de coordenação entre Ministérios e quaisquer outras que lhes sejam delegadas pelo primeiro-ministro. O Presidente da República poderá convocar e presidir ao Conselho de Ministros, quando julgar conveniente.

“É PESADA A HERANÇA DO FASCISMO”

Continuação da pág. 1

solidariedade recíprocas entre o movimento popular e o Movimento das Forças Armadas, entre as massas populares e as Forças Armadas. Não será possível o processo de democratização nas circunstâncias presentes, se não formos capazes de consolidar e reforçar essa aliança.

P. Certos elementos conservadores estranham que tenha sugerido a realização de uma grande parada das Forças Armadas para comemorar a vitória do 25 de Abril. Qual o objectivo dessa sua proposta?

R. O 25 de Abril, no que teve de mais profundo, significou a identificação de amplos sectores das Forças Armadas com os anseios e aspirações populares. O Movimento das Forças Armadas pode legitimamente considerar-se como uma emanção das aspirações e das lutas do nosso povo. As armas voltaram-se contra os opressores. Trata-se de uma viragem histórica no processo da revolução democrática.

Assegurando a instauração de um regime democrático pela aliança do povo com as Forças Armadas, concluída a paz em África e regressados os soldados, identificadas as Forças Armadas com o Portugal democrático, ficará pertencendo definitivamente ao passado o tenebroso tempo em que o povo via as armas ao serviço da tirania. Então o nosso povo sentirá verdadeiro orgulho nas suas Forças Armadas.

A alusão a um grande 1.º de Maio no próximo ano, com a simultânea parada das Forças Armadas definitivamente ligadas à sorte e às aspirações do nosso povo, não mais que um voto apontando a perspectiva do triunfo final da causa em que hoje estão empenhadas, em estreita aliança, as massas populares e as Forças Armadas.

P. Muitos órgãos da chamada grande imprensa internacional principiaram já a publicar comentários pessimistas sobre a evolução previsível da economia portuguesa. Quais, a seu ver, os fundamentos e objectivos dessa atitude gratuita?

R. A situação económica causa-nos grandes apreensões. Por um lado, é extraordinariamente pesada a herança que o fascismo nos deixou. Por outro lado, é de esperar que o grande capital venha a criar dificuldades económicas e financeiras ao novo regime, a fim de provocar a desorganização e o caos económico, semear a descontentamento popular e abrir caminho à contra-revolução.

Não se pode permitir que, tendo contra si a grande massa da nação e não dispondo da força militar, os grandes grupos monopolistas pretendam com armas económicas afogar e destruir de novo as liberdades e impedir o processo que conduzirá a um regime escolhido pelo próprio povo.

Se isso se vier a verificar, será indispensável muita deci-

são. Quem pretenda por meios de pressão, chantagem e sabotagem económicas provocar o regresso ao passado fascista, vedando ao nosso povo o caminho pacífico, livre e democrático para decidir do seu futuro, deverá saber antecipadamente que encontrará pela frente grande severidade.

P. A imprensa tem afirmado insistentemente que fará parte do Governo provisório como ministro sem pasta. Tem algum fundamento esse rumor? E se vier a participar no Governo, qual o objectivo de tal decisão?

R. Acerca da composição do Governo provisório, nada lhe posso por enquanto dizer. Mas posso lembrar que, logo no dia 26 de Abril, o Partido Comunista apontou a necessidade da instauração de um Governo provisório de ampla coligação com a participação das correntes democráticas e liberais mais representativas, entre as quais o próprio Partido Comunista.

A participação do Partido Comunista no Governo provisório, a concretizar-se, é determinada pela preocupação fundamental de contribuir para a consolidação e alargamento das liberdades democráticas, para cortar o passo à contra-revolução, para pôr fim à guerra colonial, para realizar eleições livres para uma Assembleia Constituinte, para instaurar em Portugal um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

Haverá aspectos da política do Governo (e alguns certamente muito sérios) com que não estaremos de acordo. O programa do Governo é limitado. A margem de iniciativa e de decisão é também relativamente escassa. Pensamos porém que prestaríamos um mau serviço ao povo português, resolvendo não participar no Governo provisório. A concretizar-se essa participação, estamos certos de que o povo português aprovará a nossa decisão.

P. Considera que o Governo provisório estará em condições de pôr fim à guerra colonial e de dar uma justa solução ao problema da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique?

R. São conhecidas as posições do Partido Comunista e qual a solução que preconiza. Para já é fundamental, como primeiro passo, a abertura de negociações sem condições prévias com o PAIGS, a FRELIMO e o MPLA.

A este respeito, há, como é sabido, não só diferença de opinião como divergências. Consideramos entretanto que o Governo provisório estará em condições de tomar iniciativas que, em acordo com os movimentos de libertação, conduzam ao fim da guerra, abrindo o processo da solução política do problema.

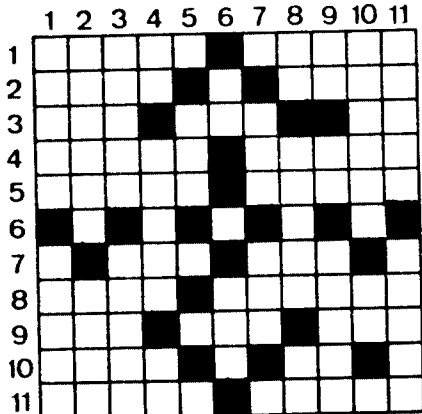
Se nós, comunistas, entrarmos no Governo provisório, estando o País envolvido numa guerra colonial, é com o firme objectivo de acabar com ela.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 10783

HORIZONTAIS:

- 1 Deus grego e romano dos oráculos da medicina e da poesia. Derrotam
- 2 Contração da preposição per e a forma arcaica la do artigo definido ou pronome Labios
- 3 Rei do Hejaz, filho de Hussein. Firmamento. Antigo Testamento.
- 4 Vela imediatamente superior à grande. Mulher que foi amada por Petrarca.
- 5 Gema. Dar ouro a.
- 7 Pilão. Abreviatura das palavras inglesas Royal Air Force.
- 8 Profeta senegalês que foi vencido por Faideherbe e que se suicidou no Macina, subjugue (fig.)
- 9 Grande quantidade. Professor e pintor português nascido na Madalena (Gaia) autor de «Emigrantes». Vai para fora.
- 10 Esteiros. Pago.
- 11 Judia que foi esposa de Asuero e que obteve dele o perdão dos Judeus perseguidos por Amã. Poise no mar (o avião).



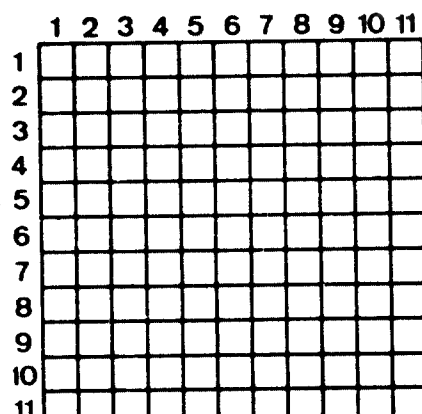
VERTICAIS:

- 1 Aplaca. Expira.
- 2 Descascas. Triluras.
- 3 Cidade de Espanha. Revolucionário francês que foi morto no banho por Carlota Corday.
- 4 Nota musical Despoar. Catedral.
- 5 Designação genérica das plantas herbáceas.
- 6 Pronome pessoal. Artigo definido Rio de Portugal.
- 7 Grito. Historiador francês membro do Instituto e da Academia de Ciências Morais e Políticas (1866-1957).
- 8 Prefixo que designa afastamento. Enclenar. Polícia Militar.
- 9 Porco. Cidade da antiga Caldeia. Greta.
- 10 Deras aviso de alguma coisa em voz alta. Sódio (s.q.).
- 11 Assassinar. Animal vertebrado, aquático, com o corpo coberto de escamas.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 6941

HORIZONTAIS:

- 1 Chouriço doce. Caminhar para cá
- 2 Preparar com opio. Ramo delgado de árvore (Bras)
- 3 Involucro de palha em que se metem os objectos frágeis para que se não partam com o transporte. Cantito de muitas vozes reunidas (pl.)
- 4 Contraria cristã na Índia. Tombar.
- 5 Milímetro. Rente
- 6 Continua. Medida japonesa igual a dois decímetros. Preposição e artigo definido
- 7 Senhor em inglês. Nome de letra. Acredite!
- 8 Valeta. Existência
- 9 Gostava muito de. Questão.
- 10 Cidade de Portugal. Sensual.
- 11 Época. Terceiro estômago das aves



VERTICAIS:

- 1 Embeber. Fruto medicinal de uma planta da Arabia, utilizado em xarope. Peitoral.
- 2 Suco narcótico que se extrai de algumas papoilas. Pertences. Abismo.
- 3 Braço de mar. Adejara.
- 4 Investigação (fig.) Planta leguminosa para forragem
- 5 Estava. Cãnamo de Manila. Galio (s.q.)
- 6 Nota musical. Centímetro. Rio de Itália
- 7 Chefe supremo em certos países da Ásia. Germânico (s.q.) Caminho
- 8 Sarraceno. Atravesso.
- 9 Limpa com vassoura. Ave palmípeda
- 10 Enguia. Vila e sede do concelho distrito de Santarém
- 11 Cabo da Costa de Portugal. Freguesia do concelho de Oliveira do Bairro. Nota musical.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9782

HORIZONTAIS:

- 1 DEUS. SABE. O.
- 2 Espie. Março.
- 3 Sc. Seu.
- 4 Ta. Atual. Re.
- 5 Imã. Arel. Im.
- 6 Nero. Erié.
- 7 Osa. Ps. Osso.
- 8 São.
- 9 Os. Mrs. Sova.
- 10 Uivo. Atrair.
- 11 Ementais. Rã.

VERTICAIS:

- 1 Destino. QUE.
- 2 Es. Ames. Sim.
- 3 Upa. Aras. Va.
- 4 Si. Amon.
- 5 ESTÁ. POR.
- 6 Cures. Saa.
- 7 Am. Aer. Ti.
- 8 Basílio. Srs.
- 9 Eré. Escoa.
- 10 Curr. VIR.
- 11 Oo. Empolara.

PROVERBIO: Deus sabe o que está por vir.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6940

HORIZONTAIS:

- 1 Moca. Doca.
- 2 Opa. Ova. Sam
- 3 Re. Alaga. Me
- 4 Tremaria. An.
- 5 Aarão. Amora.
- 6 Ra.
- 7 Castelhanos.
- 8 Aer. Ato.
- 9 No. Marmá. Im.
- 10 Sra. Mia. Ado.
- 11 Aoto. Chás.

VERTICAIS:

- 1 Morta. Cansa.
- 2 Operara. Oro.
- 3 Cá. Er. Sa. At.
- 4 Ama. Tem.
- 5 Oleo. Eram.
- 6 Ovar. Cl. Rio.
- 7 Agia. Hamá.
- 8 Aam. Ata.
- 9 Os. Orno. Ah!
- 10 Camarão. Ida
- 11 Amena. Somos.

Continuará a ser permitido o monopólio da caça?

Daquilo que entre nós se tem verificado no tocante ao esbulho, autenticamente medieval, da riqueza venatória da Nação, a «res nullius» do velho Direito Romano ou a «res nationis», como bem do país, falam os milhares de coutos e aramados, estes arremedos dos campos de concentração estilo nazi tão do agrado de certa gente, implantados medievalmente em toda a região latifundiária, onde existem centenas de milhares de hectares que permanecem incultos, porque parte importante da terra é destinada a criar caça para festas de ostentação, mais acentuadamente de há duas décadas de anos a esta parte.

Realmente o sistema político que vigorou entre nós quase meio século, permitiu a usurpação da caça ao Povo, caça que é bem público, monopolizada atrevidamente pelos bem instalados na vida e nas fofas cadeiras das direcções e conselhos gerais e do poder. Basta, para confirmar plenamente o que afirmamos, uma vista de olhos sobre o articulado do regulamento da caça vigente, de 14 de Agosto de 1967. Antes mesmo deste diploma entrar em vigor, já o país regurgitava de coutos, passando a caça a constituir privilégio exclusivo de castas, através do seu açambarcamento autenticamente feudal. Tal como se verificou em tempos idos, com a nobreza do sangue, nos últimos anos a «fidalguia» bancária, do comércio e da indústria, que se supunha dona e senhora da nação, trataram de se apossar da caça e aprovar um regulamento iníquo e verdadeiramente atentatório dos direitos seculares do povo português ao desfrute deste bem público que é a riqueza venatória.

Voltáramos aos tempos ominosos em que a maioria dos portugueses estava privada não só de liberdade pessoal, como sujeita a todos os abusos que os senhores feudais quisessem impor-lhe.

Mas as coisas tendem a modificar-se entre nós, como aliás em todo o Mundo, e esperamos que seja radicalmente.

E se atentarmos que não pode haver paz social sem justiça, que a injustiça é a pior das tiranias, que uma injustiça é um ferrete que acicuta o homem que se preza e que ser justo é a melhor maneira de ser bom, conceito que entre nós foi esquecido durante tantos anos, se é que alguma vez foi tido na devida e merecida consideração por certas pessoas mesmo antes, é de esperar que o problema venatório português seja com urgência estudado convenientemente no sentido de ser feita justiça e protegida a riqueza venatória. A caça é constituída exclusivamente por animais silvestres que vivem em plena liberdade, quer se trate de seres voláteis, a maior parte dos quais, como a rola, o pombo, a galinhola, a narceja, a becuinha, a tarambola, etc., quer em mamíferos, como a raposa, a lebre, e o coelho. Não podem, pois, em boa verdade, dado tratar-se há muitos anos de «res nullius» (coisa de ninguém) ou se se preferir «res nationis» (coisa da Nação) pertencer ao dono da terra onde ocasionalmente estacionem. Do dono da terra será, isso sim, a coisa imóvel, como a pedra e a árvore, com excepção, portanto, como se sabe, da riqueza do subsolo, que pertencerá nos termos da lei àquele que a registar em seu nome. Certo é, porém, que aqueles que praticam o monopólio da caça alegam serem deles as espécies por eles usurpadas à Grei. Como em muitos casos, esta mistificação, esta sofisticadora justificação dos açambarcadores de um bem que a todos sem excepção pertence, não convence. A riqueza venatória carece de protecção, como centenas de vezes o salientámos nas colunas do «Diário de Lisboa» durante quase vinte anos consecutivos, até que o poder dos açambarcadores da caça fizeram sentir a pressão dos seus poderosos tentáculos, que impediram a publicação total das verdades que os beliscavam, o que não sucederia se o seu monopólio fosse de molde a proporcionar benefícios à caça. Esta era, realmente, a maneira mais prática e mais fácil de calar a razão, fazendo crer que afinal os coutos, aos milhares, eram uma instituição benéfica para a riqueza venatória.

Não é a monopolizar, através dos coutos, coutadas e aramados, propriedade de alguns apenas, que se fomenta esta riqueza nacional, a caça, de que só alguns felizes beneficiam. É necessário que se lembre que todos, mas todos, somos donos dos bens da Nação. Há muita forma de fomentar, proteger e defender a caça, sem ser preciso monopolizá-la.

Voltaremos em breve ao assunto indicando algumas formas de proceder ao fomento das espécies. O monopólio da caça estava tão arreigado no espírito de certos senhores que até alguns departamentos de Estado a açambarcavam.

NABAIAS DA CUNHA

Ria-se do conselheiro Acácio

O conselheiro Acácio sabia que o Alentejo era muito rico em suínos, mas não sabia mais nada sobre essa provincia. Não sabia, por exemplo, que se pode navegar no Alentejo ou que o Alentejo é riquíssimo em caça e em pesca ou, ainda, que não há melhor sítio para passar as férias do que o Alentejo.

Esta última descoberta foi feita pela Turiagra, para si, na convicção de que V. não tem nada a ver com o conselheiro Acácio.

Um monte junto à costa atlântica do Alentejo? Uma casa maravilhosa na margem do Guadiana? Caça a dois passos da porta?

Você e que sabe o que quer mas a Turiagra é que tem o que V. quer.

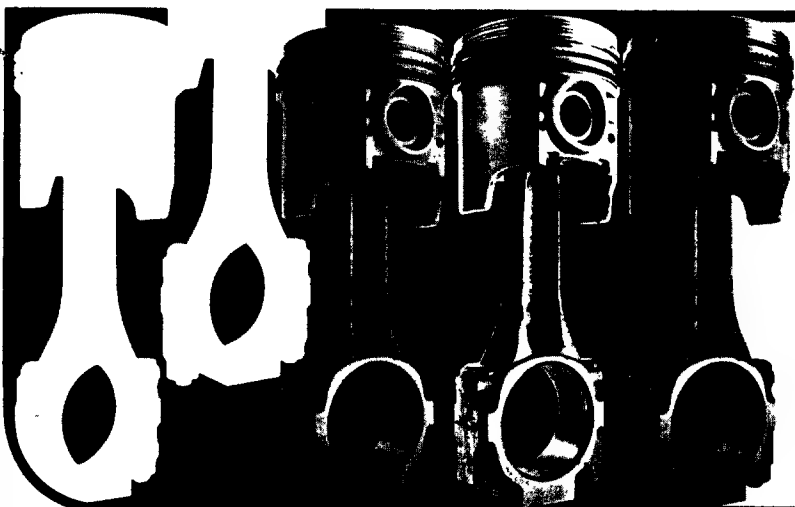
A TURIAGRA
DESCOBRIU O SEU ALENTEJO

TURIAGRA



TURIAGRA

Av. de Berna, 21-3º Dto.-Telef. 768176-761355-Lisboa-Largo do Carmo, 5 1/2 Dto.-Telef. 24091/2-Beja



**Se Você é bom observador...
...Sabe escolher a peça que lhe convém!**

Então... entre peças aparentemente iguais,
você sabe escolher a que convém ao seu Fiat.
A peça de origem... Superior em qualidade. Inferior no preço.

peças
originais

FIAT

DL/GERAL

GERE-GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO SARL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1973.

No decurso desse exercício continuou a Vossa Sociedade desempenhando o seu objectivo social, administrando os bens móveis e imóveis para que foi mandatada.

Em consequência dessa actividade, o resultado do exercício traduz-se num lucro de Esc. 55 807\$70, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- Esc. 10 000\$00 para Reserva Legal
- Esc. 45 807\$70 para Conta Nova

Ao Conselho Fiscal e colaboradores da Empresa expressamos o nosso reconhecimento pela colaboração prestada.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- a) — António Champalimaud
- a) — Luís António Burnay Pinto de Carvalho Dañ e Lorena
- a) — João António de Moraes Silva Leitão

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL			EXIGÍVEL		
Caixa	636\$18		Devedores e Credores		187.210\$60
Depósitos à Ordem	486.466\$02	487.102\$20	SITUAÇÃO LÍQUIDA		
REALIZÁVEL			Capital	1.600.000\$00	
Devedores e Credores		1.376.701\$10	Reserva Legal	20.785\$00	
IMOBILIZADO			Lucros e Perdas		
Despesas de Constituição	50.603\$60		Resultado do Exercício	55.807\$70	1.676.592\$70
- Amortizações	-50.603\$60	-			
		1.863.803\$30			1.863.803\$30
CONTAS DE ORDEM			CONTAS DE ORDEM		
Títulos de Crédito sob Promessa de Compra		49.276.200\$00	Credores por Títulos de Crédito sob Promessa de Compra		49.276.200\$00

O Técnico de Contas

a) — Fernando de Figueiredo Machado

O Conselho de Administração

- a) — António Champalimaud
- a) — Luís António Burnay Pinto de Carvalho Dañ e Lorena
- a) — João António de Moraes Silva Leitão

CONTA DE LUCROS E PERDAS - EXERCÍCIO DE 1973

DÉBITO		CRÉDITO	
Despesas Gerais	59.592\$50	Dividendos	136\$30
Amortizações	16.868\$00	Juros Bancários	48.420\$80
Saldo	55.807\$70	Resultados na Venda de Títulos	7.010\$00
		Remuneração por Exercício de Mandato	76.701\$10
	132.268\$20		132.268\$20

O Técnico de Contas

a) — Fernando de Figueiredo Machado

O Conselho de Administração

- a) — António Champalimaud
- a) — Luís António Burnay Pinto de Carvalho Dañ e Lorena
- a) — João António de Moraes Silva Leitão

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos procedeu este Conselho à fiscalização que lhe competia, tendo encontrado sempre a contabilidade e as operações da Sociedade em boa ordem e em acordo com as normas legais aplicáveis.

O Balanço e Contas, submetidos à Vossa apreciação, expressam a verdadeira situação da Sociedade, pelo que emitimos o nosso parecer no sentido:

- 1.º — Que aprovei o Relatório da Administração e o Balanço e Contas referentes ao Exercício de 1973;
- 2.º — Que aprovei a proposta da Administração para aplicação do

resultado do exercício;

- 3.º — Que tomei a deliberação prevista no Artigo 8.º dos Estatutos;
- 4.º — Que aprovei um voto de louvor à Administração e aos colaboradores da Empresa.

Lisboa, 8 de Março de 1974

O CONSELHO FISCAL

- a) — Daniel Proença de Carvalho — Presidente
- a) — José Manuel Galvão Teles
- a) — João das Neves Raposo de Magalhães

A IMPRENSA OCIDENTAL FAVORECE A CONTRA-REVOLUÇÃO

Continuação da pág. 1

não dizem nada disto, vá de sorrir mal disfarçadamente, de semear reticências, de manifestar incompreensão e sobretudo de revelar o mais completo desconhecimento da realidade portuguesa nos jornais e estações difusoras que servem.

Pressinto o formigueiro das pressões que neste momento se abatem sobre a Junta de Salvação Nacional, através de embaixadas, de especialistas, de comissões de estudo, de enviados especiais, de comentadores, de observadores, de delegações, enfim — das mãos estendidas para a frente com as outras atrás das costas. Após extensa viagem por diversas capitais é-me fácil perceber todos os sintomas que então tive ocasião de detectar. Daí este aviso frio de quem não pode ainda partilhar a euforia de um povo recém libertado.

que em tudo recordam o início da fase em que a palavra Chile passou a significar para a grande Imprensa ocidental sinónimo de crise económica, inflação, escassez. Quando boicote e manobras sujas se convertiam em letra de Imprensa nos vocábulos «má administração». Quando o espaço das publicações e o tempo das estações emissoras foi sempre inexistente para as coisas positivas da Unidade Popular...

Após anos de silêncio sobre o nosso país — outra arma que também forneceram a quem nos oprimia — os porta-vozes da democracia escolhem as notícias que lhes convém. Para dar uma ideia cito apenas alguns títulos: — Explosão mata gente num bar; distúrbios em Moçambique; Cólera no Algarve; Manobras espanholas ao Norte de Portugal.

É PRECISO REAPRENDER A HISTÓRIA DE PORTUGAL

A EUROPA AGUARDOU O TESTE DO 1.º DE MAIO

Na véspera do 1.º de Maio, escrevia-se por essa Europa que as manifestações de Lisboa seriam o teste. Escrevia-se isto com o ar do abutre à espera da queda do moribundo. Mas no dia 2 de Maio, poucas linhas falavam da impressionante lição que é um povo inteiro na rua menos de uma semana sobre a derrocada de um regime fascista sem conceder um único incidente.

No dia seguinte, leitores amigos, o perigo era outro: o perigo era e ainda é o das bandeiras e cartazes, era a frase «o povo unido jamais será vencido». A ponto de uma velhinha xéxe sugerir o envio de barcos de guerra para resgatarem a libertação de determinada colónia estrangeira nas mãos da população e de um taradinho pedir o envio de tropas de choque para abrir o aeroporto da Portela.

«Portugal é hoje o país mais tranquilo e livre da Europa», dizia-me há momentos voz amiga, de Lisboa, pelo telefone. Mas para que essa seja a realidade futura, eu penso cá fora que teremos todos de cerrar aí fileiras. Poderá haver a possibilidade de históricos ataques de acoissados fanáticos do velho regime. Mas depressa povo e Forças Armadas unidos como daqui os pressinto debelarão tais abcessos. Daí, eu pensar que o perigo mais consequente para o Portugal de hoje reside no estrangeiro. Nestas sinistras reticências

Com o 25 de Abril morreu também a era do «orgulhosamente sós». Mas isso não poderá significar novas subservidências. É fundamental sabermos escolher amigos. E de antemão não acreditar nos interesses académicos e nas ajudas desinteressadas de quem afinal só tem interesses a defender que dificilmente coincidem com os verdadeiros interesses do povo português.

O oportunismo político, os interesses de determinados partidos favorecem neste momento o aparecimento de novos feitores da quinta. Por isso é importante que o povo português e as suas Forças Armadas se mantenham vigilantes e unidos também neste sentido, o qual pode ser decisivo para o futuro do nosso país. Só essa unidade entre o povo e as Forças Armadas permitirá que Portugal preserve a liberdade de hoje na qual, com serenidade, o País inteiro tem de começar imediatamente a construir e a consolidar o seu próprio amanhã.

SPÍNOLA PRESIDENTE

Continuação da pág. 1

balho a Pacheco Gonçalves (PC), a Educação a Eduardo Correia, Coordenação Económica a Vieira de Almeida, Relações Interterritoriais a Almeida Santos (advogado em Lourenço Marques), Obras Públicas a Manuel Rocha (director do Laboratório de Enge-

nharia Civil) e a Informação a Raúl Rego (PS). Continuarão a existir vários secretários e subsecretários de Estado, embora em menor número que no Governo de Caetano. Entre os nomes apontados para titulares destas secretarias, cita-se o eng. Carlos Portas na Agricultura.

TRABALHADORES DO FUTEBOL DECIDEM:

Negociações no prazo de 10 dias para abolir o "direito de opção"

Os trabalhadores do futebol, reunidos, ontem, na mais numerosa assembleia da classe, desde que funciona o Sindicato, decidiram conceder um prazo de 10 dias aos clubes, suas entidades patronais para estes decidirem se pretendem ou não entrar em negociações para a abolição imediata do direito de opção.

Isto significa que os jogadores profissionais de futebol deram o decisivo passo para extirpar das suas relações com os clubes a cláusula mais aviltante de toda a legislação laboral do regime fascista a que se consubstancia, na prática, em verdadeira escravatura. Os profissionais de futebol quando terminam os seus contratos individuais de trabalho, normalmente com a duração de três anos, não podem mudar de patrão sem autorização do anterior. Este goza do direito de opção sobre o jogador desde que pague uma máximo de 60 por cento do que eventualmente lhe ofereçam noutra lado. E contra isto que os futebolistas se mobilizam, preparando-se para uma luta duríssima com os clubes de futebol.

Compareceram à reunião, que se efectuou no salão de conferências do Sindicato dos Mo-

toristas, cerca de 100 profissionais, coisa inimaginável, para os futebolistas, no antigo regime. Estavam lá representados todos os clubes mais importantes do Sul do País. Os do Norte haviam-se reunido na véspera, com igualmente elevado número de presenças na cidade do Porto. Humberto, Artur, Dinis, Octávio, Arnaldo, Quinito, Pietra, Manaca, Alinho, Sapinho, José Henrique, Caló, Leitão, Jorge Carolino, Rui Paulino, Vítor Baptista e Rebelo eram alguns dos muitos nomes conhecidos e desconhecidos que foi possível anotar. Na mesa, o presidente do Sindicato, Artur Jorge, o advogado dr. Jorge Santos e os directores Simões, Toni, Bernardo e Fagundes.

REIVINDICAÇÕES

Em quatro horas e meia de discussão, por vezes muito viva demonstrou-se que também os futebolistas já acordaram. Foi decidido reestruturar o Sindicato e preparar o caderno reivindicativo que há-de ser discutido com os clubes.

A tarefa prioritária é a da regulamentação do contrato de trabalho acentuaram vários ora-

dores, tendo Caló insistido que dentro dessa regulamentação havia a tratar, já da abolição do direito de opção, de modo a resolver-se a situação ainda antes de 31 de Julho, quando acabam muitos contratos.

Mas, teremos uma classe com força suficiente para se impor e, se necessário, aguentar as consequências? quis saber o presidente. Resposta unânime: Temos de ter, a partir de agora. Como nas outras empresas, os trabalhadores têm de se impor.

A partir daí, foi questão de decidir o prazo de resposta a dar à Federação. Escolheu-se este organismo para interlocutor porque os clubes não estão organizados em grêmios.

Para já, os jogadores querem entrar em negociações: e é isso que será comunicado à Federação Portuguesa de Futebol num dos próximos dias.

A Direcção do Sindicato, que sempre se queixou de lutar desacompanhada passa a contar, a partir de agora, com verdadeira estrutura de apoio. Começa nos clubes (onde vão ser eleitos, dentro de 12 dias, no máximo, três delegados ao Sindicato) continua nas Associações (com

eleição, entre os delegados dos clubes, dos delegados distritais) e termina na Comissão coordenadora de delegados, ontem eleita, e de que fazem parte Jorge Carolino (Montijo), Vítor Gomes (Cuf), José Carlos (Oriental), Vítor Miranda, António Rodrigues (Peniche), Capitão-Mor (Cuf), Octávio (Vitória de Setúbal) e Jaime Cabral «Kiki» (União de Tomar).

E assim possível o contacto permanente entre a cúpula e a base dos trabalhadores do futebol.

Pela Direcção do Sindicato está a ser elaborada a lista base de reivindicações e exigências para incluir na futura regulamentação do contrato de trabalho. Dela constam, entre outras, férias, horas extraordinárias, liberdade de trabalho, horários, retribuição a receber por transmissão de jogos pela TV, poder disciplinar, tribunais desportivos, subsídio de férias e 13.º mês. Essa lista baixa aos clubes onde os delegados serão encarregados de a completar com os colegas regressando ao Sindicato para servir de base às negociações que também se desejam urgentes.

OS CANCROS DO DESPORTO

As passeatas e os zeros

No tempo da «outra senhora», qualquer dirigente federativo com um pouco de engenho e o mínimo de «palheta», arranjava maneira de dar umas valentes passeatas à custa do erário público: bastava convencer um tipo qualquer lá das estranhas a mandar-lhe para cá convite para uma «selecção portuguesa» se deslocar ao torneio A ou B, na Panta-gónia ou no Polo Norte. Pegava no papelinho, corria lampeiro ao secretário de Desportos, batia à porta da Direcção-Geral, apelava para o Fundo de Fomento, esmolava ao Totobola, convencencia o ministro da Educação e aí ia, numerosa cavalcada, com o pátrio emblema ao pescoço, rumo à farra.

O pretexto era invariável e apenas oscilante entre dois pontos: ou íamos para aprender ou para que o nome de Portugal fosse acolhido nos areópagos desportivos, já que nos outros nem à porta nos queriam. Para dar «patine», cor local, distintivo de multirracionalismo, botavam-se três negros na caravana, dava-se a um o cargo de «capitão do team», arranjavam-se duas caravanas de filigrana e ala que se faz tarde.

No regresso, estalfados «mas com o dever cumprido», eram infalíveis as «razões» exibidas para os clássicos derradeiros e humilhantes lugares em tudo o que era competição: o público assobiara a gente porque não percebia a nossa «política ultramarina», os árbitros não nos ligavam porque estavam todos «feitos» contra a gente, a lesão do Chiquinho logo no primeiro dia depauperara os

ânimos, a má digestão do Manelzinho impedira que ele fizesse qualquer jogo, a falta de altura ou a nossa conformação física não ajudava às vitórias, os poucos treinos do grupo não tinham chegado, a viagem fora muito maçadora, as outras equipas tinham estagiado no Leste... Era um rol de motes que já todos sabíamos tão de cor que bastava atirá-los ao acaso, com muita antecedência, para «adivinhar» a desculpa oficial que ia sair da «caixinha».

Foi assim com o basquetebol, com o atletismo, com o voleibol, com o andebol, com o rãguebi, com o ténis de mesa. A última aconteceu com o hóquei em campo, onde até se chegou ao deslante de mandar vir de Macau uns «amadores» que iriam ser «de certeza» as maiores revelações do torneio internacional: levámos poucas, como se sabe, pois em seis jogos comemos cabzadas de criar bicho (1-23) e, mesmo à pancada nas canelas dos contrários, só conseguimos fazer um magro golo em toda a competição. Se não fossem os «salutares» passeios pelos «salutares» passeios pelas «salutares» madrilenas, nem sabíamos se teríamos tido força para o tal golito-fantasma...

No meio disto tudo, impávida e serena, a Direcção-geral dos Desportos permanece estática. Em lugar de se opor a tantas fantochadas juntas, ainda por cima as regulariza.

Tal como Cícero para Catilina: até quando abusarás da nossa paciência, oh entidade máxima do Desporto em Portugal?

NEVES DE SOUSA

Campeões europeus



Juan Carlos Lorenzo, orientador do Atlético

Bayern de Munique e Atlético de Madrid, aqui representados pelos treinadores Udo Lattek e Juan Carlos Lorenzo, encontram-se hoje, às 20 horas, em Bruxelas, para disputarem a final da Taça dos Campeões Europeus de Futebol. A televisão portuguesa transmite o jogo em directo.

Segundo os observadores, os alemães são francamente favoritos mas o treinador argentino que orienta o Atlético declarou na conferência de imprensa que deu em Antuérpia, onde o seu clube estagia: **Conheço a equipa do Bayern bastante bem e sei que podemos vencer.**

A foto que documenta um gesto de alegria do treinador alemão Lattek foi obtida no último jogo do campeonato quando Gerd Muller marcou o golo da vitória sobre o Kickers Offenbach, assegurando o triunfo no campeonato da Alemanha Federal.



Udo Lattek, treinador do Bayern

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

NOTÍCIAS DO FUTEBOL

Yazalde

"ja é" argentino...

Desde ontem que Yazalde já é argentino: efectivamente na 3.ª feira à noite foi a Granada, não apenas assistir ao encontro particular que a selecção do seu país ali realizou, mas também apresentar-se aos seus companheiros do «Mundial de Munique». Ficou assente que o «bota de ouro-1974» se desloque na próxima 2.ª feira para Londres (no caso do Sporting vencer o «Nacional»), onde se juntará à comitiva argentinos. A partir daí, Yazalde será totalmente argentino até ao fim do Mundial.

DINIS JÁ TREINA

Dinis que em Aveiro se lesionou gravemente (em choque accidental com o camarada Baltazar) já voltou aos treinos e Mário Lino considera-o apto para alinhar no próximo domingo no Barreiro.

JOGO DE SECRETARIA

Desconfiando que o Sporting de Braga fez alinhar irregularmente o seu jogador António Joaquim Cartaxo Nabo, domingo último (em Coimbra) o

União decidiu enviar um telegrama à Federação Portuguesa de Futebol pedindo um completo esclarecimento. Ao que se julgou o jogador em questão estaria castigado pelo Conselho de Disciplina federativo.

CABRITA E ÂNGELO

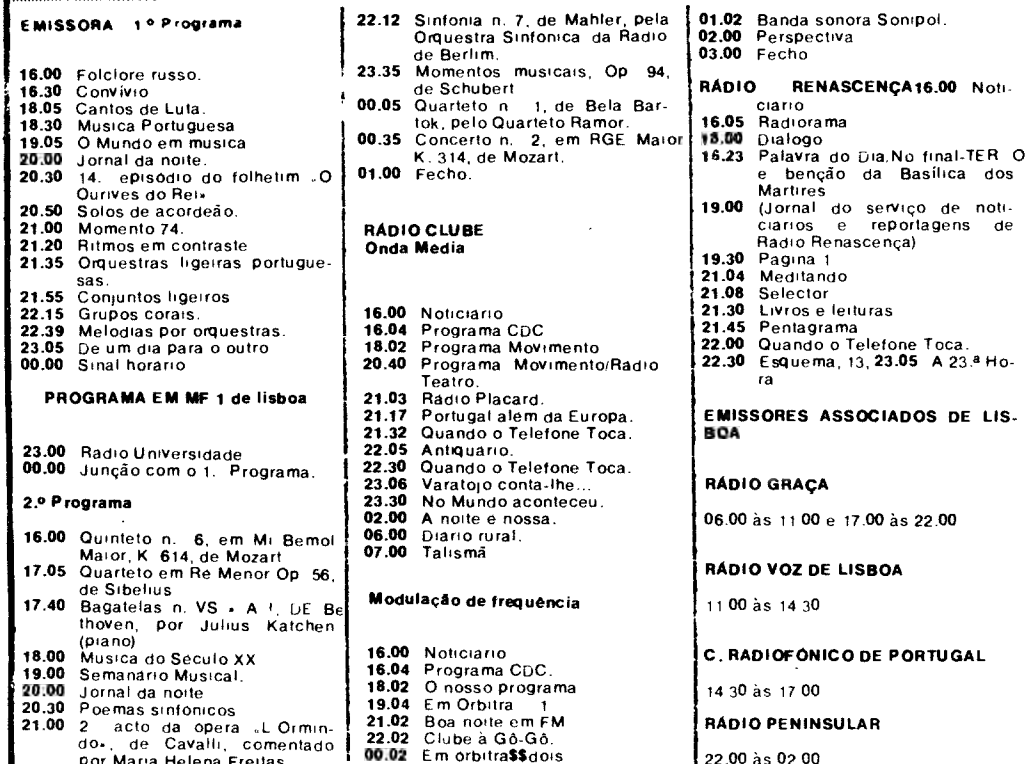
Os técnicos Fernando Cabrita e Ângelo Martins continuam ao serviço do clube da Luz: os respectivos contratos foram assinados esta semana. A direcção benfiquista reconhece (assim) o trabalho desenvolvido pelos dois treinadores ao longo dos últimos meses, considerando-os aptos a secundarem Pavic no desempenho da sua missão.

ESTREIA DE PERES

Tudo indica que Fernando Peres, o sportinguista que foi para o Vasco da Gama, se estreia amanhã com a camisola do novo clube. Na verdade, em resultado dos excelentes treinos que tem vindo a efectuar em S. João, admite-se que Peres se apresente contra o Tiradentes.



姓名	性别	年龄	民族	籍贯	出生地	学历	学位	职称	职务	工作单位	联系电话	电子邮箱	备注
张明	男	35	汉族	江苏	南京	本科	学士	讲师	系主任	南京理工大学	13812345678	zhangm@nupt.edu.cn	
李华	女	28	汉族	浙江	杭州	硕士	硕士	副教授	教研室主任	浙江大学	13956789012	lihua@zju.edu.cn	
王强	男	42	汉族	山东	济南	博士	博士	教授	院长	山东大学	13709876543	wangqiang@sdu.edu.cn	
陈伟	男	38	汉族	广东	广州	本科	学士	讲师	辅导员	华南理工大学	13621098765	chenwei@scut.edu.cn	
赵敏	女	31	汉族	湖北	武汉	硕士	硕士	副教授	系主任	华中科技大学	13532109876	zhao-min@hust.edu.cn	
孙磊	男	25	汉族	四川	成都	本科	学士	助教	实验员	四川大学	13443210987	sunlei@scu.edu.cn	
周娜	女	33	汉族	湖南	长沙	硕士	硕士	副教授	系主任	湖南大学	13354321098	zhou-na@hnu.edu.cn	
吴昊	男	29	汉族	安徽	合肥	本科	学士	讲师	辅导员	安徽大学	13265432109	wuhao@ahu.edu.cn	
郑凯	男	36	汉族	福建	福州	博士	博士	教授	系主任	厦门大学	13176543210	zhengkai@xmu.edu.cn	
徐静	女	30	汉族	广西	南宁	硕士	硕士	副教授	系主任	广西大学	13087654321	xujing@gxu.edu.cn	
黄涛	男	40	汉族	河南	郑州	本科	学士	讲师	系主任	河南大学	12998765432	huangtao@hnu.edu.cn	
林晓	女	27	汉族	江西	南昌	硕士	硕士	副教授	系主任	江西大学	12809876543	linxiao@jxu.edu.cn	
马飞	男	34	汉族	山西	太原	本科	学士	讲师	系主任	山西大学	12710987654	mafei@sxu.edu.cn	
宋佳	女	26	汉族	陕西	西安	硕士	硕士	副教授	系主任	陕西大学	12621098765	songjia@shu.edu.cn	
周伟	男	32	汉族	甘肃	兰州	本科	学士	讲师	系主任	甘肃大学	12532109876	zhouwei@gxu.edu.cn	
李娜	女	29	汉族	宁夏	银川	硕士	硕士	副教授	系主任	宁夏大学	12443210987	lina@nxd.edu.cn	
王强	男	37	汉族	青海	西宁	本科	学士	讲师	系主任	青海大学	12354321098	wangqiang@qhu.edu.cn	
陈伟	男	39	汉族	新疆	乌鲁木齐	博士	博士	教授	系主任	新疆大学	12265432109	chenwei@xju.edu.cn	
赵敏	女	31	汉族	内蒙古	呼和浩特	硕士	硕士	副教授	系主任	内蒙古大学	12176543210	zhao-min@imnu.edu.cn	
孙磊	男	25	汉族	吉林	长春	本科	学士	助教	实验员	吉林大学	12087654321	sunlei@jlu.edu.cn	
周娜	女	33	汉族	辽宁	沈阳	硕士	硕士	副教授	系主任	辽宁大学	11998765432	zhou-na@lnu.edu.cn	
吴昊	男	29	汉族	黑龙江	哈尔滨	本科	学士	讲师	系主任	黑龙江大学	11809876543	wuhao@hljnu.edu.cn	
郑凯	男	36	汉族	河北	石家庄	博士	博士	教授	系主任	河北大学	11710987654	zhengkai@hbu.edu.cn	
徐静	女	30	汉族	山西	太原	硕士	硕士	副教授	系主任	山西大学	11621098765	xujing@sxu.edu.cn	
黄涛	男	40	汉族	山东	济南	本科	学士	讲师	系主任	山东大学	11532109876	huangtao@sdu.edu.cn	
林晓	女	27	汉族	广东	广州	硕士	硕士	副教授	系主任	华南理工大学	11443210987	linxiao@scut.edu.cn	
马飞	男	34	汉族	浙江	杭州	本科	学士	讲师	系主任	浙江大学	11354321098	mafei@zju.edu.cn	
宋佳	女	26	汉族	江苏	南京	硕士	硕士	副教授	系主任	南京大学	11265432109	songjia@nju.edu.cn	
周伟	男	32	汉族	安徽	合肥	本科	学士	讲师	系主任	安徽大学	11176543210	zhouwei@ahu.edu.cn	
李娜	女	29	汉族	福建	福州	硕士	硕士	副教授	系主任	厦门大学	11087654321	lina@xmu.edu.cn	
王强	男	37	汉族	广西	南宁	本科	学士	讲师	系主任	广西大学	10998765432	wangqiang@gxu.edu.cn	
陈伟	男	39	汉族	湖南	长沙	博士	博士	教授	系主任	湖南大学	10809876543	chenwei@hnu.edu.cn	
赵敏	女	31	汉族	湖北	武汉	硕士	硕士	副教授	系主任	华中科技大学	10710987654	zhao-min@hust.edu.cn	
孙磊	男	25	汉族	四川	成都	本科	学士	助教	实验员	四川大学	10621098765	sunlei@scu.edu.cn	
周娜	女	33	汉族	江西	南昌	硕士	硕士	副教授	系主任	江西大学	10532109876	zhou-na@jxu.edu.cn	
吴昊	男	29	汉族	安徽	合肥	本科	学士	讲师	系主任	安徽大学	10443210987	wuhao@ahu.edu.cn	
郑凯	男	36	汉族	福建	福州	博士	博士	教授	系主任	厦门大学	10354321098	zhengkai@xmu.edu.cn	
徐静	女	30	汉族	广西	南宁								



cinemas

LISBOA

6.º TURNO (TODAS A NOITE)

ALCANTARA
Dilema, R. Aliança Operária, 49-A/B (T. 636620)

ALFAMA
Pereira, R. do Paraíso, 98-100 (T. 863224)

ALMIRANTE REIS
Candido Monteiro, Av. Almirante Reis, 121-B (T. 45751)

ALVALADE
Sanex, Av. da Igreja, 31-C (T. 717505)

AREIRO
Algarve, Av. de Roma, 7 B (T. 731478)

AVENIDAS NOVAS
Cruz Nunes, P. Duque de Saldanha, 14 (T. 41845)

BAIXA
Valadas, R. de Madalena 235 (T. 872060)

BELEM
Bom Sucesso, R. Bartolomeu Dias 63 A (T. 611454)

BENFICA
Ribeiro, F. da Cruz, 199-A (T. 780969)

CAMINHOS DE FERRO
Conceição, C. D. Gastão 30-32 (T. 361279)

CAMPO DE OURIQUE
Pinheiro, R. Campo Ourique, 131-133 (T. 686640). Urbano de Freitas, R. Silva Carvalho, 1-B (T. 662838)

CONDE REDONDO
Salus, R. Luciano Ordeiro, 73 (T. 422391)

LUMIAR
Central, R. do Lumiar, 77 (T. 790480)

MARQUES DE POMBAL
Ribeiro Castro, R. Braamcamp, 52-C (T. 43409)

OLIVAS
Antunes Rosas, P. Cidade do Luso, lote 199, Olivais Sul (T. 313610)

PAMPULHA
Pinheiro, R. Presidente Arraia, 16 (T. 691054)

PICHELEIRA
Luzmar, R. João Nascimento Costa, 16-A (T. 728395/720703)

S. BENTO
Confiança, P. das Flores, 59 (T. 690401)

S. PAULO
Africana, R. Bernard no Costa 45 (T. 369120)

7.º TURNO (ATE AS 22 HORAS)

ALCANTARA
Costa, R. dos Lusíadas 30 (T. 636704)

ALTO DO PINA
Iberia, R. Barão de Sabrosa 235 A (a Alameda) (T. 728277)

ALVALADE
Rio de Janeiro, Av. Rio de Janeiro, 4-C (a Av. E.U. da América) (T. 721409)

AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (as Galinheiras) (T. 790969)

AVENIDA DA LIVERDADE
Brites Moita, P. da Alegria, 27-28 (T. 321149)

AVENIDAS NOVAS
Figueira, Av. Marques de Tomar, 20 (T. 44995)

BAIRRO ALTO
Pinharanda, R. da Rosa, 94-96 (T. 321534)

BAIRRO ENCARNACAO
Ascensão, P. do Norte, 11-A (T. 311216)

BAIXA
Cortez, R. S. Nicolau, 93 (T. 325378-A)

BELEM
Gomes, R. da Junqueira, 326 (T. 638193)

BENFICA
Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-A (T. 704828)

CAMPO OURIQUE
Elma, R. D. Maria Pia, 358-A (T. 686176). Tagus, Pl. da Posidonio Silva, 162-A (T. 669485)

CAMPOLIDE
Oliveira, R. de Campolide, 54-A (T. 684424)

ENTRECAMPOS

São Miguel, i. Francisco de Moraes, 1 (T. 771469)

ESTRELA
Rodrigues e Aires, R. da Lapa, 52-54 (T. 662246)

GRAÇA
Branquinho, R. dos Sapadores, 97 (T. 842725)

INTENDENTE
Intendente, L. do Intendente Pina Manique, 50 (T. 47838)

LUMIAR
Matos Viegas, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (Quinta dos Mouros) (T. 794174)

RESTELO
Belém, R. Tristão Vaz, 10-A (T. 612248)

SETE RIOS
Curie, Av. Madame Curie 15-A (T. 778439)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29 (T. 212081)

CAXIAS
Nova, R. Bernardino Ribeiro, 1-A (T. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147)

OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T. 2430485)

PAREDE
Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (T. 2471785)

MURTAL
Primavera

MONTE ESTORIL
Suíça, Cruzeiro (T. 260087)

CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 104 (T. 280170). Nova, Est. de Alvide-Fountainhas (T. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (T. 935518). Carmele, R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303). Helenica, R. Elias Garcia, 2 (T. 933613). S. Jorge, P. Pedro del Negro, 5 (Reboleira) (T. 938703)

DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21 A (T. 971121)

QUELUZ
Zeller, R. da Republica, 83 (T. 950045). Correia, L. do Mercado, 3 (T. 950906)

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T. 2942181)

MEM MARTINS
Quimica, Est. Mem Martins, 285 (T. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA
Marrazes, L. Rainha D. Amélia, 20 (T. 980155)

COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 224250)

ALMADA
Central, R. de Olivença, 11 (T. 270504)

BAIXA DA BANHEIRA

Nova Fatima, Est. Nacional, 174 (T. 224302)

BARREIRO
Santa Maria, R. dr. Manuel Pacheco Nobre 44-B (T. 2072141)

COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L. 5 de Outubro, 62 (T. 270121)

MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (T. 239025)

MONTIJO
Diogo, R. Almirante Reis, 42 (T. 230032)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 67 (T. 229028)

SETUBAL
Oliveira, L. da Misericórdia (T. 22488)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (T. 2218580)

PORTO

6.º TURNO

SUB TURNO A
Correia de Araujo, R. de Santa Catarina 259. Nova Avenida, Av. F. de Magalhães, 692. Pinheiro Manso, R. S. João de Brito, 25-29. Santa Teresa, P. Guilherme Fernandes 100. Silva Pereira, R. Costa Cabral, 293

SUB TURNO B
Alves, P. Exército Libertador, 62. Barros, Rua do Loureiro 104. Boa Hora, Rua da Boa Hora, 80. Cemeira, Rua do Heroísmo, 90. Confiança, Rua de Santa Catarina, 960.

COIMBRA

TURNO E
Cruz Viegas, Rua do Brasil, 154 (T. 22961). Donato, Rua Ferreira Borges, 2 e 6 (T. 22603). Rainha Santa, R. Figueira da Foz, 11-B (T. 24737)

ROXI (T. 48560)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido
Uma história de amor brutal e comovido! A MANCHA DO PAS-SADO com Robert Mitchum, Branda Vaccaro e Jean-Michael Vincent (Metro-Anjos)

CASINO ESTORIL (T. 264521)

17.00 e 21.30
Grupo D (18 anos)
Panavision - Technicolor
SELVA HUMANA com Robert Mitchum e Peter Boyle

CONDES (T. 322523 326710)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido
O pânico macabro dos segredos íntimos A NOITE DOS MIL OLHOS com Elizabeth Taylor e Laurence Harvey

ESTUDIO APOLO 70 (Tel. 763319)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
7.ª Semana! Technicolor
Um dos 10 melhores filmes do ano! «AMERICAN GRAFFITI» (Nova Geração) de George Lucas
24.00
Grupo D (18 anos)
Acção à Meia-Noite
FRANZY (PERIGO NA NOITE) de Alfred Hitchcock

LONDRES (Tel. 731313)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos) 3.ª semana!
A obra admirável intacta. O filme de ALAN RESNAIS com Emmanuelle Béart, Eriqkade e Bernard Fresson. «HIROSHIMA MEU AMOR»

ROMA (T. 729192 727778)

15.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Color-Scope
OS ACROBATAS DO CRIME com Serge Regian e Juliet Berto

EUROPA (Tel. 66 10 16)

15.15 e 21.30
Grupo C (14 anos)
3.ª Semana! Technicolor
Giuliano Gemma e Bud Spencer
ATE OS ANJOS COMEM FEIJOES

MUNDIAL (T. 538743)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Color
O ENIGMA DA CADEIRA DE RODAS com Jean-Claude Brialy e Catherine Spaak

ALVALADE (T. 717480)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido
O pânico macabro dos segredos íntimos... A NOITE DOS MIL OLHOS com Elizabeth Taylor e Laurence Harvey (Metro: Alvalade)

RESTELO (T. 610275)

21.30
Grupo B (10 anos)
Technicolor
O ASFALTO DA MORTE com Paul Newman

IMPERIO (T. 555134)

15.15 e 18.30
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana!
O CORA ALTO POTEMKIN. A obra-prima de Serge Eisenstein. Em exibição. Reportagem colorida do 1.º de Maio
18.30
Grupo D (18 anos)
«Sessão Clássica»
OTHELLO de Laurence Olivier
6.ª feira
18.30
Grupo C (14 anos)
Os Bons Velhos Tempos
LUZES DA CIDADE o melhor filme de Charles Chaplin (Metro: Alameda)

ROYAL (T. 15 00 e 21 00)

Grupo D (18 anos)
DIVORCIO Em complemento O SALT-TO DO ANJO

CINEARTE (T. 660446)

15.00 e 21.00
Grupo D (18 anos)
4. SARGENTOS BOINAS VERDES e A SOLTEIRA E O ATREVIDO (Diariamente dois filmes)

CINEMA CASTIL (T. 530194)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana Eastmancolor
SEGREDOS PROIBIDOS, Jacqueli-ne Bisset (Parque Castil)

BERNA (Tel. 77 60 98)

15.15, 18.30 e 21.45
Grupo C (14 anos)
22.ª Semana! Technicolor
Todd - AO 35
O filme de Norman Jewison
JESUS CRISTO SUPERSTAR

POLITIEMA (T. 32 63 05)

15.15, 18.15 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Color-Scope
O AFILHADO DO PADRINHO COM Franco Franchi

ESTUDIO 444 (T. 77 90 95)

15.30, 18.30 e 21.45
3.ª Semana! Eastmancolor
Grupo D (18 anos)
«O PORTEIRO» com Bernard Le Coq

PATHE (T. 821933)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Colorido
Os amigos que não traíam e os seus colts! MUITO NOVO PARA MATAR com John Marley B. J. Thomas e Robby Benson (Metro: Arroios)

ODEON (T. 326283)

21.30
Grupo D (18 anos)
Estreia. Colorido
Uma comédia brejeira que é de gritos PARA MIM AS MULHERES NEM FU NEM FA
15.15 e 18.15
Grupo D (18 anos)
Despedida do filme CRUEL VINGA-DOR

ESTUDIO (T. 55 51 34/5)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos) 2.ª Semana
Um filme de Galuber Rocha
«TERRA EM TRANSE» (Metro: Alameda)

MONUMENTAL (T. 55 51 31)

15.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
A obra máxima de Charles Chaplin
«O GRANDE DITADOR» - Ver-são Integral
Quinzena Mafra
18.30
Grupo D (18 anos)
O CASO VALACHI de Terence Young com Charles Bronson e Lino Ventura
6.ª feira
Grupo D (18 anos)
O DIA DA VERGONHA
Em exibição reportagem colorida do 1.º de Maio

AVIZ (T. 47163)

15.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana! Eastmancolor
MALTESES, BURGUESES E AS VEZES Yola e Artur Semedo

SATELITE (T. 56 26 32)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos) 2.ª Semana
Maria do Ceu Guerra, João Mota e Zita Duarte. «O MAL-AMADO»
Realização de Fernando Matos Silva.

TIVOLI (Tel. 50595)

15.15, 18.30 e 21.45
(Grupo D 18 anos)
4.ª Semana! Technicolor
Paul Newman, Robert Redford e Robert Shaw A GOLPADA (The Sting) premiado com 7 Oscars incluindo o do melhor filme e do melhor realizador

EDEN (T. 320768)

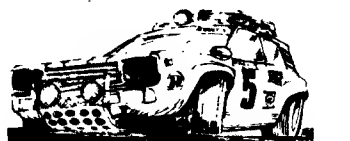
21.45
Grupo D (18 anos)
Estreia
Susan Scott e Simon Andrew A TESTEMUNHA INCONSCIENTE
15.30 e 18.30
Grupo D (18 anos)
BRACULA TEM SEDE DE SANGUE

S. JORGE (T. 54154)

15.15, 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
4.ª Semana!
Em versão integral. O celebre filme de Ken Russell TCHAIKOWSKY RELIRIO DE AMOR (THE MUSIC LOVERS) com Glenda Jackson e Richard Chamberlain

VOX (T. 72 08 08)

15.15, 18.30 e 21.45
2.ª Semana!
Grupo D (18 anos)
«DOIS HOMENS NA CIDADE» Alain Delon e Jean Gabin



EXPOSIÇÕES

ARTE MODERNA — Pintura de Alberto Carneiro (das 14 às 20 h.).

BELAS ARTES — Pinturas de Maria Emilia Barbosa Viana

BUCHHOLZ — Trabalhos de Henrique Manuel (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

CASINO ESTODIL — Trabalhos do Grupo 5 (das 15 às 3 h.).

CONVES — Pintura e escultura de Victor Barros (das 15 às 20 h.).

DA VINCI — Pintura de Zai.

DINASTIA — «Nove Pintores de Paris» (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

FOTO CLUBE 6X6 — Fotografia artística de Pedro Foyos (das 12 e 30 às 24 h., às 3.ªs e 6.ªs feiras)

FUNDAÇÃO GULBENKIAN — Trabalhos de Etienne Hajdu (das 10 às 20 h.).

GALERIA 111 — Pintura da Lindström (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

GRAFIL — Objectos e guaches de Vitor Belém (Terças e quintas-feiras, das 15 às 24 h.; restantes dias, das 10 às 13 e das 15 às 20 h.).

INTERIOR — Tapeçarias de Charrua (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

JUDITE DA CRUZ — Trabalhos de José Vaz Vieira (das 11 às 13 e das 15 às 19 h.).

PALACIO FOZ — Pinturas de Manuel de Menezes.

PRISMA 73 — Trabalhos de Garizo do Carmo (das 15 às 20 h., excepto domingos e às quartas-feiras das 15 às 24 h.).

QUADRANTE — Escultura de Moura Coutinho (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

RUMO — Esculturas de Chissano.

S. MAMEDE — Pintura e escultura de Charles de Almeida (das 10 às 13 e das 15 às 20 h.).

TÁVOLA — Aguarelas de Le Corbusier (das 11 às 20 h.).

BARS BOITES

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.

Zorina, vedeta inglesa de «sexy»

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado Varedades Imobiliarias T. 26461/264526/264596/264621/264946.

ESPADARTE CLUB — SE-SIMBARA. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore interp. por clientes e dedicada aos turistas presentes. Encer. domingos. T. 229189.

HIPOPOTAMO — Com Mário Simões Encerra aos domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384.

SOLAR DA HERMÍNIA — Hermínia Silva, hoje e sempre Largo Trindade Coelho, n.º 10-11. Encerra aos domingos. T. 320164.

TAMILA — Marão e s/ conjunto. Matinees todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Fuque de Loulé, 69. T. 533117.

CACO — Dancing com música ambiente com sibilur quarteto. Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.

DL/NACIONAL



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
PROPRIETÁRIA DO
DIÁRIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185. 1.º e 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS
TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO 44
RUA 1.ª ROSA, 57
ENF. TEL. DIBOA TLEX 2763
LISBOA PORTUGAL

MINAS DA PANASQUEIRA

A greve continua por se terem gorado as negociações

MINAS DA PANASQUEIRA, 15 Os mineiros (1600) continuam em greve porque as contra-propostas da companhia proprietária não foram consideradas de molde a satisfazer as suas reivindicações fundamentais. A Companhia já concordou com a concessão do 13.º mês, mas quanto a salários disse não estar em condições de oferecer mais de quatro mil escudos pelo que não houve acordo.

Os representantes da Companhia sugeriram que fosse pedida a comparação de um delegado da Junta de Salvação Nacional. Os operários concordaram. Espera-se que o delegado chegue ainda hoje.

JORGE JARDIM E A JUNTA

Segundo informação da agência «Lusitânia», numa entrevista concedida a «A Província de Angola», o tenente-coronel Ferreira da Cunha, de passagem para Lisboa, na companhia dos membros da Junta que se deslocaram a Moçambique, afirmou, comentando a situação naquela colónia e referindo-se às posições do colonialista Jorge Jardim:

«O eng. Jorge Jardim não tem a mais pequena autoridade para falar em nome da Jun-

ta. Também não creio que pretenda insinuá-lo na sua própria declaração. É evidente que na declaração põe-se uma posição muito pessoal e pedindo aos moçambicanos que atendam apenas um apelo o seu. Há apelos de outras pessoas que são tão válidas e até mais do que o sr. eng. Jorge Jardim, assim como não me parece que esteja em condições de garantir coisas que em boa verdade correspondem a direitos de soberania que só a Junta de Salvação Nacional no momento pode garantir.»

OFERTA DE PAZ À FRELIMO MENSAGEIROS DA JUNTA EM DIRECÇÃO À DAR ES-SALAM

LOURENÇO MARQUES, 15 (Do enviado da Reuter, Jeremy Toye) - Enviados especiais encontram-se hoje a caminho de Dar Es-Salam com o objectivo de colocar dirigentes da Frelimo ao corrente dos planos de paz da Junta de Salvação

Nacional, enquanto notícias de esporádicos distúrbios industriais continuam a assolar Moçambique.

O dr. Domingos Arouca, simpatizante da Frelimo, que por esse motivo passou oito anos na prisão, encontra-se, segun-

do fontes fidedignas, em Blantyre, a caminho de Dar-Es-Salam, sendo portador da oferta de paz da Junta de Lisboa.

Arouca, acompanhado por José Caveirinha e Josafarte Machal, passou oito anos na penitenciária da Machava, nos arredores de Lourenço Marques, como preso político da agora extinta Polícia de Segurança (D.G.S.).

A Junta de Salvação Nacional ofereceu negociações de paz sem condições à Frelimo, e convidou os seus dirigentes a virem para Moçambique para se organizarem como partido político normal com vista às próximas eleições livres.

Afirma-se por outro lado também que, se a Frelimo decidir rejeitar a oferta, a luta continuará, ou mesmo será intensificada.

Observadores desta cidade prevêem que isto poderá não se adaptar à política do novo Governo provisório de Lisboa, principalmente se o forte elemento esquerdista estiver presente como se espera.

Um advogado de Lourenço Marques, dr. Almeida Santos, é considerado forte probabilidade no cargo de ministro dos Assuntos Interterritoriais. Antes de partir ontem à noite, manifestou que a Moçambique deveria ser concedido o maior grau possível de autonomia.

MOÇAMBIQUE

“Um certo antagonismo entre brancos e negros”

Regressado ontem de Moçambique, o general Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas foi entrevistado à noite para a televisão (com difusão simultânea pela rádio), afirmando a dado passo que devido à descompressão política provocada pelo 25 de Abril se verificou um desajustamento entre os grupos étnicos. E salientou: *O ponto mais importante que eu julgo que poderá haver neste desajustamento provocado pela tal descompressão poderá ser um certo antagonismo, sobretudo entre brancos e negros.*

O general Costa Gomes acrescentou, todavia estar convencido que este estado de coisas é passageiro e que todos os grupos e todas as pessoas com quem tive ocasião de conversar, de dialogar, pois estão imbuídos de bastante boa vontade para atenuarem estes desajustamentos que se deram actualmente.

Referindo-se à situação militar em Moçambique, o general Costa Gomes salientou que ela se deteriorou de 1969 para agora, bastante. Mas disse igualmente que desde a sua última estada naquele território, em Janeiro último, por ocasião dos graves incidentes registados na cidade da Beira entre militares e a população branca a situação militar melhorou, sobretudo na zona de Tete e Mocimedes fazendo de novo um apelo à FRELIMO para cessar as hostilidades e para vir para dentro de Moçambique constituindo-se num par-

tido político a fim de disputar juntamente com outros partidos o seu direito a uma representação legítima e a sua colaboração numa nova estruturação política de Moçambique.

SITUAÇÃO UM BOCADINHO GRAVE

O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é de opinião que nesta altura a situação económico-financeira moçambicana é realmente um bocadinho grave tendo resultado da política estatuida em 1971 e conhecida pelo problema das transferências. Mas pensa que este estado de coisas melhorará dado que Moçambique tem grandes potencialidades, e todos os economistas e empresários com quem falei estão firmemente convencidos que, vencida a crise actual, a economia de Moçambique, as potencialidades de Moçambique são suficientemente fortes para que, dentro de relativamente pouco tempo — e a médio prazo — Moçambique possa ter uma situação económico-financeira muito positiva.

O general Costa Gomes referiu também que a situação só poderá melhorar a curto prazo com um auxílio substancial dos povos irmãos da Metrópole e de Angola. De resto, está previsto que Angola faça um empréstimo substancial a Moçambique.

LUSO-TROPICALISMO

Acerca da viabilidade de uma sociedade luso-tropical, o general Costa Gomes respondeu estar convencido que há a melhor boa vontade em encontrar uma plataforma de entendimento entre as diferentes etnias que existem em Moçambique. E acrescentou:

Como também, todos sabem, sobretudo entre as diferentes etnias negras, há, de quando em quando, questões de fundo que as opõem umas às outras. Ora, até agora, o elemento aglutinador dessas etnias tem sido o português, tem sido o espírito lusiado. Eu espero que este espírito que está profundamente arraigado na população moçambicana e que foi salientado por alguns elementos negros — uma cultura igual à cultura melhor das elites portuguesas — ao afirmarem que, qualquer que fosse a situação futura de Moçambique, pois nunca mais se poderia apagar a cultura portuguesa, a tradição portuguesa e o sentimento português.

SENSACIONALISMOS DOS JORNAIS

Quase a terminar a longa entrevista — de que necessariamente damos apenas excertos — o general Costa Gomes remeteu para os jornais a responsabilidade da repercussão dos últimos acontecimentos ocorridos na cidade da Beira entre brancos e negros. Na sua opinião os incidentes não tiveram grande gravidade; mais ainda não tiveram nada daquela descrição trágica em que os jornais nos podiam induzir. A verdade é que o general Costa Gomes não desmentiu as agressões verificadas, os apedrejamentos, os automóveis voltados, as concentrações da população branca contra os negros:

Eu tive conhecimento pela leitura da imprensa moçambicana, angolana e metropolitana que os acontecimentos da Beira tiveram um sensacionalismo extraordinário e causaram, até muitas apreensões aqui, na Metrópole. Devo dizer-lhe que, embora ache que certos acontecimentos poderão dar aos jornais uma venda e uma sensacionalidade muito grande, eu preferiria que todos nós fôssemos mais moderados na apreciação desses acontecimentos porque, de facto, os acontecimentos, na Beira, não tiveram nada daquela descrição trágica em que os jornais nos podiam induzir; os acontecimentos foram provocados por uma confrontação entre os partidários da GUMO e certos elementos brancos mas, realmente não tiveram uma gravidade de maior e, quando cheguei à Beira, realmente vi que havia uma multidão de brancos em frente do palácio do governador, tive um pequeno diálogo com esse grupo e, passado, enfim, um tempo relativamente curto, pois o grupo dispersou em boa ordem. Soube também, que tinha havido durante a confrontação, um certo número de feridos, mas, no dia seguinte o senhor governador do distrito da Beira informou-me que não havia nenhum ferido no hospital. Portanto foram incidentes que não tiveram grande gravidade.

MASSACRES: AVERIGUAÇÕES

Respondendo a uma pergunta sobre massacres em Inhanga, o general Costa Gomes referiu que essa pergunta lhe fora feita já por jornalistas estrangeiros na conferência de imprensa que dera na cidade da Beira, acrescentando:

Eu, nessa altura, não tinha conhecimento de que factos anormais se tivessem passado em Inhanga. Conversando, depois, com vários oficiais que mandei, até, vir à minha presença, soube, realmente, que havia qualquer coisa de fundo que dava lugar a essas notícias. Imediatamente mandei cuspender o comandante do Batalhão e mandei proceder a averiguações imediatas para se apurar a verdade dos factos.

CIVIS NEGROS ABATIDOS?

A propósito dos referidos massacres de Inhanga, a agência ANI divulgou esta manhã o seguinte telegrama:

«O vigário-geral da Beira, padre José de Sousa, declarou ter ouvido a capelães militares que elementos das Forças Armadas abateram vinte e dois civis negros no dia 26 de Abril.

Segundo tal afirmação, alguns militares teriam atacado aldeias perto de Inhanga, cento e sessenta quilómetros a noroeste da Beira.

O coronel Rubi Marques declarou à imprensa, em Inhanga, ser possível que pessoas inocentes hajam morrido na luta, mas acrescentou:

«O Exército não tem cometido assassinios a sangue-frio».

«Alguns padres prosseguiram aquele oficial — desejam atribuir ao Exército a culpa que deve caber ao inimigo. Este local é um inferno. Já não sei rir».

NOTAS VÁRIAS

NÃO HÁ PIDES EM ESPANHA

Na conferência de Imprensa realizada ontem à tarde no Palácio Foz, o porta-voz da Junta de Salvação Nacional, major Sanches Osório, desmentiu mais uma vez que estejam em Espanha a formar-se grupos armados da D.G.S. e de elementos ligados à extrema-direita. Acrescentou não se ter concluído ainda que o recente assalto a um banco de Lisboa tenha sido da autoria de ex-pides, e afirmou que não tem qualquer informação sobre a libertação de agentes daquela extinta organização nem a considera possível.

COMISSÃO EXECUTIVA DENUNCIADA À JUNTA

Os funcionários da Junta de Investigações do Ultramar enviaram à Junta de Salvação Nacional uma moção com cerca de duzentas assinaturas, em que denunciavam a Comissão Executiva e pedem a substituição imediata dos seus membros, ao mesmo tempo que reclamam a revisão das disposições do decreto que recentemente reformou aquele organismo. Os autores da moção referem manobras secretas da Comissão Executiva, relativa não só à promulgação daquele diploma, mas também à proposta de provimento do pessoal. A actuação da Comissão tem obedecido às convicções do seu presidente, «figura política do Governo derrubado pelo Movimento das Forças Armadas e activo entusiasta da Acção Nacional Popular», recentemente extinta. Em consequência dessa actuação, quase um milhar de pessoas encontram-se, desde há seis meses, em situação irregular.

DELEGADO DA JUNTA NO INTERIOR

Assumiu o cargo de delegado da Junta de Salvação Nacional no Ministério do Interior o capitão Victor Manuel Dias Ribeiro, que acumula com o cargo de delegado daquela entidade em vários concelhos do distrito de Lisboa.

NÃO AOS DESFILES DE MODELOS

Por não se integrar no espírito popular que deve presidir à realização do Mercado da Primavera, o delegado da Junta de Salvação Nacional na Secretaria de Estado da Informação e Turismo determinou a anulação da passagem de modelos que estava anunciada para depois de amanhã.

O CAPITÃO PERALTA CONTINUA PRESO

O capitão cubano Pedro Peralta continuava detido esta manhã no Hospital Militar Principal. Julga-se agora que será o Governo provisório a resolver uma situação que já se arrasta desde 3 de Maio, data em que o Tribunal Militar lhe concedeu amnistia.



Aldeia das Açoteias

— O descanso que merece.

Reservas através das Agências de Viagens ou pelos telefones 719181 / 3; 561011 / 9; telex 12321-LISBOA ou 0089 / 66267; telex 18212-ALBUFEIRA-ALGARVE



Touring Club de Portugal

SUPLEMENTO

QUARTA-FEIRA 15-5-74

mulher



ACABARAM OS CONCURSOS DE BELEZA

O mês de Abril fechou com a alegria da gente. Rasgadas as portas das prisões, voltam à cidade os melhores dos nossos companheiros. As gares, pela primeira vez há quanto tempo, não são só sinal de partir, não são só a chegada breve dos emigrantes. A esperança volta à cidade, a esperança chega por estradas nunca esquecidas, rimos choramos, e ficamos mudos. A rua já não é só trânsito, o caminho do trabalho ou da casa de cada um: «NÃO SABE QUE SÃO PROIBIDOS OS AJUNTAMENTOS?» A rua fez-se rio, fez-se mar, fez-se vida de gente, a rua que nunca tínhamos podido ver assim. «ACABOU A GUERRA! «ACABOU A GUERRA» Trazemos na boca, temos nas nossas mãos, a guerra que tem de acabar, a guerra que não queremos, homens, nem mulheres, nem crianças pequenas; a guerra para onde têm obrigado a ir, vergados, envergonhados, roubados do seu querer, os nossos amigos. A guerra de que tantos temos fugido. O mês de Abril trouxe a uma pátria de emigração e de resistência, a esperança, o sol das vozes, o calor das mãos apertadas ao alto, aberto, o futuro.

Tudo para fazer neste País de Abril. Temos de tomar conta da nossa propriedade colectiva de esperança, não no-la vão roubar. Temos de mostrar às crianças as ruas, temos de manter assim as ruas para elas. Para que não vão mais para a escola conhecer regras e contas e castigos e desconhecer um sentido para a palavra vida e a palavra liberdade. E não podemos deixar que com rótulos apressados, falsificados, se mostrem nos seus postos velhos, velhíssimos, carunchosos postos pessoas que nunca lutaram por esta alegria, nem a quiseram, que gostosamente leriam agora notícias «Esmagada a revolução. Reina a calma». Temos muito que fazer. Suplemento feminino, então? Mulher?

Uma mulher não se distingue, quando vai pela rua com milhares, e

leva tiras de pano com letras erguidas. Uma mulher não se distingue, no sindicato que possa enfim, representá-la e a todos os companheiros. Escrever agora para a mulher? Conselhos conjugais? Truques? Moda?

Anunciava-se mais um concurso de beleza, la-se, mais uma vez, levar mulheres a concurso, em que também importava o «porte» (!) e a «cultura geral». A sério? Iremos ainda assistir a isso, agora, em cima da grande imagem das ruas? Então agora, apesar de tudo (e apesar da nova face que surge em alguns jornais e emissores, iremos tornar a ver os tais milhares, milhões, de espectadores, diante da tristemente tradicional

feita das misses?

Pois será insignificante que coisas como estas continuem na mesma? Pois se não se envergo-

nharem organizadores, não se envergonharão participantes? Pois se nesse grupo de gente não despertar, ainda o pudor, não imporão os espectadores, os tais falados milhões, ditos consumidores «privilegiados de tal espectáculo de feira humana, um outro, diferente, aproveitamento da única televisão que têm?

A todos nós que não pudemos ser dos que marcharam de noite para tomar de assalto este País, ficou-nos o resto que há a fazer, ficou-nos refazer o que cai de pôdre: o que brinca com o tempo que temos; o que transforma em seu proveito e nossa escravidão o trabalho que fazemos; o que prolonga, alimenta, preserva, a nossa ignorância, a nossa desinformação, o nosso individualismo e a pequenez das nossas perspectivas.

Por LEONOR MARTINHO SIMÕES

Os estribilhos rezavam assim:

É preciso dar às pessoas o que elas querem. E as pessoas querem isso, gostam disso. As pessoas precisam de se distrair (que para tristeza já basta a vida, é interessante acentuar). Nem tudo pode ser sério. E um espectáculo destes não faz mal a ninguém. Justificações destas têm servido para as misses, e não só.

Mas as pessoas estão mesmo fartas de serem tratadas como menores mentais. Fartas de serem chamadas de «bom povo», a quem se destinam umas diversões e se impedem outras, por demasiado «sérias» ou «profundas». Fartas dos programas que lhes oferecem. Fartas das falsas alegrias com que se pretende compensar (iludir) a reconhecida tristeza da vida.

Claro que longamente nos adormeceram, que longamente nos manietaram, nos pouparam até o trabalho de pensar em voz alta ou de falar uns com os outros na rua. É claro que deixam marca em nós as formas falsas de cultura de que nos empaturram.

Por isso mesmo se torna agora mais repugante, mais inaceitável, que se ocupe diariamente o País com notícias estilo «ATENÇÃO GAROTAS: É PRECISO RENDER CARLA», com a preparação do «acontecimento», que não lhe diz res-

peito, com a transmissão do dito, com o rescaldo, mais, depois, os concursos fora de portas, e o reiniciar do ciclo.

Espectáculo das misses: Que beleza? («Os cânones básicos da beleza que reinam no mercado sexual estão muito longe de ser expressões de uma cultura popular espontânea. Possuem um marcado carácter de classe e não só a função de aumentar o ritmo de produção na indústria ligeira mas fundamentalmente a de infiltrar, na consciência das classes exploradas, os valores estéticos e morais da classe dominante»; em «para uma ciência da libertação da mulher», Isabel Larguia e John Dumoulin).

Vence a mulher mais «bela» (vide padrões de beleza). Reclamam-se os acessórios desta beleza, mercadorias, mitos, imagens. Propõe-se um modelo à admiração contemplativa de muitos. Reclamam-se padrões da classe dominante, insinuantemente, como se de um inocente espectáculo para a vista se tratasse.

Espectáculo das misses: As raparigas não podem esperar sonhar ser toureiras. Nem futebolistas. Resta-lhes cuidarem de ser focos de atracção sexual, maior valor que a sociedade lhes reconhece. Assim pode vir o «bom casamento»; ou a carreira de cançonetista, modelo, hospedeira, se-

cretária. Resta-lhes pôr em concurso o seu corpo, «objectos e escravas da volúpia colectiva».

Feira da mulher: quem dá mais? Para cá e para lá; mostrar!

(É importante o testemunho das militantes europeias e americanas da libertação da mulher; Elas têm posto a nú a degradação que nessas paradas reside, têm desmistificado a imagem nelas promovida, que, dizem, nos oprime em todos os locais onde se pretende que ela os represente. Um manifesto distribuído quando do concurso miss América de 1971, reagia contra: o «símbolo da «pin-up desmiolada»; o racismo evidenciado no facto de desde o início do concurso nenhuma mulher negra ter chegado a finalista; a utilização de miss América para levantar o moral das tropas-americanas, ou seja, como «mascote do assassínio»; a alienação do pseudo-poder da «vencedora», o manto de armíño e o ramo de flores).

Pela nossa parte, não temos notícia de muita coisa, pouca informação nos chegava. Familiarizámo-nos, no entanto, com os concursos de mulheres. Ele tem sido miss Portugal, princesa das teen-agers, noiva do Tejo, miss Estremoz... Honras, horas de televisão, para audiências de milhões de pessoas. Desfiles repetidos de seres em concurso, ambiente mais ou menos sofisticado, sua sugestão de «strip-tease», incursões pelo «inefável de cada uma: nome, medidas, peso, divertimentos preferidos... Competição, dizem-nos, e acrescentam: de alegria e juventude. As câmaras de televisão subindo e descendo, por elas. E a quererem convencer-nos de que nos abrem o contacto com pessoas.

Um (afamado) organizador de tais concursos disse uma vez a um jornalista português que achava justo que a mulher quisesse ser «tomada a sério sob o plano

sensacional!

UMA REVOLUÇÃO NO MUNDO DO TRICOT

*
EMPISAL-321

A ÚNICA MÁQUINA VERDADEIRAMENTE AUTOMÁTICA

A TRICOTAR: JACQUARD

ARRENDADOS

- Você só tem de conduzir o carro de um lado para o outro.
- Cartões perfurados actuando sobre 24 agulhas, que permitem uma infinidade de desenhos e de maiores dimensões.
- Fácil aprendizagem.

Representantes em Portugal:

SOC. REP. **SIDA - SUECA, Lda.**

Arruamentos da Matilha - Rua Nº2 • POÇO DO BISPO

Lisboa - 6 • P.C.A. 385871 (8 linhas)

Exposição e Venda - Av. FONTES PEREIRA DE MELO, 15 D - Lisboa 1 tel. 533111.

**ALCATIFAS E TAPETES
INGLESES COM DESENHO**

Novidades apresentadas por

QUINTÃO

CASA ESPECIALIZADA

30, Rua Ivens, 34



a inteligência, da capacidade de trabalho e da capacidade de participar na vida cívica e política», mas que devia considerar-se que nem todas as mulheres nem todos os homens estão dispostos a viver da mesma maneira. Ou seja: que concursos de beleza fazem falta naquelas (e àqueles) que não querem ser tomadas (ou tomar) a sério «sob o plano da inteligência,

da capacidade de trabalho e de participação política».

Elas são motivo da feira. Nós espectadores disso. O espectáculo da feira tem sido levado onde mais absurda ela se torna. Se esse espectáculo teimar em haver, que fique dentro do recato do casino, escondido. Que se enterrem os assuntos de mortos e se trate dos assuntos de vivos.



YVETTE — uma excitante maquillage de «Guerlin», compondo: creme «Incroyable», creme «Special por les Yeux», base «Miel», fard «Polisson», sombras verdes e douradas nos olhos e baton «Brique», num sublinhado subtil

A mulher portuguesa e o momento actual

No momento em que a liberdade passa a fazer parte integrante da vida dos portugueses, sem dúvida alguma ainda mal refeitos de uma euforia que a todos contagiou, a consciência dos inúmeros e espinhosos problemas que nos esperam para a criação de uma autêntica sociedade democrática é uma realidade que ninguém ignora. Dos problemas de toda a ordem, um, entre muitos, é objecto de discussões várias, de opiniões contraditórias, de movimentos em grande actividade: a emancipação «total» da mulher (sob o plano social, entenda-se). Neste momento as mulheres portuguesas são uma força que durante anos se procurou ignorar ou pelo menos alienar, utilizando toda uma máquina infernal de embrutecimento. E se é um facto que o nome de Catarina Eufémia é um símbolo das muitas mulheres anónimas que sempre lutaram por melhores condições de vida, não há dúvida de que a esmagadora maioria, por uma total ausência de consciência política e até de cultura de qualquer espécie, limitava os seus interesses, conforme a classe social, às preocupações mundanas, a ser o tal «anjo do lar» que o fascismo divinizou ou apenas uma escrava miserável em geral rodeada por um rancho de filhos esfomeados. As «meninas-família» eram sujeitas a uma educação que apenas visava prepará-las para o casamento e tarefas caseiras. Bolos, rendas, arranjos florais e quejandos. Como derivativos havia os extras, que eram os «chás-canasta» e as «festas de caridade», imprescindíveis prova de promoção social para uma determinada classe.

As coisas começaram a modificar-se? Sem dúvida. Provam-no as inúmeras mulheres que já aparecem e participam numa luta que é de todas nós. E do homem também, é preciso não esquecer-lo, pois é a partir da emancipação «autêntica» do homem que os objectivos dessa luta poderão ser positivos.

Sobre o assunto quisemos ouvir alguns depoimentos. Duas mulheres e dois homens. Com pontos de vista talvez opostos sobre o mesmo problema. Elaborámos para o efeito quatro perguntas:

- 1.^a O que pensa sobre o problema da mulher no actual momento português?
- 2.^a Qual a sua opinião a respeito dos movimentos feministas?
- 3.^a Que diferença faz entre libertação e emancipação da mulher?
- 4.^a Acha que o feminismo implica uma perda de feminilidade?

GINA DE FREITAS

FERNANDA BOTELHO, poeta e romancista nascida no Porto em 1926, cursou filologia clássica nas Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa. Sem dúvida um dos mais importantes nomes da literatura portuguesa contemporânea, o seu livro «A Gata e a Fábula» é galardoado em 1961 com o Prémio Camilo Castelo Branco. Embora o primeiro volume que publicou tenha sido de poesia, é sobretudo como ficcionista que ela desperta a atenção do público e da crítica. A construção geométrica de todo o plano narrativo, o processo por vezes



desconcertante de objectividade da vida emocional, o rigor quase cruel de cada personagem, traduzem-se num estilo inconfundível, rigoroso e acutilante. Essencialmente cerebral, Fernanda Botelho é uma mulher lúcida, determinada, de ideias definidas que esquematiza sem hesitações nem rodeios. Esquematiza, é o termo. Daí a concisão das suas respostas.

1.^o — A pergunta assim formulada já implica, à partida, uma diferenciação social, inadmissível, entre o homem e a mulher. A inadmissibilidade de uma tal segregação, inadmissibilidade teórica, não significa, porém, que essa segregação não exista de facto. Aprendi a considerá-la como um dos muitos absurdos de uma anclorose secular e sobrevivente, dentro de um contexto de injustiça social, de que também muitos homens, por motivos originariamente diferentes, têm sofrido as consequências. Quero admitir que tais injustiças venham a ser reparadas.

Não se solicita aqui nenhum tratamento de favor, antes um confronto livre e honesto entre pessoas de capacidade semelhante de ambos os sexos, a quaisquer níveis culturais, dentro de todos os quadros profissionais, não devendo a selecção, honesta e livre, subordinar-se a obsoletas considerações do sexo a que cada um pertence, antes tendo em conta a sua habilitação e o seu génio. A cumprir-se este programa, muitas seriam as surpresas: como já tive oportunidade de dizer noutras ocasiões, o património cultural e profissional feminino português é extraordinariamente importante e não pode ser omitido ou anulado por quaisquer formas arbitrárias, coercivas ou intimidantes, ao nível familiar, profissional, político, social, moral. A igualdade e liberdade para todos inclui, fatalmente, a mulher. Ou então a lógica é uma batata.

Dadas estas premissas, o papel da mulher no actual momento português é igualzinho ao do seu semelhante — pai, irmão marido, amigo, camarada — nas fundamentais consciencialização e responsabilização sociais e políticas de cada um e de cada uma, com vista a uma adequação equilibrada de todos os valores.

2.^o — Os movimentos femi-

nistas pecam, a meu ver, alguns deles pelo menos, por uma outra espécie de segregação: a segregação do homem. Não me parece que uma sociedade consiga vigorar bem articulada com esta ou aquela segregação. Não escolhemos o sexo dos nossos filhos, eles nascem rapazes ou raparigas, e nós desejamos que eles vivam e coexistam com direitos iguais.

Os movimentos feministas tiveram, ou têm, no entanto, o grande privilégio de alertar o mundo para uma situação humilhante, que era, ou é, a da mulher considerada como ser inferior ou inferiorizável. Cabe-lhes compridos e ideias curtas — era, ou é, o slogan (Schope-nhaur).

Afigura-se-me indispensável, independentemente das fórmulas adoptadas por este ou aquele movimento feminista e da actividade por eles desenvolvida, que cada mulher, ao nível familiar, prepare os filhos e filhas no respeito mútuo, dando a uns e a outras direitos e oportunidades absolutamente iguais, com vista a um futuro em que eles coexistirão colaborantes e complementares numa sociedade harmoniosa.

3.^o — Libertação é mais uma mentalização que uma conquista efectiva. A conquista real é a da promoção, sem a qual a libertação perderia a sua exteriorização mais válida, que afinal a consolida, ou correria o risco de uma adulteração do objectivo a atingir — que é o da igualdade de direitos, dentro da família e gerência directa e positiva nas suas estruturas próprias.

4.^o — O aspecto exterior das pessoas, homens ou mulheres, é perfeitamente secundário, sob todos os aspectos. Nunca como hoje se venderam tantos cosméticos para homens e mulheres e nunca como hoje houve tanto interesse e interesse pelos problemas do ho-

Continua na página quatro



A MULHER PORTUGUESA E O MOMENTO ACTUAL

Continuação da página três

mem e da sociedade. Dir-se-ia uma equação. Relativamente à feminilidade, que é um estado de espírito tanto quanto uma forma exterior de se ser mulher, ela pode ter motivações não apenas frívolas, devendo aliás, considerar-se raros os casos em que o homem em exclusivo.

Quanto à feminidade. Segundo parece, existem em todos os seres, homens e mulheres, características de feminidade e de masculinidade, sendo através de uma dialéctica interior, em cada homem e em cada,

mulher, dialéctica entre o masculino e o feminino, que se fará a distinção necessária ao equilíbrio do mundo. Esta opinião já era caucionada por Freud e, mais recentemente, confirmou-a, por exemplo, o cientista prof. Gilbert-Dreyfus. A feminidade será uma das conclusões, fatais, dessa dialéctica. Conclusões inargumentáveis, portanto.

Feminidade e feminidade serão, pois, conceitos secundários e independentes, relativamente a uma valoração social, cultural e profissional da mulher.

HELENA NEVES tem 28 anos e o 5º ano do curso de Filosofia da Faculdade de Letras (sem licenciatura). Em 1969 é membro do Secretariado de Lisboa do Movimento Democrático de Mulheres e presa pela PIDE/DGS. Ao fim de três meses é libertada. Actua no MDM e ingressa no jornalismo, pois em virtude da prisão é afastada das aulas de 3º ciclo que leccionava. Ingressa no «Diário Feminino», mas a PIDE/DGS faz chantagem com o director do jornal impedindo a sua publicação enquanto Helena Neves fizer parte da sua redacção. Entra no «Diário de Lisboa» na equipa da «Mesa Redonda». Nunca é sindicalizada. Em Agosto de 1970, em virtude de ter assinado um documento contra a Lei de Imprensa fascista, como membro da Comissão pela Liberdade de Imprensa, é «castigada» pelos irmãos Souto que lhe baixam o ordenado. Despede-se do «Diário de Lisboa». Mais tarde afasta-se do MDM enquanto elemento activo mantendo a sua total aderência, devido ao trabalho que entretanto enceta como elemento da Comissão Nacional para a Cooperação e Segurança Europeia, participando em várias reuniões internacionais. Em 1973 é membro da Comissão Executiva da CDE de Lisboa e candidata pela oposição às eleições à Assembleia Legislativa. É presa pela PIDE/DGS durante uma semana, com 39 democratas no início da campanha. Desde 1973 que coordena o suplemento «Presença da Mulher» do jornal «A República». É membro da Comissão Nacional para a Paz e Cooperação. É presa novamente a 18 de Abril de 1974.

Actualmente é membro da Comissão de Imprensa da CDE de Lisboa e da Comissão de Imprensa, Rádio e TV do Movimento Democrático de Mulheres (MDM). Em Dezembro de 1973 publica «Raízes da Nossa Força» em colaboração com o fotógrafo Alfredo Cunha. O livro é apreendido pela PIDE/DGS.

1.º Para nós mulheres e homens, o momento actual representa a queda do sistema, fascista, portanto, possibilidades de construção de uma sociedade democrática. Desenham-se simultaneamente por-espérance e uma vitória. E digo desenham-se porque a vitória não será completa enquanto subsistirem algumas estruturas do fascismo e se mantiver a guerra colonial. É impossível a um povo denominar-se livre se oprime outro povo. A extinção completa da PIDE/DGS e estruturas paralelas como a Legião Portuguesa e a rede da CIA entre nós, a passagem do poder administrativo para comissões democráticas de cidadãos, o saneamento de todos os organismos e instituições, a tomada imediata de medidas que conduzam ao fim da guerra são tarefas prioritárias para finalmente assumirmos a nossa vitória.

Este momento não abre apenas perspectivas de solução aos problemas do povo português, mulheres e homens. Tem ainda um grande significado a nível internacional. Demonstrou-se como as bases de apoio do fascismo são frágeis. Assistimos a uma revolução praticamente sem derramamento de sangue, o povo nas ruas sem medo, presente às operações militares, estimulando as forças armadas. Tiremos ao fascismo as suas estruturas repressivas, PIDE, DGS, e outras. O que resta? Nem sequer o apoio da classe burguesa, na sua camada baixa e média.

Também os regimes de opressão de Espanha e Grécia têm os dias contados. E aprendam com a lição os regimes capitalistas que cooperaram com o fascismo em Portugal, e cooperam com os governos de Espanha e Grécia, a todos os níveis, económico, político, social, fazendo tábua rasa do facto destes sistemas constituírem focos de guerra que podem perigar a paz internacional, que impedem a construção da democracia a nível mundial. Aliás, esclareça-se de passagem que esta política de cooperação com os regimes mais violadores dos direitos humanos é coerente com a óptica capitalista.

Atravessamos ainda um período de consolidação de conquistas do povo português. E digo povo português porque se a acção das Forças Armadas foi decisiva para tal contribuiu a luta de homens e mulheres portugueses nestes 48 anos. Sofreram a prisão, a tortura, os despedimentos, o isolamento. Queria referir em particular os comunistas, os mais flagelados no combate anti-fascista como referiu Mário Soares no 1º de Maio. As mulheres estiveram sempre comprometidas no processo de resistência: Aida Magro, Sofia Ferreira, Olívia Sobral e tantas outras. Catarina, camponesa, grávida e com um filho pela mão foi morta pela GNR quando reivindicava aumento de jorna com as companheiras. Homenegeemo-la neste 19 de Maio, pela primeira vez em liberdade.

Da humilhação e sofrimento destas mulheres, das conhecidas e das anónimas, nasceu também o 25 de Abril.

O problema da mulher neste momento põe-se mais do que nunca em termos de luta. Neste aspecto, a luta ideológica é extremamente importante. Não podemos esquecer o peso da propaganda do fascismo relativamente à mulher, ainda mais do que ao homem. Não podemos ignorar como ela foi e é ainda a mais oprimida entre os oprimidos. O fascismo, logo na sua primeira hora, encetou duas grandes ofensivas: contra a movimentação da classe trabalhadora e contra os movimentos femininos. É certo que o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, criado em 1919, foi permitido, mas quando sob a acção dessa grande mulher que é Maria Lamas o Conselho se revelou combativo, o Governo não hesitou em encerrá-lo. O mesmo aconteceu com a Associação Feminina para a Paz e todos os movimentos de oposição. Tudo se fez no sentido de impedir o mínimo despertar de metade de um povo oprimido. O fascismo soltou o grito de «A Mulher para o Lar», denunciou «a Democracia como poderosíssima inimiga da mulher», como bom aluno do nazismo alemão e italiano que reprimiram ferozmente a libertação e consequente emancipação da mulher. E se em virtude da guerra colonial e da emigração, o fascismo recorreu cada vez mais à mão-de-obra feminina, «preveniui-se» bem, incentivando a sua propaganda não fosse a mulher assumir-se enquanto trabalhadora quando lhe competia ser «anjo do lar», «objecto erótico», «suporte de maternidade» e outras prendas do género. O que importava era consciencializá-la de que não lhe competia a participação pública e social. Daí que a maioria das mulheres tema ainda fazer política, como se o acto de viver de respirar não fosse já político, como se o alheamento, a passividade não constituíssem já uma atitude política.

Mas o fascismo desmascara-se sempre a si próprio. Não há «fases liberalizantes» que possam conquistar o apoio popular. Criou pois descontentamento tão generalizado que simultaneamente ao fraco grau de consciencialização de muitas mulheres, deparamos com uma vontade de mudança que nos enche de esperança. Esperança não só pela tradição de luta de mulheres no sistema fascista, mas também porque após o 25 de Abril, nas reuniões do Movimento Democrático de Mulheres, aparecem centenas de mulheres. Parece que descobriram a própria faculdade de expressão. Abrem-se à participação, à actividade. Como que renasceram. Por vezes, não sabem ainda muito bem o que há a fazer mas estão aqui. E sentem que os seus problemas serão resolvidos com a democratização do País.

2.º Penso que os movimentos feministas do final do século XIX inícios do século XX foram historicamente importantes. Embora de base social essen-

cialmente burguesa, o seu combate pela participação política da mulher, pelo direito ao voto contribuíram para aligeirar o estatuto de inferioridade da mulher. Em Portugal, é curioso constatar que após 1911, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas começa a desvalorizar a reivindicação sufragista e a preocupar-se com a participação económica da mulher. O que aliás foi considerado com «traição» ao espírito de feminismo por um grupo que, cingindo-se, foi criar a Associação Feminista.

Hoje, a análise dos movimentos feministas que conheço levam-me a concluir que a maioria faz fogo cerrado sobre o falso inimigo. O homem é visto como o «macho, o garanhão, o opressor». Não que eu negue que, de uma maneira geral, na nossa sociedade, o homem funciona na relação com a mulher com agente de opressão. Mas é apenas um agente-transmissor de uma opressão geral que ele sofre enquanto cidadão e trabalhador tão violentamente como a mulher. Também ele, na falta de coragem para atacar o verdadeiro inimigo se vinga da opressão que o atinge, no elemento mais próximo e passivo: a mulher.

Este vício dos movimentos feministas assenta, quanto a mim, numa errada concepção da prática social. Onde a análise correcta da luta de classes no esquema de pensamento feminista?

Ora, considero que a actuação de alguns movimentos feministas pode ser nociva numa sociedade em que se procura construir a democracia. Grande parte dos movimentos feministas fazem cavalo de batalha da «emancipação sexual». Recordo-me de Evelyne Sullerot que, desmistificando este objectivo, diz que «a emancipação sexual é um bombom que o capitalismo deu às mulheres para as entreter e desviar dos problemas fundamentais cuja resolução o pode pôr em risco». Afinal a luta contra a exploração geral, a batalha pela solução dos problemas da condição humana. Mais especificamente, também a luta por uma maternidade social, uma rede social de creches, jardins de infância, contra o custo de vida, pela escolaridade pré-primária oficial, pela modificação da situação jurídica da mulher, etc, etc.

3.º Considero que a verdadeira emancipação da mulher só pode ser fruto e paralela a uma libertação no aspecto social. Uma libertação que não é só dela mulher mas também do homem. Portanto uma libertação geral. Só a libertação geral de um povo, constituindo ao mesmo tempo a sua emancipação pode trazer a emancipação e a libertação das mulheres. Mas a via para essa libertação e para essa emancipação passa necessariamente pelo plano económico. É neste sentido que o MDM trabalhou e trabalha.

4.º A emancipação sexual como a entendo e que não tem nada em comum com o conceito da maioria dos movimentos feministas, é apenas um aspecto da emancipação em todos os domínios. A isolar em importância, apenas a importância da emancipação económica.

Este conceito de feminilidade também se nos apresenta com uma pesada carga ideológica. Confunde-se feminilidade com futilidade, com a visão da mulher enquanto objecto decorativo. Quanto a este aspecto, não tenhamos dúvidas que a acção dos movimentos femininos destrói conscientemente essa imagem. Queremos ser mulheres conscientes, participantes em todos os níveis da sociedade. Necessitamos de mulheres que assumam o rosto da sua humanidade. A humanidade nunca é decorativa. A humanidade é algo em movimento.

Utilizou-se a oposição entre feminilidade e participação política, criou-se o mito de que todas as mulheres politicamente activas eram monstrosinhos que vingavam na actividade suas frustrações sentimentais. Evidentemente que toda esta campanha era intencional e obteve os seus frutos.

Entendo feminilidade e masculinidade enquanto diferenças biológicas. Utilizou-se estes conceitos como baluarte de diferenciação social. Nós pugnamos pela igualdade entre homem e mulher como seres humanos. É esse o nosso objectivo, é essa fundamentalmente, a actuação do MDM e a esse fim nos levará a construção da democracia na qual todos temos de nos comprometer.

SUPLEMENTO

mulher